

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LÚCIO RENATO MOTA LIMA

**O APOSTOLADO DOS PATRÕES:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE UM PLANO
INDUSTRIAL DISCIPLINAR–RELIGIOSO EM UMA
FÁBRICA TÊXTIL (CAMARAGIBE, 1891 - 1908).**

RECIFE

2012

LÚCIO RENATO MOTA LIMA

**O APOSTOLADO DOS PATRÕES:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE UM PLANO
INDUSTRIAL DISCIPLINAR-RELIGIOSO EM UMA
FÁBRICA TÊXTIL (CAMARAGIBE, 1891 - 1908)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof^a Dr^a Sylvana Maria Brandão de Aguiar.

RECIFE

2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- L732a Lima, Lúcio Renato Mota.
O Apostolado dos Patrões : limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891-1908) / Lúcio Renato Mota Lima. – Recife: O autor, 2012.
176 f. : il. ; 30 cm.
- Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sylvana Maria Brandão de Aguiar.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2012.
Inclui bibliografia e anexos.
1. História. 2. Trabalhadores têxteis - Camaragibe. 3. Igreja Católica – Sociedades, etc. 4. Ação social. 5. Corporativismo. I. Aguiar, Sylvana Maria Brandão de (Orientadora). II. Título.
- 981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2012-109)



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO LÚCIO RENATO MOTA LIMA
Às 15h. do dia 05 (cinco) de julho de 2012 (dois mil e doze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno Lúcio Renato Mota Lima intitulada "O APOSTOLADO DOS PATRÕES: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UM PLANO INDUSTRIAL DISCIPLINAR – RELIGIOSO EM UMA FÁBRICA TÊXTIL. CAMARAGIBE, 1891-1908.", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "APROVADO", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Sylvana Maria Brandão de Aguiar (orientadora), Carlos Alberto Cunha Miranda e Newton Darwin de Andrade Cabral. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 05 de julho de 2012.

Profª. Drª. Sylvana Maria Brandão de Aguiar

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda

Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Sandra Regina Albuquerque

LÚCIO RENATO MOTA LIMA

**O APOSTOLADO DOS PATRÕES:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE UM PLANO
INDUSTRIAL DISCIPLINAR-RELIGIOSO EM UMA
FÁBRICA TÊXTIL (CAMARAGIBE, 1891 - 1908)**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História, da
Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em
História, sob a orientação da Prof^a
Dr^a Sylvana Maria Brandão de
Aguiar.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Sylvana Maria de Aguiar Brandão – UFPE, Orientadora

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda, Examinador interno

Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral, Examinador externo

Prof. Dr. Severino Vicente da Silva, Examinador interno (suplente)

Prof^a Dr^a Emanuela Sousa Ribeiro, Examinadora interna (suplente)

RECIFE

2012

Ao meu filho, Carlos Heitor, a quem
devo as minhas maiores alegrias.

Aos meus pais: meus melhores amigos.

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas colaboraram para a realização dessa pesquisa. Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Sylvana Brandão, que acreditou na viabilidade do projeto e aceitou me orientar, apesar das inúmeras atribuições que já acumula. Com ela aprendi, principalmente, a importância do historiador dominar a metodologia e as técnicas da disciplina, buscando um fazer sistemático do seu ofício. Além disso, sempre se mostrou atenciosa, gentil e amiga. Obrigado!

Agradeço, também, ao programa de Pós-graduação em História, da UFPE, e sua equipe de professores e de funcionários, entre os quais menciono, com especial carinho, a secretária do departamento, Sandra Regina, pessoa da melhor qualidade e de uma paciência, doçura e solicitude ímpares.

Abraços calorosos aos professores e amigos Severino Vicente da Silva, Newton Darwin de Andrade Cabral e Carlos Alberto da Cunha Miranda, pelo incentivo constante e observações argutas e valorosas, que foram fundamentais em todas as etapas, desde a construção do projeto.

Abraço, também, a todos os funcionários das instituições nas quais consultei as fontes documentais desse trabalho: Arquivo Público de Pernambuco, onde destaco o auxílio desprendido e precioso da professora e pesquisadora Noemia; Biblioteca Pública Estadual; Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco, na qual menciono com especial carinho meu amigo Nicolau; e Fundação Joaquim Nabuco, principalmente o professor Carlos Ramos, coordenador do CEHIBRA, e os funcionários Carlinhos e Fabiano pela sua gentileza e colaboração ativa na localização das fontes sobre a fábrica de tecidos. Também menciono meus amigos e “assessores” Elton e Rafaela, que me auxiliaram em relação a minha absoluta inabilidade na utilização de equipamentos eletrônicos, fotografando os arquivos que necessitei consultar.

Agradeço, também, aos amigos do Instituto Maria Auxiliadora, Almirante Tamandaré e Poeta Jonatas Braga pelo incentivo e solidariedade durante todo esse período de estudo. Não foi fácil conciliar as tarefas de professor e pesquisador. Na verdade, foi muito desgastante. Mas esses grandes amigos me ajudaram de várias formas, inclusive financeiramente, na superação dos

obstáculos. Quero destacar a colaboração das minhas coordenadoras e “mães” Margarida, Sandra e Alessandra. Adoro vocês! Aída e Meirinha, que me orientaram nas dúvidas de informática e no fornecimento de equipamento. À Nora e Sissy, as lindas encarregadas do setor de reprografia do Instituto Maria Auxiliadora, que talvez nem saibam o quanto foram importantes para a concretização desse trabalho. Aos professores e amigos Jorge Bernardo e Teresinha que, respectivamente, cuidaram da revisão ortográfica e da elaboração do “Abstract”. Aline, que colaborou na primeira formatação do trabalho. À Márcia, a prestativa, competente e amiga coordenadora pedagógica do Poeta. Gustavo e Felipe, do Maria Auxiliadora. Meu companheiro “Miguelito”, do Almirante. À minha amiga Fátima, que, infelizmente, não está mais entre nós, mas que deixou as melhores lembranças entre seus amigos. Enfim, a todos os demais colegas dessas instituições agradeço pela consideração que sempre me dedicaram.

Por fim, agradeço aos meus amigos Jorge Michiles, Fabiana e Thiago Nunes pelos diálogos produtivos e companheirismo. Vale salientar que Thiago me ajudou bastante na revisão das normas da ABNT, tarefa difícil e maçante, para a qual confesso minha completa incompetência.

LIMA, Lúcio Renato Mota. O Apostolado dos Patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religiosos em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891 - 1908). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

RESUMO

O objetivo principal desta dissertação é a investigação histórica sobre a Corporação Operária de Camaragibe, associação de caráter misto que reuniu patrões e operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe com o propósito de discutir e encaminhar soluções para os seus respectivos interesses de classe. Fundada no ano de 1900, a Corporação Operária foi considerada o ápice do “plano moral” da fábrica, que consistia na concessão de benefícios materiais e espirituais aos operários daquela empresa pertencente à Companhia Industrial Pernambucana (CIPER). A adoção desse plano moral foi concebida como uma parte integrante e indispensável do plano industrial posto em execução na fábrica e fundamentava-se nos princípios enunciados na Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, do papa Leão XIII, que pretendia apresentar uma solução religiosa para a questão operária por meio de uma organização cristã do trabalho nas grandes fábricas modernas. A análise abrange as duas primeiras décadas de existência da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, mais especificamente entre 1891 e 1908, que correspondem ao período de gestação do seu plano industrial, para o qual colaboraram significativamente os gerentes Carlos Alberto de Menezes e Pierre Collier, que se tornaram personalidades proeminentes da Ação Social Católica de Pernambuco no início do século XX, movimento que assumiu a conformação de “Apostolado dos Patrões”. A pesquisa tem como metodologia a da História Social e possui fundamentação em documentação primária, com caráter exploratório, qualitativo, descritivo, analítico, bibliográfico e sistemático. Visamos, com este trabalho, a contribuir para a recuperação, mesmo que parcial, do discurso operário com relação à experiência da Corporação Operária de Camaragibe, além de analisar os limites e as possibilidades de uma participação efetiva dos operários ou/e de seus representantes no processo decisório de uma associação mista no

contexto delimitado. Daí, acreditamos ser essa pesquisa relevante como contribuição para o campo da História Social do Trabalho no Brasil, e, particularmente, de Pernambuco.

Palavras-chave: Corporação Operária; Organização Cristã do Trabalho; Fábrica de Tecidos de Camaragibe.

ABSTRACT

The main aim of this dissertation is the historical investigation about Camaragibe Working-class Corporation (*Corporação Operário de Camaragibe*) ,farriginous association in which it had joined bosses and workers from Camaragibe Fabric Factory for the purpose of discursing and forwarding solutions to their respectives class interests. It was founded in 1900, the working class corporation was considered the top of the factory “moral plan”, which it consisted of material and spiritual benifits to the workers from the company that belonged to Pernambuco Industrial Company (*CIPER*). The adopting of this moral plan was formed as whole and essential part from the industrial plan. It was made in the factory and it was justified in the listed principles on *Rerum Novarum* Encyclic in 1891, by Pope Leo XIII, which it intended to present a religious solution to the working-class matter by means of a work Christian organization in the big modern factories. The analysis covers the couple of decades of life from “Fábrica de Tecidos de Camaragibe”, mainly between 1891 and 1908, it measures up to the time of its industrial plan conduct, in which two great managers called Carlos Alberto de Menezes and Pierre Collier gave their contributions, and they became importants personalities from Catholic Social Action of Pernambuco at the beginning of the twentieth century, this moviment had assumed the shaping of “Apóstolos dos Patrões”. The search has as methodology Social History and it keeps reasons in primary documentation in character exploratory, qualitative, descriptive, analytical, bibliographical and systematical. We target for this Project contribute to recovery, even though parcial, from working-class discursing with the relatio to Camaragibe working-class corporation, besides analyzing the limits and the possibilities of na effective participation of works and/or their representatives in a decision process of a vary association in the defined ontext. Then,we believe this important reseach as a contribution to the Field of Social History of Labor in Brazil,and,particularly, in Pernambuco.

Keywords: Working-class Corporation; Work Christian organization; Fabric Factory

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Composição do Conselho Corporativo (1900 - 1902)..... | 96 |
| Composição do Conselho Corporativo (1903 - 1904)..... | 96 |
| Balanço financeiro da Corporação Operária (julho de 1903 a julho de 1908)..... | 100 |
| Principais despesas da Corporação Operária (julho de 1903 a julho de 1908).... | 100 |
| Fontes de receitas da Corporação Operária (julho de 1903 a julho de 1908)..... | 101 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 O APOSTOLADO DOS PATRÕES | 17 |
| 1.1 <i>Fundação da Fábrica de Tecidos de Camaragibe: gênese de uma organização cristã do trabalho</i> | 17 |
| 1.2 <i>A presença de um componente moralizador no regime disciplinar do sistema de fábricas</i> | 29 |
| 1.3 <i>Perfil de um empresário cristão</i> | 35 |
| 1.4 <i>O contexto da reforma da Igreja</i> | 51 |
| 2 A OBRA DO CONGRESSO CATÓLICO DE PERNAMBUCO E A AÇÃO SOCIAL CATÓLICA | 68 |
| 2.1 <i>Abertura do Congresso Católico de Pernambuco: o discurso de Dom Luiz Raimundo de Brito</i> | 68 |
| 2.2 <i>O Congresso Católico de Pernambuco e a Seção das Obras Sociais</i> .. | 73 |
| 2.3 <i>Choque entre os apostolados: o jornal Aurora Social</i> | 82 |
| 3 A CORPORAÇÃO OPERÁRIA DE CAMARAGIBE: limites e possibilidades de uma associação mista | 92 |
| 3.1 <i>Corporação Operária de Camaragibe: fundação e organização</i> | 92 |
| 3.2 <i>O Conselho Profissional de Camaragibe</i> | 104 |
| 3.3 <i>O Conselho Central de Camaragibe</i> | 108 |
| 3.3.1 <i>A seção das escolas</i> | 108 |
| 3.3.2 <i>Edilidade e higiene</i> | 121 |
| 3.3.3 <i>A Sociedade Cooperativa</i> | 122 |
| 3.3.4 <i>A Sociedade de Socorro Mútuo</i> | 124 |
| 3.3.5 <i>A seção da polícia</i> | 136 |
| 3.3.6 <i>Diversões, festas e homenagens</i> | 138 |
| 3.4 <i>Conflitos e turbulências na organização cristã do trabalho</i> | 143 |
| 3.4.1 <i>O serviço religioso</i> | 143 |
| 3.4.2 <i>Mudança na gerência: crise na Corporação Operária?</i> | 153 |
| 3.5 <i>A reforma dos estatutos</i> | 159 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 163 |
| REFERÊNCIAS | 167 |
| ANEXO | 174 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo investigar a Corporação Operária de Camaragibe, que constituía uma associação de caráter misto reunindo os patrões e operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe para a discussão e solução dos seus respectivos interesses.

Fundada no ano de 1900, a Corporação Operária foi considerada o ápice do “plano moral” da fábrica, assim como o designava seu gerente e principal idealizador do projeto, Carlos Alberto de Menezes, e consistia na concessão de benefícios materiais e espirituais aos operários daquela empresa, pertencente à Companhia Industrial Pernambucana (CIPER). A adoção desse plano moral foi concebida como uma parte integrante e indispensável do plano industrial posto em execução na fábrica e estava fundamentado nos princípios enunciados na Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, do papa Leão XIII¹, que pretendia apresentar uma solução religiosa para a questão operária por meio da adoção de uma organização cristã do trabalho nas grandes fábricas modernas.

No decorrer da nossa investigação sobre a Corporação Operária de Camaragibe procuramos percorrer dois caminhos complementares: primeiramente, procuramos realizar a reconstituição da gênese do *plano moral* da fábrica, a partir do levantamento das associações de auxílio aos operários que foram sendo criadas ao longo dos seus dez primeiros anos de existência e que, antes da organização da Corporação, atuavam de maneira isolada e desconexa. Em segundo lugar, após a sua fundação, procuramos recuperar as relações estabelecidas entre chefes e operários no interior dessa associação de natureza mista, a partir de uma análise da sua estrutura e das suas condições de funcionamento no dia-a-dia da fábrica.

Evidentemente, a história do nosso objeto de estudo se encontra inseparavelmente ligada à trajetória da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, empresa que apresentou uma longa duração, somente encerrando suas atividades em 2001².

¹ LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. Carta Encíclica sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

² Vale salientar que investigações preliminares feitas nos arquivos disponíveis sobre a fábrica no acervo da Fundaj confirmam o funcionamento da Corporação Operária de Camaragibe, sob o nome, adotado a partir de 1908, de Sindicato Profissional da Corporação Operária de Camaragibe, até pelo menos 1948. Ver Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Produção Intelectual, Pasta 24.

No entanto, salientamos que, embora referências ao funcionamento e administração da Fábrica de Tecidos sejam necessárias para a compreensão do nosso objeto de análise, não se trata de um estudo voltado para a área da história econômica; ele está inserido na perspectiva de uma história social do trabalho, linha historiográfica que já encontra, no Brasil, uma volumosa e significativa bibliografia disponível.³ Estamos de acordo com Brandão⁴, que considera a História Social como uma busca da compreensão do homem social, dos significados dos acontecimentos e processos históricos

para este *homem social*, naturalmente levando em conta as condições derivadas de vários cenários e observando quando o novo emerge, quando a ruptura social se delinea, quando a desordem social se instaura e o que dela se recria. Para esta História é importante o *homem social em estado de ebulição*, reiventando suas formas de organização social.⁵

Em relação ao recorte cronológico, decidimos delimitar nossa investigação as duas primeiras décadas de existência da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, que correspondem ao período de gestação do seu plano industrial. Por isso, optamos em adotar como marcos balizadores de nosso recorte cronológico, o período situado entre a fundação da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, em 1891, e a reforma dos Estatutos da Corporação Operária de Camaragibe, no ano de 1908, que foi levada a efeito com o objetivo de adaptar aquela associação aos novos dispositivos da “Lei dos Sindicatos Profissionais e Cooperativas”, aprovada no ano anterior, também conhecida como “Lei Tosta” em referência ao seu relator, o deputado baiano Joaquim Inácio Tosta, que, na sua elaboração contou com a ativa colaboração de Carlos Alberto de Menezes.⁶

O interesse pelo tema da Corporação surgiu da verificação de que os estudos até então realizados sobre a Fábrica de Tecidos de Camaragibe optaram em adotar uma linha de abordagem concentrada na análise da personalidade e ativismo do industrial Carlos Alberto de Menezes, salientando o seu pioneirismo, no estado de

³ Em relação à bibliografia do campo da história social do trabalho no Brasil, destaca-se a produção de historiadores vinculados à Universidade de Campinas (Unicamp) como Edgar De Decca e Margareth Rago. Para mais detalhes, ver entrevista de Edgar de Decca em MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Márcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 263-287.

⁴ BRANDÃO, Sylvania. **O séquito das luzes nos confins da Amazônia**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

⁵ *Idem*, p. 19. Grifos originais.

⁶ AZEVEDO, Ferdinand. **Ação social católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

Pernambuco, na aplicação da solução cristã proposta pela Igreja Católica, sem, contudo, buscar um aprofundamento na análise da sua organização e do seu funcionamento em Camaragibe. Destacamos, como exemplos significativos dessa linha de abordagem, os trabalhos de Eduardo Collier (1996)⁷ e Ferdinand Azevedo (1996).⁸

Uma possível explicação, embora insuficiente, para essa limitação investigativa é o fato de que a maioria das fontes disponíveis sobre a Fábrica de Tecidos de Camaragibe foi produzida ou se encontram diretamente relacionadas aos seus dois primeiros gerentes, os engenheiros Carlos Alberto de Menezes e Pierre Collier, fazendo parte dos seus arquivos pessoais legados aos familiares. Tais fontes se caracterizam por apresentar um viés eminentemente de defesa do plano industrial aplicado na fábrica de Camaragibe, ressaltando seu caráter de obra do Apostolado dos Patrões e os respectivos benefícios concedidos aos operários.⁹

Contudo, foi justamente a constatação desse discurso unilateral, no qual se verifica a quase total ausência do discurso abonador ou/e desabonador do operário da fábrica, que nossa curiosidade histórica foi despertada e nos levou à formulação de duas propostas investigativas: primeira, a recuperação, mesmo que parcial, do discurso do operário da fábrica com relação à experiência da Corporação Operária de Camaragibe; segunda, a análise sobre os limites e as possibilidades de uma organização dessa natureza, no ambiente de uma grande indústria de tecidos pernambucana na efervescente conjuntura das duas décadas iniciais da República no Brasil. Daí, considerarmos essa pesquisa uma relevante contribuição para o campo da História Social do Trabalho no Brasil, e, particularmente, em Pernambuco.¹⁰

⁷ COLLIER, Eduardo. **Carlos Alberto de Menezes: pioneirismo sindical e cristianismo**. Recife: Digital Graph ed., 1996.

⁸ AZEVEDO. 1996. *Op. Cit.*

⁹ Outros estudos mencionam a Fábrica de Camaragibe: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Movimento obreiro no Brasil: Estado de Pernambuco (1937 - 1945)**. Madri, 1997. Tese de Doutorado. Universidade de Madri; MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica no Brasil: uma trajetória reformista (1872 - 1945)**. Recife, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco; REZENDE, Antonio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1994. Verificamos que nas citadas obras, o tema da Fábrica de Camaragibe foi tratado apenas transversalmente. No entanto, tais estudos sugerem outras possibilidades de análise da experiência realizada na fábrica, embora, até pelos próprios limites de espaço concedido a sua apreciação, não tenham também realizado um aprofundamento sobre a Corporação Operária.

¹⁰ CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 45-60.

Em um primeiro momento, tal tarefa parecia impraticável por causa da já mencionada dificuldade na localização de documentos produzidos ou que fossem, sem a mediação dos patrões, vinculados aos operários da fábrica. Mas, a partir do levantamento das fontes disponíveis no acervo da Fundação Joaquim Nabuco verificou-se a possibilidade de atingirmos nosso objetivo através da consulta às Atas das reuniões das Assembléias da Corporação Operária de Camaragibe.¹¹ Nessas reuniões, os chefes e os representantes dos operários da fábrica discutiam os diversos assuntos relacionados tanto à administração dos serviços oferecidos na vila operária, quanto ao funcionamento da fábrica. A análise desses documentos permitiu a identificação de pormenores significativos¹², que contribuíram para uma maior compreensão do papel reservado aos operários no espaço de uma associação mista, de orientação cristã, no Pernambuco do início do século XX.

A pesquisa apresenta um caráter qualitativo, descritivo, analítico, exploratório, bibliográfico e sistemático. Como dissemos acima, trata-se de uma pesquisa inserida no campo da história social do trabalho, da qual destacamos particularmente as contribuições de Margareth Rago¹³ e Edgar De Decca¹⁴ na análise do controle social exercido sobre os trabalhadores industriais dentro e fora das fábricas brasileiras.

Em relação aos referenciais teóricos, salientamos as contribuições de dois filósofos: Michel Foucault¹⁵ e Pierre Bourdieu¹⁶. Com base em Foucault, encontramos subsídios importantes para a compreensão dos mecanismos de controle social dos trabalhadores, tanto dentro, quanto fora do ambiente de trabalho, que buscavam a implantação de um regime disciplinador que contribuísse para a formação de operários mais eficientes, dóceis e moralizados.

Já em relação à obra de Bourdieu, destacamos a contribuição do seu paradigma da “economia das trocas simbólicas”, através do qual discute a religião sob a perspectiva de um “sistema simbólico” que, variando no tempo e no espaço, apresenta seus locais de produção e os seus produtores; seus locais de divulgação e seus divulgadores; e, finalmente, seus locais de consumo e seus consumidores. Ou seja, afirma uma contínua interação entre os diversos campos do social. De

¹¹ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Fábrica de Camaragibe, Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). Série Miscelânea, Pasta 03.

¹² GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹³ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

¹⁴ DECCA, Edgar De. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2004.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

acordo com Bourdieu, a apropriação e reelaboração dos sistemas simbólicos, a exemplo da religião, não são homogêneos, variando conforme o posicionamento social ocupado pelo indivíduo ou grupo social em que eles atuam. Além disso, Bourdieu aborda a religião como um veículo de poder que objetiva o estabelecimento de uma determinada ordem social, dissimulando o seu caráter socialmente construído sob a capa de uma estrutura natural-sobrenatural do cosmos¹⁷.

O texto se encontra dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, denominado *O Apostolado dos Patrões*, abordamos a gênese da organização cristã do trabalho implantado em Camaragibe, que foi concebida como elemento inseparável do seu plano industrial, e a discussão sobre a presença de um componente moralizador na constituição do regime disciplinar nas fábricas europeias e brasileiras ao longo do século XIX. Além disso, apresentamos um breve esboço biográfico do primeiro gerente da fábrica e ativista da Ação Social Católica em Pernambuco, Carlos Alberto de Menezes e a sua representação da experiência de Camaragibe como “exemplo vivo de uma grande fábrica cristã moderna”.¹⁸ No mesmo capítulo, também discutimos o contexto da Reforma da Igreja Católica no Brasil e no mundo, na segunda metade do século XIX, e o surgimento de um movimento dentro da Igreja em prol de uma maior inserção da instituição nos problemas sociais daquela época, principalmente em relação às condições de vida das massas operárias, que implicou a intensificação da “Doutrina Social da Igreja”.¹⁹ Em consonância com a conjuntura vivenciada pela Igreja Católica no período, a experiência de Camaragibe considerou a necessidade da presença do *agente indispensável religioso* para a viabilização do projeto, o padre, que teria a função de dirigir diariamente os sacramentos, associações e eventos religiosos no âmbito da fábrica, assim como as escolas voltadas para o atendimento dos operários e seus filhos.²⁰

No segundo capítulo, intitulado *A Obra do Congresso Católico de Pernambuco e a Ação Social Católica*, analisamos a importância da realização do Congresso Católico de Pernambuco na tentativa de expansão do plano industrial de

¹⁷ BOURDIEU, 2005.

¹⁸ AZEVEDO, 1996. *Op. Cit.*

¹⁹ SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da Igreja Progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Editora da UFPE, 2006.

²⁰ BOURDIEU, 2005. *Op. Cit.*

Camaragibe para outras fábricas do estado e da região, que resultou na criação da Federação Cristã Operária, cujo objetivo era a articulação de um movimento coordenado no combate à crescente influência das correntes anarquistas e socialistas no movimento operário. Essa mobilização, denominada Ação Social Católica, provocou a reação do Centro Operário de Pernambuco, de inspiração socialista, que expressou suas críticas ao que considerava uma manobra dos patrões contra os verdadeiros interesses do proletariado, por intermédio do seu jornal, *Aurora Social*.²¹

Por fim, no terceiro capítulo, cujo título é a *Corporação Operária de Camaragibe: limites e possibilidades de uma associação mista, tratamos, especificamente, do nosso objeto de estudo a partir, principalmente, da investigação das Atas das Assembleias e do cotejamento entre elas e outras fontes disponíveis, como a correspondência expedida e recebida pelos seus dois primeiros gerentes, e os relatórios da própria Corporação Operária. Nosso objetivo foi a descrição e análise da sua estrutura organizativa, das suas atribuições e fontes de renda, do seu papel na administração da vila operária e as relações entre seus membros, além da identificação de um discurso operário sobre a experiência de Camaragibe pois, como observamos acima, verificamos a existência de uma lacuna na historiografia. Com base nessa investigação documental, apresentamos considerações sobre os limites e possibilidades de uma participação efetiva dos operários ou/e de seus representantes no processo decisório de uma associação mista no contexto delimitado.*

²¹ Periódicos – Arquivo Público de Pernambuco. Jornal *Aurora Social* (1901 – 1905).

1 O APOSTOLADO DOS PATRÕES

1.1 *Fundação da Fábrica de Tecidos de Camaragibe: gênese de uma organização cristã do trabalho*

Em 1891, um grupo de comerciantes abastados fundou, na cidade do Recife, a Companhia Industrial Pernambucana (CIPER). O novo empreendimento industrial deveria ser composto por duas fábricas: a *Usina João Alfredo*, já em funcionamento e localizada no município de Goiana, na mata norte pernambucana, e pela *Fábrica de Tecidos de Camaragibe*, que ainda devia ser construída em uma área pertencente à Companhia, no município de São Lourenço da Mata.²²

A Companhia Industrial Pernambucana era propriedade da firma comercial Pereira Carneiro & Cia., cujos principais acionistas, Adolfo Pereira da Cunha e Antônio Muniz Machado, tinham adquirido a posse da Usina João Alfredo por meio do pagamento de um empréstimo atrasado do seu antigo proprietário. De acordo com Collier²³, decididos a tocar o negócio, os sócios teriam convidado o amigo e, na época, diretor da Companhia Ferro Carril²⁴, Carlos Alberto de Menezes, para assumir a gerência da Usina. Porém, Menezes teria recusado o convite alegando preocupações com a sua saúde e a da família devido à localização da Usina em uma zona palustre.²⁵ Em contrapartida, Menezes teria sugerido aos proprietários da CIPER a fundação de uma fábrica de tecidos, pois argumentava que a conjuntura nacional se mostrava bastante favorável para tal ramo industrial. Aceita a proposta, assim teria nascido a Fábrica de Tecidos de Camaragibe, tornando-se Menezes seu primeiro gerente e sócio minoritário da Companhia, com um percentual de 3% das suas ações.²⁶

²² A fábrica de tecidos foi erguida em terras de propriedade da Companhia Industrial Pernambucana antes pertencente ao patrimônio do Engenho Camaragibe, que esteve sob a jurisdição do município de São Lourenço da Mata até o ano de 1982, quando Camaragibe obteve sua emancipação política.

²³ COLLIER, 1996. *Op. Cit.*

²⁴ *Idem.* A Companhia Ferro Carril de Pernambuco era a responsável pelo sistema de comunicações urbanas do Recife através da circulação dos bondes. Criada em 1870, com o nome de Pernambuco Street Railway, com sede em Nova York, problemas econômicos e administrativos levaram à sua reorganização e transferência da sua sede, primeiramente para o Rio de Janeiro, e, finalmente, no final do século, para o Recife.

²⁵ *Idem.* De acordo com Collier, Menezes já havia contraído impaludismo no Rio de Janeiro.

²⁶ COLLIER, 1996. *Op. Cit.*

As duas fábricas da Companhia tinham o objetivo de explorar as potencialidades de produção das mais tradicionais lavouras da economia pernambucana: a cana de açúcar e o algodão. Na segunda metade do século XIX, as duas atividades agrícolas passavam por significativas transformações técnicas e comerciais. A economia açucareira vivia seu processo de *modernização sem mudança*²⁷ através da implantação dos engenhos centrais e das usinas de açúcar que, segundo dados fornecidos por Manuel Correia de Andrade, referentes ao período entre 1874 e 1889, foram, ao todo, 22 fábricas, sendo 11 usinas e 11 engenhos centrais que, gradativamente, também se transformaram em usinas.²⁸

Em relação à economia algodoeira, a mudança mais substancial ocorreu em sua esfera comercial. A queda das exportações brasileiras para o mercado inglês, até então o seu maior comprador, devido à implantação de uma lavoura concorrente no Protetorado Britânico do Egito, levou muitos produtores e comerciantes locais a optarem pela transformação do algodão em tecido, com o objetivo de atender a demanda do mercado interno brasileiro.²⁹ Embora algumas tentativas anteriores já tivessem sido feitas nesse sentido, como foi o caso da fábrica instalada por Gervásio Pires Ferreira, em 1826, um maior desenvolvimento das indústrias têxteis, em Pernambuco, somente se mostrou viável nas últimas décadas do século XIX, diversificando a economia pernambucana que, até aquele momento, praticamente não possuía grandes indústrias fora do setor açucareiro.³⁰

Essa diversificação era favorecida pela conjuntura nacional. De acordo com Furtado³¹, a economia brasileira passava por transformações estruturais, no último quartel do século XIX, devido ao aumento da importância relativa do setor assalariado, em decorrência do processo de declínio e, finalmente, da abolição, em 1888, do regime escravista, o que possibilitaria, na primeira metade do século XX, a “formação no Brasil de uma economia de mercado interno”.³² Embora estudos recentes na área de história econômica do Brasil apontem na direção da existência

²⁷ EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

²⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. **Pernambuco imortal**. Recife: Jornal do Commercio, Fascículo 11, 1995.

²⁹ ANDRADE, 1995. *Op. Cit.*

³⁰ ANDRADE, 1995. *Op. Cit.* Outra importante indústria têxtil fundada naquele período foi a Fábrica de Tecidos Paulista, que, assim como a Fábrica de Camaragibe, iniciou suas atividades em 1891, onde atualmente é o município do Paulista. Essa fábrica apresentou no período delimitado em nossa pesquisa uma estreita colaboração com o projeto de difusão do *plano moral* de Camaragibe.

³¹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³² FURTADO, 2008. *Op. Cit.* p. 219.

de um significativo mercado interno no Brasil desde o período colonial³³, ao contrário do que defendia a historiografia tradicional, parece ser consensual que o aumento da mão de obra assalariada proporcionada pelo fim da escravidão impulsionou o consumo interno no país, contribuindo para o surgimento de indústrias visando o atendimento dessa crescente demanda.

De acordo com a historiadora Maria Alice Rosa Ribeiro “a abundância de matéria-prima (algodão), a facilidade de recrutamento de força de trabalho especializada e em importar maquinismos, a melhoria dos transportes, a disponibilidade de mão de obra e a presença de um crescente mercado consumidor”³⁴ favoreceu o desenvolvimento das indústrias têxteis no Brasil do século XIX, setor que constituiu o carro-chefe da modernidade industrial brasileira.³⁵ Ribeiro destaca que após a explosão de exportações no período da Guerra Civil Americana, o fim do conflito provocou uma diminuição drástica das vendas do algodão e a consequente abundância do produto no mercado nacional.³⁶

Outro aspecto importante foi a disponibilidade de técnicos especializados no mercado industrial. Stein destacou dois fatores que contribuíram para essa disponibilidade, principalmente na década de 70 do século XIX: a depressão econômica e a concorrência na indústria têxtil europeia, que obrigaram muitas fábricas da Inglaterra a fechar “deixando técnicos capacitados desempregados e propícios à emigração”.³⁷ Ainda segundo Stein, os mesmos fatores que contribuíram para essa disponibilidade de mão de obra especializada contribuíram, também, para uma procura por mercados consumidores de máquinas têxteis pelos fabricantes ingleses nas últimas décadas do século, inclusive divulgando anúncios comerciais nos jornais do Rio de Janeiro.³⁸

³³ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia** (Rio de Janeiro, 1790 - 1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³⁴ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870 - 1930)**. São Paulo: Hucitec; Editora da Unicamp, 1988. p. 27.

³⁵ GIROLETTI, Domingos. **Fábrica, convento e disciplina**. Brasília: UnB, 2002.

³⁶ *Idem*.

³⁷ STEIN, Stanley. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850 - 1950)** *apud* MAGALHAES, Cristina Maria. **Mundos do capital e do trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1874 - 1930)**. Minas Gerais: UFMG, Dissertação, 2006, p.21. Disponível em <CM MAGALHÃES - dspace.lcc.ufmg.br> . Acesso em 19 de abril de 2012.

³⁸ MAGALHÃES, 2006. p. 21-22.

Essas condições favoráveis também foram apresentadas pelos diretores da CIPER, aos acionistas, em seu primeiro relatório, publicado em 1892.³⁹ Primeiramente, afirmavam a existência de um desequilíbrio no Brasil entre a oferta e a procura no mercado dos tecidos, pois a primeira não atendia satisfatoriamente as necessidades da segunda. Além disso, os diretores defendiam que a situação geográfica das indústrias nortistas desfrutaria de uma condição privilegiada devido à proximidade com as áreas produtoras localizadas na própria região, o que diminuiria significativamente o valor da aquisição do algodão, em uma média de 15%, em detrimento das indústrias do Sul do país. E, por último, havia também o baixo valor da mão de obra nortista, que seria 30%, em média, mais barata do que na região Sul.⁴⁰

Nesse mesmo Relatório, os diretores informavam sobre o andamento das obras de construção da fábrica de tecidos, destacando que estavam de acordo com os mais elevados padrões de higiene e salubridade recomendados para a época:

Como já tivemos ocasião de dizer, estamos convencidos de que o nosso projeto foi feito com todo o cuidado e competência. Com efeito, a todas as questões mais importantes nos parece ter dado uma atenção correspondente... as de higiene, dando ao edifício grande número de aberturas, não só para garantir a salubridade do pessoal, como se poder exigir dele o máximo de trabalho, em um clima que enlanguece e abate quando se trabalha dentro de paredes fechadas; a de elevação do pé direito, a quase o dobro do que se usa na Europa para o mesmo fim; as de *ordem e higiene moral*, dispondo as diversas seções de forma a poder o pessoal mover-se de umas sem atravessar as outras e não deixar em *perigosa promiscuidade os dois sexos*, o que constitui em toda a parte tão copiosa fonte de imoralidades e desordens.⁴¹

A preocupação manifestada para com o planejamento arquitetônico do edifício da fábrica tanto em relação as suas condições físicas de higiene e salubridade, quanto com as de “*ordem e higiene moral*”, remetem ao emprego disciplinador da arquitetura identificado por Foucault ao longo do século XIX.⁴² No entanto, as preocupações com as condições de higiene e salubridade físicas e morais não se restringiram ao edifício da fábrica. O relatório informava sobre o início

³⁹ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Coleção Carlos Alberto de Menezes, Companhia Industrial Pernambucana, 1º Relatório, 1892, p. 11. Série Produção intelectual, Pasta 10.

⁴⁰ Companhia Industrial Pernambucana, 1º Relatório. **Op. Cit.** p. 11.

⁴¹ *Ibidem* p. 40. Grifos nossos.

⁴² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2008.

da construção das primeiras vinte casas destinadas aos operários, também salientando seu ajustamento aos padrões sanitários aceitos:

Assim estamos preparando para os operários habitações cômodas, higiênicas e confortáveis: isoladas, com terreno bastante que lhes permita o gozo de todas as vantagens que não podem oferecer casas apertadas umas as outras, nesse estilo tão conhecido dos *cortiços*, que são verdadeiros sepulcros de gente viva.⁴³

Vale salientar que, naquela mesma conjuntura, uma verdadeira “campanha de guerra” foi lançada contra a presença dos cortiços na Capital Federal. Como nos mostra Chalhoub⁴⁴ esse tipo de habitação coletiva era condenado pelas autoridades, tanto pelo perigo que podia representar na propagação de doenças epidêmicas como a varíola, a febre amarela e a tuberculose, quanto por serem consideradas ambientes propícios para a formação de indivíduos moralmente degenerados.⁴⁵

Descartado o condenado estilo dos cortiços, o plano de construção da vila operária da fábrica de Camaragibe visava a contemplar uma população estimada em cerca de 1400 pessoas, entre operários e familiares. As casas foram sendo construídas de maneira isolada, em grupos de 2 e 4, e eram dotadas de um terreno para a organização de jardins e outros usos domésticos. Além disso, é importante destacar que havia um plano para que seus moradores contassem com abastecimento regular de água, por meio de derivações do encanamento da fábrica, que se serviria das águas dos açudes do Una e Camaragibe. Por sua vez, o aluguel seria cobrado aos operários, o que constituiria uma fonte a mais de arrecadação de recursos para a fábrica. Alguns anos depois, uma Comissão do Congresso Médico de Pernambuco visitou a Vila Operária e registrou um total de 147 casas para os operários, atendendo a uma população de cerca de 1500 pessoas.⁴⁶

A construção de vilas operárias era uma prática que, embora largamente difundida nas fábricas da Europa, no Brasil ainda estava apenas começando. De acordo com o artigo publicado no Congresso Médico do Recife, realizado em 1909, sobre as “Casas para Proletários”,

⁴³ Companhia Industrial Pernambucana, 1º Relatório. *Op. Cit.* p. 41. Grifo nosso.

⁴⁴ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁴⁵ De acordo com o estudo desenvolvido por Joel Outtes sobre a evolução urbana do Recife, o discurso médico higienista também orientou o planejamento urbano do Recife a fim de evitar a propagação das constantes epidemias que assolavam a cidade. Cf. OUTTES, Joel. **Recife: gênese do seu urbanismo, 1927 - 1943**. Recife: Massangana, 1997.

⁴⁶ CHERMONT, Olympio Leite. **Conferência “Casas para Proletários”**. In: Anais do Congresso Médico de Pernambuco, 1909, p. 585.

pode-se dizer que no atual regime, isto é de 1890 e 1891, é que foram iniciadas as grandes construções para as classes proletárias, as edificações das ruas do Senado e dos Inválidos, a grande e bela Vila Rui Barbosa que pode conter para mais de 300 quartos para celibatários e perto de 150 casas para famílias; as grandes vilas: Arthur Sauer perto do Jardim Botânico e *pertencentes à grande fábrica de tecidos Carioca*, podendo conter cômodos para 90 famílias e cento e vinte tantos quartos para solteiros. As grandes vilas Senador Soares e Maxwell em Vila Isabel e *pertencentes ambas as duas grandes fábricas de tecidos, Industrial e Confiança*. À margem da Estrada de Ferro Central do Brasil existem a Vila Sampaio com perto de 70 casas, isto já nos subúrbios do Rio de Janeiro.⁴⁷

Observa-se que algumas das citadas vilas operárias visavam a atender as demandas das fábricas de tecidos, o que permite sugerir o pioneirismo do setor industrial nesse tipo de construção. Ainda de acordo com o citado artigo, em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo já existiam regulamentos que procuravam estabelecer normas para suas construções de acordo com os padrões de higiene, porém salientava que, em Pernambuco, não havia nenhuma legislação especial, com exceção de algumas posturas do município do Recife.⁴⁸

No ano seguinte, o segundo relatório da CIPER informava aos acionistas o término da construção do edifício da fábrica, faltando apenas a conclusão de uma parte destinada à seção de tinturaria, branqueamento e acabamento. No mês de abril de 1893, teve início o trabalho de assentamento das máquinas. Embora esse serviço estivesse previsto para fevereiro, ele não pudera ser começado por causa do atraso na chegada das telhas para a cobertura da fábrica, o que impediu sua imediata instalação pelos técnicos.⁴⁹

É importante frisar que o maquinismo, os técnicos e até mesmo boa parte do material de construção da fábrica foram importados da Europa, principalmente da Inglaterra. No ano anterior, Menezes havia viajado à Europa onde contratou firmas inglesas como a Platt Brothers & Cia, empresa especializada na fabricação de máquinas para a indústria têxtil. Mas não eram apenas tecnologia e técnicos

⁴⁷ CHERMONT, Olympio Leite. **Conferência “Casas para Proletários”** In Anais do Congresso Médico de Pernambuco, 1909. p. 578-579. Grifos nossos.

⁴⁸ *Ibidem*. A comissão do Congresso Médico que visitou a Vila Operária de Camaragibe concedeu um parecer favorável as suas condições de salubridade: “A vila operária foi construída a pequena distância da fábrica e 13 metros acima do nível da esplanada da mesma. O local elevado, em ótimas condições higiênicas, bem ventilado e favorecendo o escoamento rápido das águas, torna a vila seca e saudável, descortinando ao mesmo tempo um belo panorama. Uma arborização regular e geral muito tem concorrido para embelezamento e salubridade da mesma vila”.

⁴⁹ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Carlos Alberto de Menezes, Companhia Industrial Pernambucana, 2º Relatório, 1893, p. 11. Série Produção intelectual, Pasta 10.

especializados que os diretores da CIPER pretendiam importar da Europa. Para eles, que estavam preocupados tanto com as condições materiais quanto morais da fábrica que estavam construindo, eram importantes os critérios utilizados para a escolha do pessoal da fábrica como fica evidente no artigo VII dos Estatutos da CIPER de 1891, no qual está explícito que a opção preferencial para a admissão na nova fábrica seria pelo trabalhador imigrante europeu:

Introduzir em suas fábricas, *operários estrangeiros escrupulosamente escolhidos na Europa, com todas as condições de aptidão e moralidade*, aos quais fará todas as vantagens, desde a instalação em habitações cômodas e higiênicas, até a organização de escolas, hospitais, instituições de economia, beneficência e auxílio mútuo, divertimentos, etc; capazes de compensar o esforço e dedicação que deles exigirá, *sem exclusão dos trabalhadores nacionais*.⁵⁰

Essa preferência pelos *operários estrangeiros escrupulosamente escolhidos na Europa* estava em consonância com a mentalidade, predominantemente racista, da elite brasileira da segunda metade do século XIX, baseada em teorias científicas que defendiam uma pretensa superioridade do trabalhador europeu sobre o trabalhador brasileiro, apesar de tais ideias racistas já estarem em decadência na Europa.⁵¹ Pesava contra o trabalhador nacional, o estigma do recém abolido regime escravista e de sua natural *inferioridade racial*, favorecendo a política de promoção da imigração da mão de obra europeia, o que contribuiria, simultaneamente, para o processo de embranquecimento da população brasileira e da viabilização do país enquanto civilização.⁵²

Entretanto, como indica Evaldo Cabral de Mello, todas as tentativas feitas no sentido de estimular a criação de um fluxo imigratório europeu contínuo para o Norte do Brasil sempre esbarraram no pouco empenho das autoridades governamentais em realizá-la, principalmente durante o período do Império.⁵³ Além do mais, o próprio imigrante europeu tratou de implodir essa imagem idílica cultivada pelas

⁵⁰ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Fábrica de Camaragibe, Estatutos da Companhia Industrial Pernambucana, 1891, p. 4. Série Produção Intelectual, Pasta 13. Grifo nosso.

⁵¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 - 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁵² SCHWARCZ, 2002. **Op. Cit.**

⁵³ MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império (1871 - 1889)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

classes proprietárias brasileiras, inclusive com a introdução e divulgação de ideais de transformação social como o anarquismo e o socialismo.⁵⁴

Na Fábrica de Camaragibe, algumas tentativas de introdução da mão de obra europeia foram feitas, mas todas se mostraram desastrosas. Em seu terceiro relatório aos acionistas, datado de janeiro de 1895, com a fábrica já em funcionamento, os diretores informavam que haviam desistido da aquisição dos operários estrangeiros porque

a experiência nos tem provado, que esse pessoal não se pode ligar com o nacional, pela diferença de hábitos, por uma prevenção invencível de parte a parte, pelas grandes exigências que tem e pela desproporção de salários, odiosa e mal aceita mesmo quando a superioridade de aptidões é incontestável, quanto mais quando as aptidões se tornassem iguais, pelo desenvolvimento de habilitações dos nacionais.⁵⁵

Mesmo assim, os diretores fizeram nova tentativa no ano seguinte, sob a justificativa de problemas na aquisição e formação dos operários nacionais, que ainda não estariam devidamente capacitados para atender, satisfatoriamente, as necessidades exigidas pelo serviço da fábrica. Um grupo de tecelões portugueses, ao todo composto por 21 famílias, foi contratado, mas teriam se revelado “indolentes, incontestáveis e pretensiosos” e “vendo que nada obteriam senão pelo próprio trabalho e esforço, começaram a fugir sem pagar seus débitos quase todos”.⁵⁶

Definitivamente abandonada a opção pela mão de obra estrangeira, somente restava a contratação do trabalhador nacional, o que, do ponto de vista de seus proprietários, tornava a necessidade de sua capacitação técnica e moral fundamental para o êxito da fábrica. Nos relatórios posteriores, os diretores manifestavam a importância da aquisição e preservação dos operários que correspondessem à sua representação do trabalhador ideal e reforçavam o compromisso da CIPER em contribuir para esta formação, por meio de uma combinação de concessão de vantagens e disciplina rigorosa, dentro e fora do trabalho:

⁵⁴ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

⁵⁵ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Carlos Alberto de Menezes, Companhia Industrial Pernambucana, 3º Relatório, 1895, p. 36. Série Produção Intelectual, Pasta 7.

⁵⁶ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Carlos Alberto de Menezes, Companhia Industrial Pernambucana, 5º Relatório, 1896, p. 26. Série Produção Intelectual, Pasta 7.

A aquisição de um bom pessoal depende de muitas condições: a escolha escrupulosa e a resolução de cortar os elementos maus que se forem revelando; *a manutenção de uma disciplina rigorosa, tanto no trabalho como fora dele*; a concessão de vantagens francas, que permitam ao operário viver sem dificuldades, podendo mesmo melhorar suas condições de vida e aspirar a um justo conforto de que geralmente não se tem ideia entre nós; finalmente, e acima de tudo, a sua formação moral, condição sem a qual todos os outros meios serão perdidos ou não darão os resultados sólidos e duradouros de que se precisa.⁵⁷

Contudo, havia outras questões que dificultavam a aquisição do pessoal. Ainda no relatório de 1895, os diretores informavam aos acionistas que a fábrica, embora praticamente concluída, ainda funcionava parcialmente, principalmente devido à falta de casas para alojar a quantidade de operários necessários. De acordo com o relatório, a construção das casas para os operários estava atrasada por duas razões: o crônico problema de escassez de material de construção, que caracterizava o Brasil, e a precariedade do serviço de transporte ferroviário em Pernambuco.⁵⁸

Portanto, fica evidente que o modelo de organização produtiva adotado na Fábrica de Camaragibe tinha o objetivo de zelar pela *manutenção de uma disciplina rigorosa, tanto no trabalho como fora dele*. Ou seja, havia a intenção, por parte dos patrões de Camaragibe de não apenas normatizar o comportamento dos operários da fábrica em seu ambiente de trabalho, mas, também, em seus momentos de *não-trabalho*, principalmente em se tratando de uma indústria têxtil que contava com um enorme contingente feminino e infantil.⁵⁹

Vale destacar que, em relação à contratação de mulheres, os relatórios sugerem que as medidas de caráter moralizador adquiriam uma aplicação mais rigorosa e imediata do que em relação aos homens, pois para eles sua aplicação estava primeiramente condicionada às circunstâncias ditadas pelas necessidades produtivas:

Em Camaragibe, estabelecimento inteiramente novo, tem sido mais fácil este trabalho e só nos temos afastado das normas rigorosas de admissão que adotamos, por necessidade absoluta do serviço e por ignorância, visto ser impossível reunir informações seguras sobre todos os aceitos. Aí, porém, a necessidade de rigor é muito maior, não só pela grande quantidade de mulheres, meninos e meninas

⁵⁷ Companhia Industrial Pernambucana, 3º Relatório. **Op. Cit.** p. 36. Grifo nosso.

⁵⁸ *Ibidem*, p.30.

⁵⁹ Para mais informações sobre a presença feminina nas fábricas de tecidos brasileiras, no final do século XIX e início do século XX, ver GIROLETTI, 2002. **Op. Cit.**

necessários ao trabalho, como pela necessidade de fazê-los trabalhar sempre juntos, em uma promiscuidade de sexos e idades que é quase impossível de evitar completamente, embora se possa diminuir muito... Sobre este último perigo, de uma importância capital, pouco ainda temos feito porque, com pessoal insuficiente e na maior parte em aprendizagem, as separações eram impraticáveis... Em Camaragibe já é sabido que não admitimos mulheres e meninas sem serem família e famílias legítimas, moralizadas e honestas. Quanto aos meninos tem sido impossível porque precisando de muitos para o trabalho não nos bastavam os filhos das famílias que temos admitido.⁶⁰

Portanto, desde o início o projeto da Fábrica de Tecidos de Camaragibe se fundamentou em um plano industrial cuidadosamente concebido e executado por sua diretoria, composta, em seus primeiros tempos, pelos Srs. Joaquim Correia de Araújo, Pereira Carneiro e Carlos Alberto de Menezes, sendo que o último, como vimos, foi designado para assumir a gerência. Esse plano apresentava um viés duplo: como todo empreendimento econômico tinha o objetivo de obter o máximo de lucro para seus acionistas; como empreendimento moralizador, pretendia colher os frutos de contar com os serviços de um operário física e moralmente saudável, mais satisfeito e obediente aos patrões.

Mas qual seria o fundamento desse *plano moral*, como assim o designava o gerente Carlos Alberto de Menezes? Qual o meio que poderia ser tão eficaz ao ponto de manter, ao mesmo tempo, sua disciplina *tanto no trabalho como fora dele*? Podemos encontrar a resposta nos mesmos relatórios destinados aos acionistas: “*Queremos proporcionar-lhes o alimento moral da religião, esse alimento tão poderoso de moralidade, de ordem, de economia, de dedicação e de verdadeira felicidade para os homens*”.⁶¹

Portanto, o projeto moralizador de Camaragibe foi *um projeto de cristianização dos operários*. Assumidamente católico, estava em consonância com uma perspectiva religiosa para a questão operária – que o documento consultado chama de “remédio religioso” –, divulgada pela Igreja, através da Encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, publicada apenas alguns meses depois da fundação da Companhia Industrial Pernambucana, e que serviu, desde então, como paradigma norteador do seu *plano moral*. Os relatórios indicam que, ao longo dos seus primeiros anos de funcionamento, o projeto de organização cristã do trabalho foi

⁶⁰ Companhia Industrial Pernambucana, 3º Relatório. *Op. Cit.*, p. 37.

⁶¹ Companhia Industrial Pernambucana, 1º Relatório. *Op. Cit.*, p. 41. Grifo nosso.

sendo gradativamente implantado na fábrica em consonância com o seu plano industrial.

Obtivemos informações sobre a implantação desse plano moral por meio de um breve histórico, publicado no primeiro relatório da Corporação Operária.⁶² Apresentando-a como resultado de uma evolução natural das associações isoladas criadas em Camaragibe ao longo dos anos anteriores, o relatório indica que, em 15 de agosto de 1893, portanto antes mesmo da conclusão das obras de construção da fábrica, foi criada a primeira Conferência de São Vicente de Paulo, em Camaragibe, ao redor da qual teria se constituído “o primeiro núcleo de homens formados nessa escola de união, de desinteresse, de abnegação e sacrifício, única que pode formar os operários para as boas obras”.⁶³

Em seguida, o relatório descreve, resumidamente, a criação das demais associações: Em 1º de janeiro de 1895, ano do início das atividades da fábrica, surgiram duas associações: a Sociedade Cooperativa de Consumo, de caráter econômico, e as associações das Filhas de Maria e dos Santos Anjos, de caráter religioso. Ainda no mesmo ano, ocorreu a criação da escola feminina diurna e noturna, sob o encargo da professora Felippa Regueira e, nos meses de outubro e novembro, respectivamente, surgiram o Clube Musical e o Apostolado da Oração. É também importante destacar que, desde 1892, havia a presença de um padre do Sagrado Coração em Camaragibe, que atuava como professor particular dos filhos de Menezes, sendo as missas celebradas na capela do Engenho Camaragibe.⁶⁴

Em 1896, foram fundadas as associações religiosas voltadas para os rapazes e meninos, a associação de São Miguel e a de São Luiz Gonzaga. Em 1897, foram criadas as associações voltadas para as mães de família e para as meninas e adolescentes, com a fundação das associações de Santana e Santa Filomena. E, finalmente, em 1899 foi criado o Clube Dramático dos operários de Camaragibe.⁶⁵

Os diretores acreditavam que a organização cristã do trabalho poderia evitar “o terrível mal do socialismo” e assinalaram aos acionistas que os primeiros sinais de êxito da experiência já podiam ser reconhecidos, vislumbrando a possibilidade de

⁶² Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Fábrica de Camaragibe, Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório, 1901. Série Produção Intelectual, Pasta 11.

⁶³ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório. 1901. *Op. Cit.*

⁶⁴ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório. 1901. *Op. Cit.*

⁶⁵ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatórios. *Op. Cit.*

ver realizada em breve tempo a esperança da construção do ideal de uma verdadeira família “trabalhando para um fim comum, unida, dedicada e feliz”.⁶⁶

No entanto, é importante registrar que os diretores garantiam aos acionistas que não se tratava de uma imposição arbitrária da religião:

A religião para ser digna desse nome deve ser essencialmente livre; não é assunto em que se possa obrigar nem mesmo solicitar de modo mais decisivo. É preciso que ela atue lentamente, ganhando os corações em suave e íntimo trabalho. Nós temos o maior escrúpulo em fazer sentir, do modo mais claro e prático, que, pensando assim, nós não queremos arrastar ninguém e que repeliríamos indignados quem quer que, hipocritamente, revelasse o que não sentisse para nos agradar.⁶⁷

E para os eventuais críticos que considerassem tais medidas apenas como meros gestos de filantropia salientavam que: “Não é só um dever de humanidade, esse; é uma medida econômica porque para ter bons instrumentos de trabalho é preciso saber conservá-los”.⁶⁸

Buscando convencer os acionistas da viabilidade e vantagem econômica do plano moral, os diretores utilizaram o episódio da diminuição dos salários dos operários. No ano de 1897, diante de uma situação de grave crise enfrentada pela fábrica, os diretores decidiram reduzir os salários dos operários (em uma média de 14%) e aumentar os alugueis das casas (em 20%). Apesar da dureza das medidas, de acordo com os diretores não teria havido nenhum sinal de protesto da parte dos operários, mas, antes, alguns *declararam a justeza das medidas*. Além disso, os diretores também comemoravam a diminuição no número de faltas, principalmente nas segundas-feiras, que costumavam ser bastante elevadas, pois seria um efeito direto da diminuição das dissipações que antes caracterizavam os domingos.⁶⁹

Nesse ponto, fica evidente que o *plano moral* executado na Fábrica de Tecidos de Camaragibe constituía parte integrante do seu *plano industrial*. Os diretores pretendiam obter não somente maior produtividade e, conseqüentemente, maiores lucros, como, também, um operário dócil, saudável e amigo. Segundo os diretores, por causa dessas conquistas junto aos operários, outros industriais já demonstrariam interesse pela organização moral cristã, o que, segundo os mesmos,

⁶⁶ Companhia Industrial Pernambucana, 4º Relatório. *Op. Cit.* p. 31.

⁶⁷ Companhia Industrial Pernambucana, 3º Relatório. *Op. Cit.* p. 42.

⁶⁸ Companhia Industrial Pernambucana, 5º Relatório. *Op. Cit.* p. 24.

⁶⁹ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Carlos Alberto de Menezes, Companhia Industrial Pernambucana, 6º Relatório, 1897. Série Produção Intelectual, Pasta 08.

estimulava o desejo patriótico de que tal experiência bem-sucedida fosse mais conhecida pelos inegáveis benefícios que poderia proporcionar:

Por um sentimento de patriotismo nós desejaríamos que este exemplo fecundo fosse mais conhecido e devidamente apreciado. É que sabemos o bem enorme que ele produz: bem para as próprias indústrias, que tem nele uma grande garantia de prosperidade e bem para essa massa tão grande e tão digna de operários, que tem nele o único meio seguro de bem estar, de aperfeiçoamento e de real felicidade.⁷⁰

Veremos adiante que, segundo seus idealizadores, o plano moral da Fábrica de Camaragibe atingiu seu ápice a partir da organização da Corporação Operária de Camaragibe. Instalada em 1º de julho de 1900, a Corporação constituía, para os diretores da CIPER, notadamente para o gerente, Carlos Alberto de Menezes, a materialização da “evolução natural” do plano moral da fábrica, pois efetuava a unificação de todas as associações criadas em Camaragibe com o objetivo de concessão de benefícios aos operários e manutenção de uma rigorosa disciplina. Portanto, foi o ponto máximo do seu plano industrial baseado em um Apostolado dos Patrões.

1.2 *A presença de um componente moralizador no regime disciplinar do sistema de fábricas*⁷¹

A investigação sobre as possíveis origens da presença de um componente moralizador no sistema de fábricas encontra-se indissociavelmente vinculada à obra de Michel Foucault⁷². O filósofo francês concentrou seus estudos na análise da atuação do que denominou “regimes disciplinares”, principalmente no período moderno e contemporâneo, partindo de forma ascendente dos micropoderes e de seus agentes sociais distribuídos em suas várias instâncias transmissoras como a escola, a família, a igreja, a prisão e a fábrica, até suas instâncias superiores de transmissão, os macropoderes.⁷³

⁷⁰ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Carlos Alberto de Menezes, Companhia Industrial Pernambucana, 7º Relatório, 1898, p. 20. Série Produção Intelectual, Pasta 08.

⁷¹ A palavra “moral” é originária do vocábulo latino “*mos*” que significa “costume”/“hábito” e possui uma aplicação mais prática do que seu similar de origem grega, “ética”. Portanto, empregamos “moralização” no sentido de “correção dos costumes”, “infusão de idéias sãs”. Cf. BUENO, Francisco da Silva. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FAE, 1984.

⁷² FOUCAULT, 2004. **Op.Cit.**

⁷³ FOUCAULT, 2004. **Op.Cit.**

Apesar de não ter dedicado nenhum estudo específico sobre o regime disciplinar vigente nas fábricas modernas, a questão foi insinuada em seus estudos e desenvolvida por alguns de seus seguidores como Michele Perrot⁷⁴, na França, e Edgar De Decca, no Brasil.⁷⁵

O historiador brasileiro escreveu uma obra sobre o nascimento das fábricas no Brasil, em que contesta a visão historiográfica tradicional que situa a implantação do sistema de fábricas no Brasil e das relações capitalistas de produção no final do século XIX. De acordo com ele, a monocultura açucareira, implantada no período colonial, já corresponderia a uma modalidade do modo de produção capitalista, pois:

No momento histórico do desenvolvimento do 'putting-out-system' na Europa, a partir do século XVI, nas áreas coloniais a *concentração de trabalhadores destituídos de meios de produção e expropriação de qualquer saber técnico* apareceu como a organização do trabalho mais eficiente para se levar a cabo os interesses do lucro capitalista, e ali também a figura do empresário se tornou imprescindível para o processo de produção. Disciplina, ordem, hierarquia, foram elementos sempre presentes durante todo o período em que se desenvolveu a produção colonial, e o capitalista, na busca de maiores lucros, se transformou em elemento central para a organização do trabalho. Não apenas na esfera da circulação, onde se produzia a acumulação primitiva do capital, a figura do empresário era indispensável; ali também onde se instaurava todo um processo de trabalho baseado na escravidão, tal como estava organizado nos engenhos de açúcar, a sua figura austera foi imperiosa.⁷⁶

Analisando as origens do sistema de fábricas, Decca recua o seu provável surgimento para o século XVII e acusa a historiografia tradicional sobre a Revolução Industrial de ter reduzido o acontecimento a um mero fenômeno tecnológico, omitindo seu caráter *eminente disciplinador*. A partir dessa perspectiva, Decca defende a existência do sistema fabril em todos os lugares e momentos “onde esteve presente uma intenção de organizar e disciplinar o trabalho através de uma sujeição completa da figura do próprio trabalhador”.⁷⁷

Baseando-se no estudo de David Dickson, enumera quatro razões para a constituição do sistema de fábrica: primeira, os comerciantes precisavam controlar e comercializar toda a produção dos artesãos, com o intuito de reduzir ao mínimo as práticas de desvio dessa produção; segunda, o interesse desses comerciantes na maximização da produção através do aumento do número de horas de trabalho e do

⁷⁴ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁷⁵ DECCA, 2004. **Op. Cit.**

⁷⁶ DECCA, 2004. **Op. Cit.** p. 44. Grifo original.

⁷⁷ DECCA, 2004. **Op. Cit.** p. 10.

aumento da velocidade e do ritmo de trabalho; terceira, o controle da inovação tecnológica para que ela só pudesse ser aplicada no sentido da acumulação capitalista; quarta, a fábrica criava uma organização de produção que tornava imprescindível a figura do empresário capitalista.⁷⁸

Assim, no sistema de fábrica não ocorreria apenas a expropriação do operário em seu controle direto sobre o processo produtivo, mas, também, uma *expropriação dos saberes desses trabalhadores*. Portanto, além de uma concentração física dos meios de produção realizada no ambiente da fábrica, haveria uma concentração de saberes que tornava o capitalista um agente aparentemente indispensável no processo de produção, base da sua dominação social.

Ao tratar da recepção da forma como os trabalhadores receberam o sistema fabril, Decca acentuou a ocorrência de vigorosas manifestações de resistência contra seu caráter disciplinador, embora fossem continuamente constrangidos por uma pregação moral do tempo útil e do trabalho edificante propagados pela moral burguesa, como demonstra a análise de Thompson. A ordem burguesa ascendente procura universalizar valores como autodisciplina e a crítica ao ócio em uma tentativa de introjetar um relógio moral no coração de cada trabalhador.⁷⁹

No entanto, ao longo do século XIX, esse componente moralizador do sistema de fábrica ultrapassou os limites do ambiente de trabalho, pois a disciplina dentro da fábrica mostrou-se insuficiente para o satisfatório controle dos operários, principalmente por causa do seu maior engajamento em organizações de luta contra precárias condições de trabalho existentes, como os sindicatos. Aos patrões, somente restava o recurso de também se preocuparem com a vida do trabalhador além dos muros da fábrica.

De acordo com Foucault, a intromissão sobre sua organização familiar, seus lazeres e até mesmo sobre sua opção religiosa passaram a fazer parte do conjunto de medidas concernentes ao novo regime disciplinador em gestação. Mesmo porque a riqueza crescente dos capitalistas estava nas mãos dos trabalhadores, aumentando a necessidade de um investimento moralizador que resultasse em uma separação nítida entre o trabalhador, *sujeito moral*, e o delinquente:

A partir do momento em que a capitalização pôs nas mãos da classe popular uma riqueza investida em matérias-primas, máquinas e

⁷⁸ DICKSON, David *apud* DECCA, 2004. **Op. Cit.**

⁷⁹ THOMPSON, E. P. **Costumes comuns**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

instrumentos, foi absolutamente necessário proteger esta riqueza. Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente não mãos não daqueles que a possuem mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-a trabalhar, como proteger esta riqueza? Evidente por uma moral rigorosa; daí esta formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX. Veja as formidáveis campanhas de cristianização junto aos operários que tiveram lugar nesta época. Foi absolutamente necessário constituir o povo como um *sujeito moral*, portanto separando-o da delinqüência, portanto separando nitidamente o grupo de delinquentes, mostrando-os perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos.⁸⁰

Em relação às fábricas brasileiras, essa ofensiva moralizadora dos industriais foi analisada por Margareth Rago. De acordo com a historiadora, na passagem para a década de 20 do século XX, foi anunciado o projeto da constituição de uma “fábrica higiênica” em franca oposição à famigerada “fábrica satânica”, predominante no imaginário proletário e, até mesmo, na visão de alguns patrões “modernos”.⁸¹

Esse novo regime disciplinar fabril estava baseado em um paradigma científico fornecido por modelos de gestão industrial como o Taylorismo e o Fordismo, que pretendiam racionalizar o processo de produção e transformar o espaço da fábrica em um ambiente asséptico e apolítico. Entretanto, Rago também permite entrever que tal investimento moralizador já vinha se manifestando no Brasil bem antes da introdução do paradigma científico, apesar de não mencioná-lo.

Parece-nos evidente que entre suas possíveis modalidades nas fábricas brasileiras, pode-se indicar a organização cristã do trabalho, pois a descrição feita pela autora dos objetivos desse projeto moralizador “pré-científico” converge inteiramente com o plano moral em curso na Fábrica de Tecidos de Camaragibe: normatização das atividades do operariado dentro da fábrica e nos horários de não-trabalho; esvaziamento dos conteúdos de contestação social; imposição do modelo de família, mulher e criança compatível com os interesses das elites; utilização do discurso médico-científico para normatizar o interior dos lares e até mesmo dos corpos.⁸²

O ideal da formação de um operário eficiente, dócil e moralizado, manifestava-se no desejo de controlar o comportamento do operário mesmo em seus horários de não-trabalho, invadindo a organização do seu espaço doméstico:

⁸⁰ FOUCAULT, 2002. *Op. Cit.* p. 133.

⁸¹ RAGO, 1985. *Op. Cit.*

⁸² RAGO, 1985. *Op. Cit.*

Do interior do espaço de produção ao percurso de volta à casa, penetram em sua habitação, invadindo e procurando controlar até mesmo os momentos mais inesperados de sua vida cotidiana. O desconhecido assusta: é preciso que se ensine aos trabalhadores rudes e ignorantes uma nova forma de vida, mais higiênica e adequada, antes que eles mesmos o façam. O trabalho fabril deve ser organizado segundo os interesses e as exigências da expansão do capital. As relações familiares também devem ser produzidas a partir da constituição de um novo modelo normativo de família. Todo tipo de comportamento desviante, toda forma de relacionamento incontrolável, ameaçadora e impura devem ser curto-circuitados. Assim se pretende formar o novo proletariado, impondo-lhe uma identidade moralizada, *constituída de cima e do exterior*.⁸³

Fica evidente o caráter impositivo e discriminatório desse investimento moralizador sobre os operários e seus familiares, procurando impedir a possibilidade de sua autoconstrução enquanto classe autônoma, cujos resultados para os patrões seriam imprevisíveis. Nessa reorganização da família operária, as mulheres e crianças constituíram os principais objetos em mira, devido a sua significativa participação no contingente da população fabril brasileira, principalmente nas indústrias têxteis, passando a sofrer pressões para se ajustarem à representação de família do imaginário burguês:

Fora da fábrica, a redefinição das relações familiares, através da promoção de um novo modelo de mulher, voltada para o lar, e de uma nova percepção cultural da criança, procura difundir entre a classe operária os valores burgueses da honestidade, da laboriosidade, da vida regrada e dessexuada, do gosto pela privacidade, eliminando as práticas populares consideradas ameaçadoras para a estabilidade da ordem social.⁸⁴

Essa observação é importante para os objetivos propostos em nossa investigação, pois nos permite analisar uma possível convergência entre essa representação familiar de caráter burguês e a representação católica de família. Na representação da mulher presente na concepção católica referente ao período da República Velha, no Brasil, o papel social desejável da mulher correspondia ao ideal “mariano”, ou seja, uma figura materna, devotada à família, assexuada e dotada de uma parcela maior de responsabilidade na missão de tentar desenvolver uma intimidade no lar operário.

Essa convergência nas representações burguesa e religiosa foi apontada pela historiadora Emanuela de Sousa Ribeiro em seu trabalho sobre as relações entre a

⁸³ RAGO, 1985. *Op. Cit.* p. 17-18.

⁸⁴ RAGO, 1985. *Op. Cit.* p. 26.

Igreja Católica e a Modernidade no período da República Velha.⁸⁵ O eixo de sua análise gira em torno do questionamento da chamada “Neocristandade”, apresentada na obra de Thomas Bruneau e cristalizada pela historiografia desde então, que consistiria na existência de um hiato nas relações entre a Igreja e o Estado Republicano no Brasil após o decreto de separação de 1890 até uma renovação dessa aliança na década de 30, quando a Igreja teria colaborado estreitamente com o Estado Vargasista.⁸⁶

Em desacordo com tal perspectiva, a historiadora defende que no período precedente, a Igreja teria encetado uma estratégia de aproximação com o Estado em conformidade com seu projeto romanizador, apresentando o duplo objetivo de frear suas tendências secularizantes e se colocar como colaboradora na obra de manutenção da ordem social. Ainda segundo ela, o processo de disciplinamento social, aliado ao investimento moralizador característico da modernidade vivida no Brasil e empreendido pelas elites, durante a República Velha, constituiu o fio condutor que possibilitou a convergência entre a Igreja Católica e a Modernidade no Brasil e possibilitou uma renovação do catolicismo brasileiro, tornando-o apto a continuar sendo a religião da moderna elite brasileira.⁸⁷

Procurando reconstituir os elementos convergentes entre os dois projetos, Ribeiro baseia-se em Sevchenko na caracterização da modernização no Brasil: expansão do capitalismo europeu e norte-americano para os países latino-americanos; aburguesamento das elites brasileiras; europeização dos costumes; e a crescente discriminação da população pobre, mestiça e negra. Sevchenko aponta, ainda, que os sentimentos dominantes da elite – “cosmopolitismo e esnobismo arrivista” – alimentaram sua tentativa de reordenamento social.⁸⁸

Com base nessa caracterização da superfície social do período, Ribeiro afirma que o projeto romanizador da Igreja no Brasil, em curso no mesmo período, convergiu com o sentimento dominante que desejava transformar o catolicismo tradicional do Brasil em um catolicismo à europeia. Além disso, os dois projetos

⁸⁵ RIBEIRO, Emanuela Sousa. Convergências entre modernidade e romanização do catolicismo no Brasil da Primeira República. In: BRANDAO, Sylvana; MARQUES, Luiz Carlos; CABRAL, Newton (Orgs.). **História das religiões no Brasil**, vol. 4. Recife: Editora da UFPE, 2006.

⁸⁶ RIBEIRO, 2006. *Op. Cit.*

⁸⁷ RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional: práticas e estratégias intelectuais (1889 - 1930)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

⁸⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

também convergiram na aspiração de promover o disciplinamento social das camadas populares, na qual se incluía o projeto de moralização dos costumes e redefinição da família, tendo as mulheres e crianças como os principais alvos de ação, além da valorização da ordem advinda do trabalho (RIBEIRO, 2006). Poderíamos acrescentar à lista desses elementos convergentes o combate empreendido pela Igreja reformista contra a presença de elementos indígenas e africanos no catolicismo brasileiro.

Em resumo, a Igreja teria convergido com a elite brasileira em sua estratégia disciplinadora da sociedade brasileira em suas diversas instâncias: sexual, familiar, urbanizadora e religiosa. O episcopado brasileiro, condutor da Romanização no Brasil, assumiu a postura de promotor da ordem e da paz social, apresentando a Igreja como a única detentora do remédio para a Questão Social. A Igreja também procurou fornecer a solução para o calcanhar de Aquiles do novo regime⁸⁹: a construção da identidade republicana, através da fórmula “ser brasileiro é ser católico”.⁹⁰

No entanto, Ribeiro ressalta que tanto o projeto modernizador quanto o romanizador não apresentaram uma conformação homogênea, atingindo, assim, de maneira distinta países, regiões, grupos étnicos, gêneros e, por conseguinte, também os trabalhadores. Foi, portanto, na confluência entre os projetos da elite modernizadora e a Igreja Romanizadora no Brasil, que o operário de Camaragibe, objeto principal de uma organização cristã do trabalho, sofreu uma intervenção peculiar baseada em um paradigma disciplinar-religioso visando sua moralização para a correção dos costumes considerados impróprios pelos dois agentes.

1.3 *Perfil de um empresário cristão*

A ti, que, em meio à luta,
Em meio às tempestades que desabam
E dos preceitos santos menoscabam,
Conservas a alma cândida, impoluta.
A ti, que és cheio de incansável zelo
Pelo viver cristão que tanto é belo,
Que podes entre os homens ser modelo,
Pelo qual normarão sua conduta,
Ufano que na terra ainda existe peito humano,

⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁹⁰ RIBEIRO, 2009. **Op. Cit.**

Onde reina Jesus, é soberano,
 Que os feitos dos heróis seus rememoras,
 A ti, que em meio ao triste desconcerto,
 Da sociedade de hoje te levantas,
 Pagnar, ardente pelas obras santas,
 Do céu trilhando da estrada com acerto,
 A ti que como general és visto, levando este estandarte –
 A Cruz de Cristo – O coração impele
 Eu não resisto,
 A ti venho saudar Carlos Alberto.⁹¹

O poema escrito em homenagem a Carlos Alberto de Menezes pelo militante da Ação Social Católica, Manoel Cyrillo Wanderley, o apresenta como “general” da causa da virtude e caridade cristã dos desafortunados em referência à sua obra na Fábrica de Tecidos de Camaragibe. Essa representação de Menezes continuaria, mesmo após sua morte, como indica o artigo da Revista *Era Nova*, publicado em 1936, com o título “Carlos Alberto - modelo de patrão”.⁹² Eis um trecho da matéria:

Ele foi um dos poucos homens que nascidos no Brasil trabalharam pela grandeza de sua pátria... A sua empresa industrial foi e é um mimo de perfeição, porquanto nela trabalham operários que amam seus chefes. Isto não é pouca coisa, porque o operário só ama o seu patrão quando dele recebe o alimento necessário a alma e ao corpo... O homem não é só estômago, como queria Marx. No entanto, o operário que percebe o salário justo, capaz de satisfazer as suas e as necessidades da família e que tem assistência religiosa segura, secundada pelo exemplo do patrão, será um homem que adora a Deus, respeita e preza seus patrões e que trabalha para o bem da família e da sociedade.⁹³

Como foi dito acima, a adoção, na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, de um modelo de organização industrial baseado na solução religiosa proposta pela Igreja Católica para os conflitos entre patrões e operários contou com a decisiva participação do seu primeiro gerente, Carlos Alberto de Menezes. Embora a discussão sobre o papel do indivíduo no domínio da história ainda esteja longe de se tornar um consenso entre as diferentes correntes historiográficas, consideramos a impossibilidade da compreensão da história da fábrica e da implantação do seu plano de organização cristã do trabalho, pelo menos em suas primeiras duas décadas, sem levar em conta a influência da personalidade de Menezes.

⁹¹ **Poema Sonho ou realidade?** Fundação Joaquim Nabuco, Recife, CEHIBRA (Coleção Carlos Alberto de Menezes, Série Produção Intelectual, Pasta 22).

⁹² Acervo Coleção Pernambucana – Arquivo Biblioteca Pública Estadual. **Revista Era Nova**, 1936.

⁹³ Revista Era Nova, 1936. **Op. Cit.**

De acordo com Giovanni Levi, o uso da biografia pelos historiadores estaria atualmente vivendo uma fase intermediária: “mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores, mas denuncia claramente suas ambigüidades”.⁹⁴ O historiador italiano, ao formular a indagação “pode-se escrever a vida de um indivíduo?”, afirma que (nós) historiadores “contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”.⁹⁵ Ainda segundo ele, a maioria das questões metodológicas na área da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, entre as quais as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, “bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas”.⁹⁶

Observamos que a discussão da amplitude da liberdade e racionalidade humanas levantadas por Levi a partir da análise do uso da biografia pelos historiadores constitui uma perspectiva diferente, embora não contraditória como salienta o próprio autor, em relação à perspectiva de Bourdieu.⁹⁷

não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época o estilo próprio de um grupo. Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social. Portanto não podemos aplicar os mesmos procedimentos cognitivos aos grupos e aos indivíduos; e a especificidade das ações de cada indivíduo não pode ser considerada irrelevante ou não pertinente.⁹⁸

No entanto, é preciso esclarecer que levando em consideração os objetivos propostos em nossa pesquisa e a complexidade que tal estudo demandaria, limitamo-nos a propor a elaboração de um breve perfil biográfico sobre a personalidade de Carlos Alberto de Menezes, na tentativa de uma maior compreensão da montagem da organização cristã do trabalho em Camaragibe.

Destarte, optamos pela abordagem de um aspecto que consideramos relevante como elemento condicionante das suas ações e pensamentos de grupo: a

⁹⁴ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 167.

⁹⁵ LEVI, 2005. *Op. Cit.* p. 169.

⁹⁶ ⁹⁶ LEVI, 2005. *Op. Cit.* p. 168.

⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). 2005. *Op. Cit.*

⁹⁸ LEVI, 2005. *Op. Cit.* p. 182.

sua condição de membro da Sociedade de São Vicente de Paulo. Contudo, salientamos a importância da sua margem de liberdade enquanto indivíduo na viabilização do seu projeto, e que, portanto, estava sujeito a outras possibilidades procurando evitar incorrer em uma narrativa linear e coerente criadora da enganosa ideia de um destino a ser cumprido.

Nascido na Província do Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1855, Carlos Alberto de Menezes era o segundo filho do engenheiro e funcionário público Camilo Maria de Menezes e da dona de casa Maria Gertrudes de Figueiredo. Em sua carreira, o pai de Menezes ocupou diversos cargos, tendo sido o mais importante o de Inspetor Geral das Obras Públicas do Distrito Federal. Na infância, Menezes estudou no tradicional Colégio Pedro II, do qual saiu, em 1872, com o título de bacharel em letras. Já no curso universitário ingressou na Escola Politécnica, do Rio de Janeiro, onde permaneceu entre os anos de 1874 e 1878.⁹⁹

De acordo com seu principal biógrafo, Eduardo Collier, os escritos disponíveis dessa época indicam que, desde jovem, Menezes desenvolveu o gosto pela escrita, redigindo diários, poesias e colaborando em jornais e revistas. Na Politécnica, Menezes participou de um jornalzinho universitário em parceria com o futuro líder positivista Teixeira Mendes que combatia, em suas páginas, a influência da maçonaria na vida política brasileira, o que pode ter atraído a atenção do futuro militante católico que, já por essa época, havia ingressado na Sociedade de São Vicente de Paulo, tornando-se um colaborador ativo da Reforma da Igreja no Brasil.¹⁰⁰

A importância da espiritualidade vicentina na formação da personalidade de Menezes foi destacada tanto por Eduardo Collier quanto por Ferdinand Azevedo¹⁰¹. De acordo com Azevedo,

vicentina, certamente, foi a maneira como chamou os operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe: de família. A Sociedade de São Vicente de Paulo nos seus regulamentos considera as pessoas que recebem sua ajuda parte da família vicentina. É aí, em nosso parecer, que reside a razão pela qual Carlos Alberto decide manter um Livro da Família da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, uma espécie de diário, e nele apontava os acontecimentos.¹⁰²

⁹⁹ COLLIER, 1996. *Op. Cit.*

¹⁰⁰ COLLIER, 1996. *Op. Cit.*

¹⁰¹ AZEVEDO, 1996. *Op. Cit.*

¹⁰² AZEVEDO, 1996. *Op. Cit.* p. 27.

Fundada em 1833, por um grupo de jovens universitários da Sorbonne, sob a liderança de Frederico Ozanam, os vicentinos conheceram uma rápida difusão por todo mundo católico orientados pelo lema “Vamos aos pobres”, apresentando como uma das suas principais práticas, inspirada no exemplo do próprio Ozanam, a visita aos bairros pobres no atendimento das famílias carentes. Os seguidores de Ozanam encontraram sua inspiração na espiritualidade de dedicação e assistência aos pobres do padre Vicente de Paulo, fundador da Congregação da Missão, em 1625, mais conhecida como “Lazarista”. Nascido na França do final do século XVI, Vicente de Paulo pertencia a uma família rural de remediada condição social, mas tivera boa parte da sua formação sacerdotal em Paris, onde se tornou o principal discípulo do padre oratoriano Pierre de Bérulle.¹⁰³ Foi sob sua orientação que tomou contato com os escritos de importantes doutrinadores da Igreja como Teresa d'Ávila, Inácio de Loyola, Luiz de Granada, Francisco de Assis e Francisco de Sales.

O convívio com Bérulle permitiu que Vicente de Paulo incorporasse várias das práticas da espiritualidade oratoriana em sua futura Congregação, como, por exemplo, a centralidade em Jesus, a veneração da Eucaristia, a colocação de Maria como portadora da missão da Igreja diante dos mais pobres e a realização de conferências semanais, especialmente nas festas litúrgicas. Segundo Hoornaert, os oratorianos se caracterizam, em sua espiritualidade, pela chamada “devoção moderna”, na qual a busca da santificação seria possível mesmo para o homem leigo e ocorreria no próprio cotidiano do mundo.¹⁰⁴

Desde o início, a Congregação de São Lázaro se caracterizou pelo espírito clerical e sacramental da sua obra. As missões pelo interior da França eram sempre concluídas com a celebração da Eucaristia e Primeira Comunhão das crianças. Os lazaristas também se destacaram na função de formação de novos sacerdotes para a Igreja¹⁰⁵ e na criação de associações femininas, como a das Damas de Caridade, que reunia mulheres da alta sociedade no atendimento físico e espiritual aos pobres, sob o lema "caridade, humildade e simplicidade", e as Filhas da Caridade. Em

¹⁰³ **Província Brasileira da Congregação da Missão.** Disponível em http://www.pbcm.com.br/congregacao/o_que_e_congregacao_da_missao.php Acesso em 20/05/2011.

¹⁰⁴ HOORNAERT, Eduardo. **Ibiapina 02: A Virada.** Disponível em <http://www.eduardohoornaert.blogspot.com/>. Acesso em 20/05/2011.

¹⁰⁵ Entre os sacerdotes brasileiros formados pelos lazaristas, destacamos Dom Hélder Câmara. Cf. CASTRO, Marcos de. **Dom Hélder: misticismo e santidade.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

reconhecimento a sua dedicação no atendimento aos mais pobres, o Papa Leão XIII declarou São Vicente de Paulo o Patrono das Obras de Caridade.¹⁰⁶

Os lazaristas chegaram ao Brasil por volta de 1819, com a vinda de missionários portugueses. Porém, somente em 1850 ocorreu sua expansão com a chegada de uma segunda leva composta por missionários franceses. No Norte do Brasil se fixaram no Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Sua chegada ao Brasil marcou a introdução do novo espírito de adesão total ao Papa, que caracterizou o pontificado de Pio IX, aspecto decisivo do projeto romanizador da Igreja brasileira, assumindo a direção dos chamados seminários rigoristas. Foram os lazaristas os introdutores das Conferências Vicentinas no Brasil.¹⁰⁷

Em Pernambuco, as Conferências foram introduzidas no auge da controvérsia entre Dom Vital e o Império, que ficou conhecida como “Questão Religiosa”. A primeira conferência foi fundada no Recife e foi dirigida pelo padre Arsênio Vulleimin. Sobre a atuação da SSVP em Pernambuco, encontramos um comentário na palestra *A Sociedade de São Vicente de Paulo – sua propagação*, feita por Joaquim da Silva Cabral, no Congresso Católico de Pernambuco, cujo eixo de argumentação apresentava a Sociedade de São Vicente de Paulo como obra de ação religiosa, procurando patentear o seu caráter de *submissão à Igreja, suas relações e multiplicidade de suas obras*.¹⁰⁸

Em apoio à subordinação da associação às autoridades eclesiásticas, o palestrante citou o manual da Sociedade, o qual afirma “que nunca olvidaremos que somos leigos, sem missão para ensinar aos outros; devemos a vista disso acatar com respeito os conselhos que nos derem e sobretudo tomamos docilmente o rumo que nos apontarem nossos superiores eclesiásticos”.¹⁰⁹

Além da fidelidade à hierarquia da Igreja, o palestrante também apontou a caridade como outra marca característica dos vicentinos, prática que constituiria o único meio capaz de aliviar a desgraça do pobre, ao contrário do que apregoava a solução socialista. As Conferências Vicentinas teriam uma função especial a desempenhar na solução da “Questão Social”, principalmente pela sua facilidade em

¹⁰⁶ Província Brasileira da Congregação da Missão. **Op. Cit.**

¹⁰⁷ Província Brasileira da Congregação da Missão. **Op. Cit.**

¹⁰⁸ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Carlos Alberto de Menezes, Conferência *A Sociedade de São Vicente de Paulo – sua propagação*, pronunciada por Joaquim da Silva Cabral. *In: Anais do Congresso Católico de Pernambuco, 1902. Série Produção Intelectual, Pasta 01.*

¹⁰⁹ Conferência *A Sociedade de São Vicente de Paulo – sua propagação*. **Op. Cit.** p. 83.

mobilizar harmoniosamente todas as classes sociais no atendimento aos mais pobres dentre os pobres:

Ainda mais, meus Srs., a Sociedade de São Vicente de Paulo realiza a aproximação de todas as classes sociais, todas as fortunas e todas as posições entre seus confrades, que trabalham juntos, com um pensamento único, sem que dê entretanto o direito a seus membros de se servirem do título de confrades para fins puramente pessoais. Realiza mais essa aproximação entre os confrades e os pobres socorridos, aos quais, além da esmola material, levam o consolo, a coragem, o bom conselho que extirpa o vício e reabilita o homem aos olhos de Deus.¹¹⁰

Dentre as obras sociais promovidas pela Sociedade de São Vicente de Paulo na Europa, destacavam-se as Obras do Patrocínio, que, salientava o palestrante, deviam se disseminar pelo Brasil. Este trabalho assistencial assumiria um significado mais profundo, pois implicaria, também, um meio de salvação das almas, tanto dos que assistiam quanto dos que eram assistidos, o que demonstra sua vinculação com a espiritualidade oratoriana.¹¹¹

Com relação à participação de Carlos Alberto de Menezes nessa associação para leigos católicos, encontramos mais informações no livro comemorativo dos 125 anos da presença da Sociedade de São Vicente de Paulo em Pernambuco:

Chegando aqui para tomar posse como Diretor Gerente da Ferro Carril de Pernambuco em 1886, começa a fazer parte da Sociedade de São Vicente de Paulo. Assume interinamente a presidência do Conselho Particular e começa a articulação para criar o Conselho Central. Em 25 de maio de 1887 foi criado o mesmo, sendo ele nomeado presidente. Fundou neste mesmo ano a Comissão de Propaganda e a Obra do Patrocínio, a fim de promover a Sociedade De São Vicente de Paulo em toda a Diocese, que neste momento abrangia quatro estados: Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.¹¹²

Além das obras citadas, outras iniciativas de Menezes à frente do Conselho Central da SSVP foram a criação do Bazar dos Pobres, em 1888, o estabelecimento do retiro fechado, pela primeira vez no Brasil, e a fundação do Círculo Católico do Recife. Pouco antes da sua morte, em 1904, também participou ativamente da

¹¹⁰ Conferência A Sociedade de São Vicente de Paulo – sua propagação. *Op. Cit.* p. 83.

¹¹¹ Conferência A Sociedade de São Vicente de Paulo – sua propagação. *Op. Cit.* p. 83.

¹¹² CORREIA, Adelito Xavier. **A SSVP em Pernambuco**: 125 de História (1874 - 1999). Recife, [s.n.], 1999, p. 61.

construção do monumento à Virgem no Morro da Conceição, que se tornou um dos mais importantes santuários de peregrinação brasileiros.¹¹³

A transferência de Menezes para Pernambuco ocorreu logo após a conclusão do curso de engenharia. Inicialmente foi contratado para compor a comissão fiscalizadora da construção das estradas de ferro na Província, no trecho que ligaria o Recife ao rio São Francisco. Retornando ao Rio de Janeiro, em 1880, conheceu e se casou com Maria Angélica de Lacerda, filha do também engenheiro e comendador Antônio de Lacerda, construtor do famoso elevador baiano. Depois do casamento, voltou à Pernambuco para trabalhar na fiscalização das obras de construção da Estrada de Ferro Central, em Jaboatão dos Guararapes, onde, segundo Collier, travou “relações com algumas das mais importantes personagens de Pernambuco, como o velho Pereira Carneiro, pai do atual conde e o comendador Antônio Muniz Machado. Começa, assim, a freqüentar aqueles que seriam no futuro seus amigos chegados”.¹¹⁴

Em 1886, após breve passagem pelo Rio, volta ao Recife para assumir a direção da companhia de transportes urbanos da cidade, a Ferro Carril de Pernambuco. À frente da empresa, Menezes foi descrito como um administrador ousado e empreendedor, realizando, em sua gestão, a substituição do sistema de tração animal pela tração elétrica dos bondes da cidade. Além disso, foi nessa primeira experiência como administrador de empresa que efetuou sua primeira incursão na organização dos operários em sociedades de ajuda mútua, com a fundação da Sociedade Beneficente dos Operários da Ferro Carril.¹¹⁵

Em 1892, em viagem à Europa entrou em contato com a experiência de organização cristã do trabalho em curso no Val de Bois, pertencente ao empresário católico Léon Harmel, que desfrutava de grande reconhecimento junto ao papa Leão XIII.¹¹⁶ Impressionado com o que presenciou, resolveu adotar tal modelo de plano industrial na fábrica que erigia, tratando de contatar o líder fundador da Congregação dos Padres do Sagrado Coração, o padre Dehon, a fim de que

¹¹³ CORREIA, 1999. *Op. Cit.*

¹¹⁴ COLLIER, 1996. *Op. Cit.* p. 42.

¹¹⁵ COLLIER, 1996. *Op. Cit.*

¹¹⁶ AZEVEDO, 1996. *Op. Cit.*

dirigissem os serviços religiosos destinados aos futuros operários de Camaragibe, assim como o faziam na fábrica de Harmel.¹¹⁷

De volta ao Brasil, concomitantemente ao desenvolvimento das obras de construção da fábrica, Menezes foi lançando as bases do plano de organização cristã do trabalho de Camaragibe. Como gerente da fábrica e condutor do seu plano industrial, Menezes atuou entre os anos de 1891 e 1904 (ano da sua morte), após longo período de luta contra uma doença degenerativa. Durante esse período, acumulou os cargos de presidente da CIPER e da Corporação Operária de Camaragibe.

As cartas disponíveis dessa fase final revelam um homem que, apesar de sofrendo as limitações inerentes a uma prolongada doença, continuou zeloso com os rumos da fábrica que dirigia e no amor e dedicação aos filhos.¹¹⁸ Um exemplo ilustrativo dessa dedicação encontra-se em uma carta dirigida ao futuro genro e engenheiro da fábrica, Pierre Collier, em 1901.¹¹⁹ Menezes estava em viagem à Europa em busca de tratamento para a sua doença, sem descuidar, contudo, da preocupação com os problemas da fábrica. Na carta intitulada “Recomendações ao Dr. Pierre Collier para observar durante minha ausência”, Menezes escreveu sobre as dificuldades enfrentadas pela fábrica que poderiam acarretar a diminuição da sua jornada de trabalho:

Se o Sr. Machado reconhecer a necessidade de diminuir o trabalho da fábrica, necessidade que deve discutir com ele, apresentando francamente suas observações, penso que o melhor meio de executar tal diminuição será a supressão do primeiro 1/4, como fizeram as outras fábricas. No caso de ser preciso maior diminuição me parece que deverá ser feita no mesmo sentido, isto é, supressão de maior número de horas por dia, de preferência a dar um dia de folga na semana, mormente no sábado.¹²⁰

Menezes temia que a concessão de um dia inteiro de folga aos operários abriria a possibilidade de um mau aproveitamento desse tempo ocioso a partir da perspectiva das normas de conduta que regiam o plano moral da fábrica. Outra

¹¹⁷ Vale acrescentar que, na mesma viagem, cumprindo uma incumbência delegada pelo bispo da Diocese de Olinda, Dom João Esberard, Menezes visitou o reitor-mor dos salesianos – Pe. Miguel Rua –, visando a convencê-lo a estabelecer um colégio da sua congregação no Recife, o que efetivamente aconteceu em 1895.

¹¹⁸ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Fábrica de Camaragibe, Companhia Industrial Pernambucana (dossiê), 1896 - 1908. Série Miscelânea, Pasta 06.

¹¹⁹ Carta de Menezes a Pierre Collier, 1901 (sem data). Dossiê. **Op. Cit.**

¹²⁰ Carta de Menezes a Pierre Collier, 1901 (sem data). Dossiê. **Op. Cit.**

preocupação era com a possibilidade de os operários, ao constatarem a diminuição dos salários, reivindicarem a diminuição das contribuições para a Corporação, o que poderia pôr em risco a sobrevivência da recém instalada entidade. Como forma de compensação dos sacrifícios que seriam exigidos aos operários, Menezes propunha a diminuição dos alugueis, citando o exemplo de Paulista sobre os possíveis perigos da não adoção da medida:

Quer em caso de diminuição temporária de trabalho, quer no de redução de salários, devemos reduzir os alugueis, não só porque nós os elevamos no tempo mau, como porque há outro perigo, que se deu em Paulista, o de fazer o pessoal abandonar as casas da Companhia. Daí resultarão dois males: desorganizar a nossa vida, material e moralmente, destruindo a localização do pessoal na Vila Operária e fazendo-o habitar barracos sem conforto, sem cômodos separados para os sexos diferentes, fazendo-o descer nos hábitos mais civilizados e mais puros que têm adquirido; fazer a Companhia ter grande prejuízo com muitas casas vazias, prejuízo que será maior do que a redução dos alugueis.¹²¹

Menezes também viajou com o firme propósito de negociar a contratação das Congregações religiosas que passariam a administrar as escolas da fábrica, como informa o 2º relatório da Corporação:

Felizmente temos a promessa de nosso chefe, Dr. Carlos Alberto de Menezes, de que, não obstante os cuidados e precauções a tomar para o corpo e para o espírito durante o tratamento de sua saúde, tomaria a peito, como um dos principais objetos de sua viagem, a solução final desse problema, indubitavelmente de alta transcendência.¹²²

Em seu último ano de vida, 1904, já bastante debilitado, abandonou a presidência da Corporação Operária, em julho. A notícia da sua morte foi acompanhada de diversas manifestações de pesar e homenagens à sua ação social. Em carta expedida pelo deputado Ignacio Tosta a Pierre Collier, datada de 10 de dezembro de 1904, Menezes era comparado tanto a Leon Harmel quanto a São Vicente de Paulo e o parlamentar se comprometia a alcançar a aprovação, no Congresso Nacional, de um grande sonho de Menezes: a Lei dos Sindicatos Profissionais no Brasil:

Diz V. S. que eu ocupei grande lugar na vida e nas preocupações do Dr. Carlos Alberto e que a confiança e as esperanças por ele

¹²¹ Carta de Menezes a Pierre Collier, 1901 (sem data). Dossiê. **Op. Cit.**

¹²² Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Carlos Alberto de Menezes, Corporação Operária de Camaragibe, 2º Relatório, 1901. Série Produção Intelectual, Pasta 07.

depositadas em minha humilde individualidade para a realização da obra social cristã no Brasil são também alimentadas por V. S....¹²³

Em Camaragibe, diversas foram as manifestações de pesar. Uma romaria foi realizada ao seu túmulo, cuja programação é citada aqui:

Que a romaria partiria daqui em trem especial às 8 horas da manhã, precedida do estandarte da Corporação. No cemitério, missa as 9 horas celebrada em altar armado no túmulo, sobre o qual se depositaria também um (...); convidar-se pela imprensa e pessoalmente, as associações e pessoas relacionadas com a Corporação; convidar-se o padre Máximo, para celebrar a missa, obter-se do Sr. Bispo as licenças precisas e conseguir-se o trem a hora indicada, sendo o Sr. Lino encarregado das licenças, de convidar o padre e comprar a (...) e Batista Ferreira de obter o trem e todas as despesas correrem por conta da Corporação.¹²⁴

Dois anos após sua morte ficou decidida a construção de um busto em sua homenagem pelos membros do Conselho Corporativo da Corporação Operária de Camaragibe, como informa a sessão de 28 de fevereiro de 1906:

Disse mais (Collier) que uma comissão daqui está promovendo a ereção de um monumento ao Dr. Carlos Alberto, constando de um pedestal de mármore ou cantaria encimado por um busto de bronze, e que a conselho do Dr. Machado se limitaria aos donativos daqui e da Companhia, sendo o Dr. Brito da mesma opinião, pelo que a comissão pediria um conto de reis a Corporação, atendendo a sobra da verba destinada à romaria do cemitério, que se não realizara, e que por essa ocasião fazer-se-ia a projetada gruta de Nossa Senhora de Lourdes.

Vale salientar, mais uma vez, que a decisão de implantação do modelo de gestão industrial adotado na fábrica de Camaragibe esteve intimamente relacionada à personalidade do gerente, Carlos Alberto de Menezes, na qual observamos a importância da condição de membro ativo e proeminente da Sociedade de São Vicente de Paulo, em Pernambuco, na sua formação. Como foi dito acima, os vicentinos encaravam a obra de assistência aos pobres, simultaneamente, como um trabalho de assistência material e de evangelização para a salvação das almas.

O alegado caráter igualitário de tais associações, estimulando a participação comum de patrões e operários em uma convivência de confrades, provavelmente contribuiu para reforçar a apropriação, por Menezes, do papel social que estaria reservado aos patrões: o de proteção dos seus operários como se fora uma

¹²³ Carta de 10 de dezembro de 1904. Dossiê. *Op. Cit.*

¹²⁴ Sessão ordinária do Conselho Central da Corporação de Camaragibe realizada em 03 de novembro de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

“segunda paternidade”. Tal ponto já era sugerido, pela Igreja, na *Rerum Novarum*, e poderia ser expresso, em termos religiosos, por meio da expressão “Apostolado dos Patrões”.

Uma melhor compreensão do ponto de vista de Menezes sobre essa missão do patronato pode ser observada com base na análise do seu discurso no Congresso Católico Brasileiro, em 1900.¹²⁵ Convidado a participar como palestrante desse evento, realizado na Bahia, Menezes fora inicialmente incumbido de tratar do tema *sociedades de socorro mútuo entre os operários*. Porém, dizendo-se embaraçado por ter que limitar sua apreciação da “magna questão que agita o mundo, a questão operária”¹²⁶ a um ponto tão específico da mesma, o orador solicitou e obteve a autorização dos organizadores do evento para ampliar sua discussão e tratar da questão em seus termos mais gerais.¹²⁷

Menezes iniciou sua exposição reconhecendo a existência de uma “questão operária no Brasil”, porém, salientando que ela assumiria uma natureza diferente daquela apresentada pelo conflito na Europa, pois seus fatores geradores, ou seja, os erros cometidos pelos patrões e operários europeus não teriam ainda se manifestado no país.

Da parte dos patrões, tais erros não teriam se repetido, principalmente devido às circunstâncias peculiares enfrentadas pelas grandes indústrias brasileiras como, por exemplo, a disputa travada entre elas para a obtenção da mão de obra operária, o que constituiria um fator importante por ter impedido a depreciação do valor do trabalho enquanto mercadoria, como tinha ocorrido na Europa, e garantido aos mesmos uma condição privilegiada entre os demais trabalhadores brasileiros, a ponto de constituírem, segundo Menezes, a “aristocracia do proletariado brasileiro”.¹²⁸

Já da parte dos operários, tais erros não teriam se manifestado, *ainda*, tanto por causa dessa situação vantajosa quanto pela sua “deplorável ignorância e

¹²⁵ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. Ação social católica no Brasil. **Op. Cit.**

¹²⁶ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. Ação social católica no Brasil. **Op. Cit.** p. 32.

¹²⁷ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. Ação social católica no Brasil. **Op. Cit.** p. 32.

¹²⁸ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. Ação social católica no Brasil. **Op. Cit.**

simplicidade de costumes”¹²⁹ que os manteria em um estado de pureza primitiva. Triste herança do regime escravista, o proletariado não teria desenvolvido o sagrado sentimento de família, o que contribuía para o lastimável cenário moral brasileiro: grande número de concubinatos no Brasil; elevada infidelidade conjugal; desapego para com os filhos; a mais completa despreocupação com a formação de um patrimônio.¹³⁰

Contudo, Menezes alertava que era apenas uma questão de tempo para que o temível conflito também se instalasse no Brasil. Daí, a necessidade urgente da aplicação de uma “vacina”, segura e eficaz, que pudesse tornar o organismo social brasileiro imune ao perigo de sua contaminação pelo “terrível vírus” da luta de classes.¹³¹ Assim, os patrões e diretores de indústria no Brasil precisariam compreender que o único remédio possível para a moralização das classes baixas era o religioso, pois, somente a religião seria capaz de frear os seus *vícios naturais*:

Ninguém, entretanto, que se queira elevar um pouco acima do espírito sectário, deixará de reconhecer essa verdade social – só a religião é capaz de formar o povo, de purificar-lhe o coração e os costumes, de extirpar nele os vícios e tendências que são sua partilha própria.

Todo homem precisa desse freio íntimo, desse regulador interno das consciências; para o homem ignorante e grosseiro do povo, ou há esse ou não há nenhum.

Fala-se na instrução: como negar suas enormes vantagens, sua necessidade absoluta?

Mas separem da instrução a religião, e o homem não será mais do que uma máquina mais aperfeiçoada de fazer o mal. E a instrução mesma só pode ser muito limitada entre as classes baixas.

Grandemente se iludem aqueles que pensam conseguir mais do que fornecer ao proletário os conhecimentos indispensáveis à vida.¹³²

O equívoco, cometido pelos patrões brasileiros, de apenas se restringirem ao atendimento das necessidades materiais dos seus operários, esquecendo dos demais deveres inerentes ao exercício do patronato, era criticado pelo gerente de Camaragibe, pois considerava tal função como uma “segunda paternidade”, responsável pela formação moral e religiosa dos seus operários: “Que a tal respeito

¹²⁹ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. Ação social católica no Brasil. **Op. Cit.**

¹³⁰ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. Ação social católica no Brasil. **Op. Cit.**

¹³¹ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. Ação social católica no Brasil. **Op. Cit.**

¹³² Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. Ação social católica no Brasil. **Op. Cit.** p. 41.

não se iludam os industriais católicos: nós temos cargo de almas; nós temos que responder perante Deus por essas almas, como temos de responder pela alma de nossos filhos”.¹³³

Portanto, foi a partir da identificação do patronato com a paternidade que surgiu a concepção do “Apostolado dos Patrões”, base da ação social católica empreendida por Menezes. Mas se o remédio já era conhecido, a sua aplicação dependeria da adoção, pelos patrões, de quatro meios superiores para surtir efeito. Em primeiro lugar, seria impraticável a execução de uma obra de natureza religiosa sem a presença do *profissional especializado*, o padre.¹³⁴ O industrial católico que desejasse se dedicar a tão importante projeto precisaria se empenhar para a sua aquisição, assim como fazia ao procurar especialistas em outras áreas mais diretamente ligadas às necessidades de produção.

Menezes informava aos participantes do Congresso Católico que, em Camaragibe, tal assistência religiosa era feita pela Congregação do Sagrado Coração de Jesus. O padre assumia, assim, a função do agente indispensável para a aplicação da vacina preventiva contra os males que, acreditava, rondavam a questão operária:

Não pode haver religião sem a prática dos deveres que ela prescreve, sem a palavra de Deus, e, mais do que tudo, *sem os sacramentos*. Nada disso pode haver *sem o padre*. Em qualquer centro, onde se pretenda realizar o trabalho de cristianização dos operários, o padre é *o agente indispensável*.¹³⁵

Os padres e freiras europeus que se instalaram na fábrica de tecidos, e também na Usina de Goiana, trataram de introduzir o culto a novas devoções trazidas da Europa, a exemplo da consagração da fábrica, e das crianças nascidas em sua vila, ao Sagrado Coração de Jesus. Além das novas devoções de origem europeia, os religiosos também introduziram associações de caráter religioso no sentido da promoção do desenvolvimento moral e religioso dos seus membros. É importante destacar que, para o cumprimento dessa importante função moralizadora, com exceção da associação do Apostolado da Oração (fundada em

¹³³ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. Ação social católica no Brasil. **Op. Cit.**

¹³⁴ BOURDIEU, 2005. **Op. Cit.** p. 35.

¹³⁵ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. **Op. Cit.** p. 42. Grifo nosso.

1895), tais associações adotavam o princípio da separação por idade e sexo.¹³⁶ O objetivo era evitar os possíveis perigos da sua mistura.

Para o sexo masculino, os adultos pertenciam às Conferências de São Vicente de Paulo (fundada em 1893). Já os moços eram encaminhados para o Círculo Operário de São Miguel (1896), enquanto os meninos pertenciam ao quadro da Associação de São Luiz Gonzaga (1896). Em relação ao sexo feminino, as meninas faziam parte da Associação de Santa Filomena (1897) e as adolescentes à Associação dos Santos Anjos (1895). As moças seguiam para as Filhas de Maria (1895) e as senhoras casadas para a Associação das Mães Cristãs (1897).

O segundo meio superior era a necessidade de uma capela própria. Devido às dificuldades financeiras, a igreja que fora inicialmente projetada não pôde ser construída, o que levou ao estabelecimento de uma capela em uma sala desocupada no interior da fábrica. De acordo com Menezes, a capela própria seria fundamental, pois garantiria o princípio da separação moral da paróquia, cujos benefícios seriam enormes para a construção da solidariedade entre seus frequentadores:

Para se desenvolver a vida própria especial de uma corporação, é preciso que todos os elementos sejam acordes para consegui-lo. Em uma Igreja estranha, nem os operários se sentem reunidos, aconchegados, porque se perdem na multidão dos outros fieis; nem a direção do culto e da pregação podem conservar o caráter de propriedade, de adaptação à índole e caráter da corporação, como em uma capela especial.¹³⁷

O terceiro meio era justamente o *Apostolado dos Patrões*. Os patrões deveriam procurar se identificar com seu operário, de maneira a se tornarem chefes da família operária. De acordo com Menezes, a fábrica cristã deveria ser tão aconchegante e acolhedora como a família, e seus dirigentes deveriam partilhar com seus subordinados os momentos de alegria e dor:

Em uma fábrica cristã, os patrões se habitam a conviver com seus patrões e com as famílias deles... Suas festas são comuns: os patrões assistem ao casamento de seus filhos; acompanham com eles os enterros de seus pais e irmãos. Na capela estão todos juntos, todos recebem o mesmo Pão da vida, na santa Eucaristia, e o mesmo pão espiritual, na pregação do capelão. Quando se trocam os papéis, e a dor ou alegria se manifesta na casa do patrão, então os

¹³⁶ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatórios. *Op. Cit.*

¹³⁷ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. *Op. Cit.* p. 44.

operários vêm sinceramente chorar com ele ou partilhar sua felicidade.¹³⁸

Portanto, como vimos acima, Menezes acentuava o dever dos patrões de zelar tanto pela assistência material quanto espiritual dos seus operários, assumindo sua função de “segundo pai”, sob pena de ter que prestar contas a Deus pelas suas almas. Fica evidente que o *plano moral*, posto em execução em Camaragibe, correspondia a essa concepção paternalista e religiosa apresentada no discurso de Menezes, e que estava ancorado tanto na *Rerum Novarum* quanto na própria espiritualidade vicentina.

Por fim, o quarto meio especial era o zelo pelas escolas. Embora tivesse observado que a instrução para as classes baixas somente poderia ser bastante limitada, Menezes defendia o importante papel moralizador das escolas, principalmente em relação à educação dos futuros operários:

As escolas de ambos os sexos devem ser objeto de cuidado especial dos patrões, fazendo o possível para que sejam freqüentadas por todas as crianças e acompanhando-as paternalmente, para que elas prosperem e produzam todos os frutos. Aos filhos das famílias operárias deve ser vedado entrar no trabalho sem terem passado pelas escolas. Em compensação, a estes é garantido o lugar de aprendiz como um direito, quer a fábrica precise, quer não.¹³⁹

No entanto, a viabilização de tais meios especiais dependeria do surgimento de um espírito de associação entre os operários. Segundo Menezes, os resultados obtidos na aplicação desse *plano moral* em Camaragibe já eram excelentes:

Como frutos posso assegurar que os resultados têm excedido a nossa expectativa. Se o bem moral e religioso, se a felicidade, o bem-estar dos operários são quase completos, não é menor a vantagem industrial que temos colhido. A nossa fábrica é um modelo de ordem, de atividade e de esforço no trabalho. O pessoal mantém-se fixo e ligado à fábrica por si e suas famílias. Os regulamentos, os mais rigorosos, são aceitos com amiga submissão. Em um momento crítico, nós que tínhamos começado com salários altos para adquirir pessoal, tivemos de reduzir tais salários. A medida foi aceita com a maior docilidade. Em nossa fábrica não há sequer a idéia de greves. A Companhia sente-se sólida, porque aos outros elementos de prosperidade reúne este enorme – a confiança no seu pessoal.¹⁴⁰

¹³⁸ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. Ação social católica no Brasil. **Op. Cit.** p. 46.

¹³⁹ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. **Op. Cit.** p. 47.

¹⁴⁰ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. **Op. Cit.** p. 53.

Fica evidente que, no discurso de Menezes, o projeto de cristianização aplicado em Camaragibe assumia a representação de uma fábrica moderna, ideal, baseada na organização cristã do trabalho. Portanto, poderia servir de referência para outras indústrias nacionais que se interessassem na aplicação do remédio cristão. No entanto, na época em que o discurso foi pronunciado, o plano moral ainda estava incompleto.

Como vimos, alguns meses após o discurso no Congresso da Bahia, o *plano moral* da Fábrica de Camaragibe atingiu seu auge com a criação da Corporação Operária Cristã de Camaragibe. Caberia, principalmente, à Corporação Operária a administração e o financiamento dos serviços relacionados ao cotidiano da Vila Operária como as escolas, o serviço médico, a limpeza, a polícia, entre outros. Ela tornou-se, portanto, o centro estratégico para a viabilização do Apostolado dos Patrões.

1.4 O contexto da reforma da Igreja

Para uma melhor compreensão da aplicação do paradigma disciplinar-religioso na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, é necessária a análise do contexto vivido pela Igreja Católica no Brasil, no período da segunda metade do século XIX e início do XX.

A Igreja brasileira procurava se reorganizar depois do impacto causado pelo decreto de 1890, do recém-instalado regime republicano, que determinou a separação entre o Estado e a Igreja no Brasil. Após séculos de vigência do regime do Padroado, era a primeira vez que a instituição teria que seguir sem a tutela do Estado. Na verdade, antes mesmo da decretação do fim do Padroado, a própria Igreja percebeu a necessidade de uma atuação mais autônoma em relação ao Estado no Brasil. Se, inicialmente, o Padroado foi visto como uma condição vantajosa para a instalação da Igreja na América Portuguesa, pela possibilidade de proteção que oferecia, mostrou-se, também, uma fonte de desavenças e limitações que impediam o pleno desenvolvimento da instituição no Brasil. A proclamação da independência brasileira, em 1822, que garantiu a manutenção do Padroado no Império brasileiro, conservou a ambígua situação da instituição, simultaneamente beneficiada e prejudicada pela ligação com o Estado.

Contudo, desde a segunda metade do século XIX, elementos pertencentes ao clero brasileiro se movimentavam no sentido de estreitar os laços da Igreja no Brasil com a Sé Romana, desencadeando um processo que ficou tradicionalmente denominado de “Romanização” ou “Reforma da Igreja”.¹⁴¹

Essa tentativa de uma maior articulação com a Santa Sé foi favorecida pela própria estratégia empreendida pelo Vaticano naquele período. Diante dos duros reveses sofridos nos últimos séculos de seu domínio religioso e político na Europa, inicialmente com o advento da Reforma Protestante e, depois, pelo ciclo revolucionário liberal europeu, de inspiração Iluminista, que desencadeou o processo de secularização das sociedades ocidentais¹⁴², o Vaticano procurava reforçar o seu poder sobre o orbe católico. O pontificado de Pio IX constituiu um importante marco dessa estratégia.¹⁴³

Governando o mundo católico na delicada conjuntura da demolição dos Estados Pontifícios pelas forças da unificação italiana, o papa liderou uma condenação veemente ao que considerava “os erros do mundo moderno”. Faziam parte dessa estratégia centralizadora, que caracterizou o pontificado de Pio IX, a instituição dos dogmas da Infallibilidade do Papa e da Imaculada Conceição de Maria. Pio IX decidiu, após séculos da realização do Concílio de Trento, convocar um novo Concílio, que ficou conhecido como Vaticano I. O eixo da discussão do Concílio envolveu a controvérsia em torno da infalibilidade papal. Apesar da existência de uma oposição, o Concílio terminou por aprová-la. Foi, contudo, suspenso antes do seu término, devido à ocupação de Roma pelas tropas do governo unificador da Itália.¹⁴⁴

No Brasil, a Província de Pernambuco constituiu um dos principais cenários de reverberação dessa estratégia. Os episcopados de D. Medeiros, D. Cardoso Ayres e, principalmente, D. Vital, caracterizaram-se pelo seu estreito envolvimento com a teologia ultramontanista. No caso de Dom Vital, como é amplamente conhecido, o período de seu governo na Diocese de Olinda representou o paroxismo do confronto entre regalistas e ultramontanos, que resultou na eclosão do episódio

¹⁴¹ AZZI, Riolando. **A neocristandade**: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.

¹⁴² Empregamos o termo “secularização” como “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos”. Cf. BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

¹⁴³ SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da Igreja Progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Editora da UFPE, 2006.

¹⁴⁴ ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **História dos concílios ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

conhecido como a “Questão Religiosa”, em 1872. Depois disso, as relações entre Império e Igreja nunca mais seriam as mesmas.¹⁴⁵

Proclamada a República, a atitude adotada pelos bispos brasileiros em relação ao novo regime foi de expectativa. Porém, o decreto da separação foi veementemente condenado, pois refletia a grande influência da ideologia positivista no alvorecer da República brasileira, quando os militares tinham uma participação maior, inclusive indicando os dois primeiros presidentes.¹⁴⁶

Como nos mostra Miranda, no mesmo ano de 1890, os bispos do Brasil publicavam a primeira Pastoral Coletiva da República, na qual condenavam os seguintes dispositivos da nova legislação: a) a obrigatoriedade do ato civil antes do casamento religioso; b) a plena laicização dos cemitérios; c) a inelegibilidade dos clérigos; d) o impedimento dos religiosos votarem nas eleições; e) a proibição do ensino religioso nas escolas públicas; f) a conservação das leis referentes aos bens de “mão morta”.¹⁴⁷

Ainda de acordo com Miranda, as Pastorais representaram um importante elemento de difusão das palavras de ordem de renovação do aparelho eclesiástico defendida pelos bispos reformadores. O grande líder desse grupo reformador foi D. Macedo Costa, bispo do Pará, que, assim como Dom Vital, esteve envolvido com a “Questão Religiosa”. Em 1890, D. Macedo Costa publicou um documento intitulado *Pontos da Reforma da Igreja do Brasil*, cujo maior objetivo era contribuir para a reformulação do aparelho eclesiástico brasileiro: “Os pontos de reforma assinalados por D. Macedo Costa são como uma súmula do processo de Romanização do Catolicismo Brasileiro”.¹⁴⁸

Nesse documento, D. Macedo Costa, salienta

a necessidade dos bispos de atuarem em perfeita unidade e que, nas suas dioceses, garantam a união do clero devendo reforçar sua autoridade e seu controle sobre as atividades da Igreja, mantendo-se informado do que se passa nas paróquias, especialmente através da visitas pastorais.¹⁴⁹

¹⁴⁵ BRANDAO, Sylvana. **Ventre livre, mãe escrava**: a reforma social de 1871 em Pernambuco. Recife: Editora da UFPE, 1996.

¹⁴⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁴⁷ MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica no Brasil**: uma trajetória reformista (1872 - 1945). Recife, 1988. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco.

¹⁴⁸ MIRANDA, 1988. *Op. Cit.* p. 21.

¹⁴⁹ MIRANDA, 1988. *Op. Cit.* p. 20.

A prática da visita pastoral tinha dois objetivos principais: fiscalizar os padres e vigários rebeldes, enquadrando-os nos parâmetros da nova ordem eclesiástica, e fazer uma arrecadação material através da administração de sacramentos, casamentos e coleta de donativos.

Segundo D. Macedo, os bispos deveriam ser

rigorosos na vigilância do clero de modo a curar seus males e recomenda que os poderes ampliem seu campo de atividade pastoral, exortando-os especialmente a se dedicarem a pregação dominical, promoção de festas religiosas, visitas aos hospitais, *criação e direção de conferências vicentinas* e difusão da boa imprensa católica. Sugere, ainda, que os seminaristas recebam um ensino religioso e ortodoxo, visando à preparação do futuro sacerdote 'exemplar'. Apresenta, ainda, alguns outros meios para a reforma do clero: estimular o estudo da moral, promover excursões espirituais e fazer reuniões mensais do clero.¹⁵⁰

Dom Macedo também estimulava a vinda, da Europa, de congregações religiosas masculinas e femininas, pois a imigração do clero europeu tornara-se uma necessidade urgente devido ao lamentável estado em que se encontravam as tradicionais Ordens Religiosas, como os Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos. Além da carência de recursos que dificultavam a manutenção dos religiosos e a reforma dos deteriorados conventos, o clero dessas ordens estava velho, numericamente insuficiente e pouco afeito às novas normas exigidas pelo catolicismo ultramontano.

Essas novas congregações religiosas tiveram, portanto, uma participação fundamental no projeto de reforma liderado pelos "bispos reformadores", principalmente ao assumirem uma posição de defesa contra o avanço de outras denominações religiosas e trabalharem no sentido de fortalecer o catolicismo de viés tridentino. Devoções tradicionais no Brasil, como as de Santo Antônio, São José, São Sebastião, Santa Bárbara, São Benedito e as diversas denominações marianas de origem portuguesa, passaram a ser substituídas

por devoções em voga na Europa, mais condizentes com a teologia ultramontana especialmente as devoções Marianas e a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, na época em grande florescimento na Europa, inclusive servindo como instrumento de luta contra o 'modernismo' e o liberalismo anticlerical.¹⁵¹

¹⁵⁰ MIRANDA, 1988. *Op. Cit.* p. 20. Grifo nosso.

¹⁵¹ MIRANDA, 1988. *Op. Cit.* p. 33.

De acordo com Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta, tais devoções populares eram consideradas demasiadamente associadas ao sincretismo religioso promovido pelos escravos de origem africana desde o início da colonização e, por isso, “desqualificadas pelos agentes ultramontanos”¹⁵², no final do século XIX. Essas devoções europeias, principalmente a do Sagrado Coração de Jesus, teriam presença significativa na história da fábrica de Camaragibe.

A devoção do Sagrado Coração de Jesus foi incentivada de maneira mais sistemática pelo reconhecimento de Pio IX, na segunda metade do século XIX, e pela consagração de todo o gênero humano ao Santíssimo Coração de Jesus, na encíclica de 1899, do papa Leão XIII. Em Pernambuco, disseminou-se principalmente pelo trabalho de propagação realizado pela associação do Apostolado da Oração.¹⁵³

Na palestra proferida pelo Monsenhor Marcolino Pacheco do Amaral, no Congresso Católico de Pernambuco, de 1902, o religioso explica que a origem da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, de acordo com a tradição da Igreja, estava vinculada ao drama da Crucificação quando “o soldado abriu com a lança o peito do Divino Crucificado, começaram os fiéis discípulos de Jesus a render culto ao seu Coração lanceado”.¹⁵⁴ Porém, foi somente no século XVII que sua devoção teria se desenvolvido plenamente, após a miraculosa aparição de Paray-le-Monial:

Quem por ventura ignora que no mosteiro da Visitação de Paray-le-Monial, a 16 de junho de 1675, o Divino Salvador apareceu à religiosa Margarida Alacoque, e, descobrindo o peito, lhe mostrou o Coração, onde se via ainda viva a ferida da lança, encimado de uma cruz entre chamas radiantes, recomendando-lhe uma festa de amor e reparação?¹⁵⁵

Monsenhor Marcolino ressalta que a devoção ao Sagrado Coração foi difundida, principalmente, por uma associação católica voltada para os leigos, mas sob direção dos padres: o Apostolado da Oração. Fundado em 1844, em Puy, na França, pelo padre Xavier Gautrelet, o Apostolado da Oração se expandiu por toda

¹⁵² GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A cultura clerical e a euforia popular. **Revista Brasileira de História**. vol. 17, n. 34, São Paulo, 1997. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200010>. Acesso em 19 de abril de 2012.

¹⁵³ **O Apostolado da Oração – Seu desenvolvimento e propagação**. Conferência pronunciada pelo Monsenhor Marcolino Pacheco do Amaral. *In*: Anais do Congresso Católico de Pernambuco, 1902. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, CEHIBRA (Coleção Carlos Alberto de Menezes, Série Produção Intelectual, Pasta 01).

¹⁵⁴ O Apostolado da Oração – Seu desenvolvimento e propagação. **Op. Cit.** p. 72.

¹⁵⁵ O Apostolado da Oração – Seu desenvolvimento e propagação. **Op. Cit.** p. 72.

parte, principalmente após o impulso proporcionado pela publicação, em 1861, do livro Mensageiro do Coração de Jesus, do Padre Ramière.¹⁵⁶

De acordo com a página oficial do Apostolado no Brasil, o primeiro centro da associação foi fundado, no Recife, em 30 de junho de 1867, na Igreja Santa Cruz, sob a direção dos padres Jesuítas que tinham retornado a Pernambuco dois anos antes.¹⁵⁷ No Brasil, seu principal difusor foi o padre Bartolomeu Taddei, que, nomeado seu Diretor Nacional, estendeu o Apostolado por todo o país, de tal forma que, anos depois, o Cardeal D. Sebastião Leme chegou a afirmar que “o renascimento espiritual do Brasil é obra do Apostolado da Oração”.¹⁵⁸ Foi com a colaboração do Apostolado, que o Pe. Taddei pôde realizar o Primeiro Congresso Católico Brasileiro, no qual Menezes, como vimos acima, apresentou o *plano moral* de Camaragibe como exemplo vivo de organização cristã do trabalho.

A importância da participação do Apostolado da Oração no projeto de Romanização da Igreja no Brasil, assim como de outras associações católicas para leigos, como as Conferências Vicentinas e a Pia Associação das Filhas de Maria, é confirmada por Miranda:

a introdução da devoção ao Sagrado Coração de Jesus (inclusive por meio da consagração de dioceses inteiras ao Sagrado Coração de Jesus) assume grande importância porque ela vai se efetivar através de um novo organismo leigo: o ‘Apostolado da Oração’, que se difunde com enorme rapidez na segunda metade do século passado (XIX), seguindo, quase passo a passo, a ação dos ‘Bispos Reformadores’. Ora, o Apostolado da Oração, bem como as outras associações religiosas para leigos, como a Pia Associação das Filhas de Maria, a Liga Católica, a Cruzada Eucarística, a Congregação Mariana e as Conferências Vicentinas – para citarmos as mais comuns – distinguem-se radicalmente das antigas irmandades e confrarias, pela posição nelas ocupadas pelos leigos. Embora sejam associações de leigos, sua direção está sempre diretamente subordinada ao vigário, que estatutariamente faz parte da diretoria e, de fato, tem sob seu controle as decisões concernentes à entidade.¹⁵⁹

Fica evidente que tais associações católicas apresentavam como denominador comum o papel subordinado do leigo em relação à autoridade religiosa, o que condizia com o programa do projeto romanizador da Igreja no Brasil. Outro aspecto importante que estimulava sua difusão pelos bispos nas dioceses era

¹⁵⁶ O Apostolado da Oração – Seu desenvolvimento e propagação. *Op. Cit.* p. 72.

¹⁵⁷ **Paróquia Santa Rita De Cássia.** Disponível em <www.santaritadf.org.br/gruposmovimentos/apostolado-da-oracao>. Acesso em 15/06/2011.

¹⁵⁸ *Ibidem.*

¹⁵⁹ MIRANDA, 1988. *Op. Cit.* p. 33.

a facilidade de penetração do Apostolado da Oração em todas as camadas sociais devido à simplicidade da sua devoção, como indica a descrição de Monsenhor Marcolino: “E serão necessárias muitas orações para pertencer ao Apostolado? Não, srs, somente um Pater noster, uma Ave Maria e um Credo, com a consagração de nossos trabalhos e sofrimentos do dia ao Sagrado Coração, constituem o 1ª grau desta obra, prática essencial”.¹⁶⁰

O Congresso de Pernambuco lançou, como uma das suas resoluções, a implantação do Apostolado da Oração nas freguesias onde ainda não fora fundado, recomendando que outras associações religiosas, escolas e colégios também deveriam se alistar.¹⁶¹ Em Camaragibe, o Apostolado da Oração foi fundado em novembro de 1895 e possuía 521 associados, 11 zeladores, 19 zeladoras e 36 quinzenas do Rosário e, ao contrário das demais associações religiosas, era a associação geral católica que reunia os operários de todas as idades e sexos. Dirigido pelos padres dehonianos, o Apostolado obteve a consagração da fábrica ao Sagrado Coração de Jesus.

Como vimos acima, a preocupação em atingir as massas populares constituiu um elemento importante do projeto de reorganização da Igreja, no Brasil da Primeira República, e permitiu sua convergência com o discurso modernizador das elites brasileiras, a partir do objetivo comum da promoção da moralização das camadas populares. O sucesso de sua propagação, porém, dependia do aumento no número de religiosos no Brasil, o que somente seria possível rapidamente com a transferência de congregações religiosas européias para o país. A conjuntura europeia favoreceu essa migração e diversas congregações cruzaram o Atlântico.¹⁶² Como veremos adiante, algumas se estabeleceram na fábrica de Camaragibe e tiveram decisiva participação em seu plano de organização cristã do trabalho, como foi o caso da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus.¹⁶³

É importante frisar que a Congregação do Sagrado Coração de Jesus apresentava uma espiritualidade eminentemente voltada para o atendimento dos operários das fábricas, o que fazia parte de um movimento mais amplo de mobilização de setores da Igreja Católica que estavam, simultaneamente,

¹⁶⁰ O Apostolado da Oração – Seu desenvolvimento e propagação. *Op. Cit.* p. 75.

¹⁶¹ O Apostolado da Oração – Seu desenvolvimento e propagação. *Op. Cit.* p. 75.

¹⁶² SILVA, 2006. *Op. Cit.*

¹⁶³ Em vários países da Europa, como França, Alemanha e Portugal, a Igreja Católica enfrentou dificuldades, o que estimulou a emigração dos religiosos desses países para outras partes do mundo, como o Brasil.

preocupados com as precárias condições de vida dos operários e seu crescente distanciamento religioso em relação ao catolicismo.¹⁶⁴

De acordo com Hobsbawn, na primeira metade do século XIX, as massas trabalhadoras industriais estavam cada vez mais afetadas pela tendência secularizante em curso e, conseqüentemente, distanciadas das religiões organizadas tradicionais, notadamente da Igreja Católica Romana, oscilando entre a indiferença e a franca hostilidade.¹⁶⁵

Naquele contexto de tentativa de recuperação do espaço perdido surgiram diversas Congregações religiosas, masculinas e femininas, como os Salesianos, os Maristas e as Irmãs Doroteias, caracterizadas pela sua dedicação à prática da caridade junto às camadas populares.¹⁶⁶

O fundador da Congregação do Sagrado Coração de Jesus foi o francês padre Léon Dehon.¹⁶⁷ De acordo com a página oficial da Congregação no Brasil, ao longo da sua missão eclesial o padre Dehon se engajou em diversas obras de assistência aos pobres de Paris, antes de fundar a Congregação do Sagrado Coração de Jesus, em 1878. Com base na observação de suas diversas obras de assistência social fica evidente a estreita colaboração que procurou estabelecer com os patrões no atendimento das necessidades de seus subalternos: fundação do Patronato São José, a Obra dos Círculos Católicos, os Círculos de Estudos Religiosos e Sociais, com a participação da Conferência de São Vicente de Paulo, e a promoção de encontros de estudos, com patrões, para a discussão das condições de vida dos operários.¹⁶⁸ O padre Dehon foi considerado um missionário da Doutrina Social da Igreja, tornando-se um entusiasmado divulgador da *Rerum Novarum*.

Considerada a primeira das encíclicas sociais, a *Rerum Novarum* foi publicada no dia 15 de maio de 1891, décimo quarto ano do pontificado de Leão XIII. Por intermédio desse documento, o papa procurava situar o posicionamento da Igreja Católica com relação à inquietante “questão operária”, ou seja, o “temível conflito” entre capital e trabalho nas sociedades capitalistas modernas.¹⁶⁹

¹⁶⁴ SILVA, 2006. *Op. Cit.*

¹⁶⁵ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875 - 1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

¹⁶⁶ SILVA, 2006. *Op. Cit.*

¹⁶⁷ **Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus**. Disponível em <www.dehonianos.org.br/site/interna.php?id_menu=77>. Acesso em 10/06/2011.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.*

De acordo com o pensamento da Igreja, tal confronto se situava em uma questão muito mais ampla e alarmante para a instituição católica: a chamada “questão social”, entendida nos meios da Igreja como o duplo processo de secularização das instituições governamentais e de descristianização das sociedades humanas. De acordo com o teólogo Roger Aubert, a *Rerum Novarum* estava inserida no projeto global de uma restauração da “cristandade” que teria caracterizado a linha política do pontificado de Leão XIII.¹⁷⁰ O papa era adepto das ideias de Tomás de Aquino, um dos mais importantes pensadores da história da Igreja e de sua crença na possibilidade do estabelecimento de uma sociedade baseada no vínculo entre os homens por meio da caridade.

A orientação da Encíclica de tentar preservar as tradições de um mundo onde a Igreja possuía a primazia das respostas fica evidenciada desde o início do documento, ao assumir um tom de condenação do processo de mudanças, em curso no mundo desde a eclosão da Revolução Francesa: “A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as têm numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social”.¹⁷¹

Essas transformações, entre as quais destacamos o progresso industrial incessante, a alteração nas relações entre patrões e operários e, do ponto de vista da Igreja, uma corrupção dos costumes, teriam resultado no confronto gerador de apreensão e ansiedade por toda parte, concluindo que “não há, presentemente, outra causa que impressione com tanta veemência o espírito humano”.¹⁷²

O contexto europeu do final do século XIX contribuía para a manifestação dessas preocupações, pois o cenário era de acirramento da luta de classes nas relações entre o capital e o trabalho. O progresso industrial, a concentração do capital e a expansão capitalista no mundo elevaram a exploração do trabalho operário, cuja condição de existência foi agravada pelas crises periódicas que afetaram o sistema capitalista naquele período, como, por exemplo, a crise de 1873. Uma parcela significativa desses trabalhadores reagiu através de uma maior mobilização em torno dos sindicatos e do aumento no número de ações de

¹⁷⁰ Sobre o projeto de restauração da sociedade cristã no pontificado de Leão XIII, ver o esclarecedor prefácio à *Rerum Novarum* do professor emérito da Universidade de Louvain – Roger Aubert, em AUBERT, Roger; SCHOOTYANS, Michel. **Da Rerum Novarum à Centesimus Annus**. São Paulo: Loyola, 1993.

¹⁷¹ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p. 5. Grifo nosso.

¹⁷² LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p. 5.

enfrentamento ao capital, principalmente por meio do instrumento da greve. O anarquismo e o socialismo eram as principais correntes de pensamento que orientavam a luta desses trabalhadores.¹⁷³

Esse agitado quadro social não passou despercebido nos meios ligados à Igreja Católica. Como foi dito acima, desde a primeira metade do século XIX que setores do clero e leigos católicos se mobilizavam para tentar aliviar o infortúnio das massas por meio de ações de caridade. A culpa era atribuída ao processo desenfreado de inovações, sendo a própria Igreja Católica considerada uma vítima desse processo. O desmoronamento do chamado Antigo Regime havia abalado suas bases de sustentação e, em alguns países europeus, como a França, a hierarquia eclesiástica estava em conflito aberto contra as autoridades seculares. Portanto, para a instituição religiosa, o que estava em jogo não era apenas a sorte das massas exploradas, mas, também, a sua própria, enquanto referencial de poder.

Segundo o papa, o problema era de difícil solução, pois era complicado estabelecer os direitos e deveres que deveriam reger as relações entre operários e patrões; contudo, ele ressaltava que pelo menos existiria um consenso em torno da necessidade de auxiliar os membros das classes baixas, que viviam, em sua maioria, “numa situação de infortúnio e de miséria imerecida”.¹⁷⁴ No documento, o século XVIII foi apontado como o principal responsável pela origem do conflito devido à obra de destruição das antigas corporações de ofício, que, em sua avaliação, constituíam uma proteção segura aos operários contra os excessos dos patrões.

O papa é veemente na afirmação de que a origem do problema não estava de maneira nenhuma relacionada à propriedade privada dos meios de produção. A solução, defendida pelos socialistas, da abolição da propriedade privada e de sua entrega para a administração do Estado era condenada porque, ao invés de trazer uma solução ao problema, tal medida seria prejudicial ao próprio operário, que ficaria impedido de utilizar seu salário como bem desejasse e, ademais, ela o impediria da possibilidade da acumulação de um pequeno patrimônio mediante suas economias. Contudo, o que haveria de mais grave no remédio proposto pelos

¹⁷³ HOBBSAWM, 2006. *Op. Cit.*

¹⁷⁴ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p.6.

socialistas seria sua flagrante oposição à justiça “porque a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural”.¹⁷⁵

Para justificar o estatuto de direito natural concedido à propriedade privada, o papa argumentava que, diferentemente dos animais destituídos de razão, o homem, por ser dotado de inteligência, possuía a faculdade de não apenas fazer uso das coisas da natureza, mas de também possuí-las de maneira estável e perpétua, a fim de prover suas necessidades presentes e futuras. E, contrariamente ao que alguns poderiam defender, a propriedade privada não estaria em desacordo com a vontade divina, mas, antes, teria sua plena aprovação: “Não se oponha também à legitimidade da propriedade particular o fato de que Deus concedeu a terra a todo o gênero humano para a desfrutar, porque Deus não a concedeu aos homens para que a dominassem confusamente todos juntos”.¹⁷⁶

O emprego da sanção divina para a legitimação do direito natural do homem à propriedade privada remete-nos à discussão desenvolvida por Pierre Bourdieu, sobre o chamado “efeito de consagração” exercido pela religião. Segundo Bourdieu, a religião

está predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de *absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário*, que só poderá cumprir na medida em que possa suprir uma função lógica e gnosiológica consistente em reforçar a força material ou simbólica possível de ser mobilizada por um grupo ou uma classe, assegurando a legitimação de tudo que define socialmente este grupo e esta classe.¹⁷⁷

O efeito de consagração realiza-se através de duas modalidades: as chamadas sanções santificantes e o efeito de conhecimento-desconhecimento. Portanto, ao proclamar que a propriedade particular é um direito natural do homem, sancionado por Deus, o papa converteu uma instituição originada na trama da história das sociedades humanas, em uma instituição natural (sanção santificante) e, portanto, sagrada, e que, por isso, não poderia ser questionada, pois faria parte da ordem divina (conhecimento-desconhecimento).¹⁷⁸

Aqueles, como os socialistas, que pretendiam sua eliminação, assumiam uma atitude de oposição ao sagrado, ou seja, de *profanação* contra as determinações daqueles que detinham o “monopólio da gestão do sagrado”, que, na visão da Igreja,

¹⁷⁵ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p. 8.

¹⁷⁶ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p.9.

¹⁷⁷ BOURDIEU, 2005. *Op. Cit.* p. 46.

¹⁷⁸ *Idem.*

era o próprio clero católico. Daí, a urgência da proteção desse direito sob a dupla jurisdição civil e divina, proibindo qualquer tipo de violação das suas bases. A Igreja legitimava o fator distintivo do homem burguês em relação aos membros de outros grupos sociais: a apropriação privada dos meios de produção. Concomitantemente condenava sua contestação pelos mesmos.

Esse efeito de naturalização do mundo social, exercido pela religião, também foi identificado por outro autor que se dedicou à análise do fenômeno religioso: Peter Berger. Segundo Berger, a sociedade é feita pelos homens, mas estes precisam ocultar a si mesmos o caráter construído da ordem social. Surge, assim, o papel atribuído a religião de legitimar, justificar e explicar as mazelas do cosmos construído.¹⁷⁹ Assim, tanto Berger quanto Bourdieu acentuam a existência dessa relação entre religião e legitimação.

Para a Igreja, o direito natural da propriedade privada seria ainda reforçado ao se considerar a condição do homem como chefe de família. No exercício dessa função social primordial, o pai teria o dever de não apenas alimentar e sustentar seus filhos, mas também adquirir um patrimônio que lhes garantisse a preparação para o futuro. Os socialistas são, mais uma vez, acusados de atentarem contra os direitos naturais do homem ao buscarem quebrar os sagrados laços da família, através da abolição da autoridade paterna e de sua usurpação pelo Estado. Além de injusta, a solução socialista acarretaria, também, desastrosas consequências para toda a sociedade:

A perturbação em todas as classes da sociedade, uma odiosa e insuportável servidão para todos os cidadãos, porta aberta a todas as invejas, a todos os descontentamentos, a todas as discórdias; o talento e a habilidade privados dos seus estímulos, e, como consequência necessária, as riquezas estancadas na sua fonte; enfim, em lugar dessa igualdade tão sonhada, a igualdade na nudez, na indigência e na miséria.¹⁸⁰

O papa conclamava a todos, patrões e operários, ao repúdio veemente da solução socialista e ao respeito ao direito sagrado da propriedade. Leão XIII invoca a plenitude do direito e da autoridade da Igreja de intervir na questão, considerando mesmo impossível o encontro de uma solução eficaz sem o seu divino concurso. Apesar de reconhecer que o sucesso da sua proposta dependia também do empenho das demais partes envolvidas, caberia à Igreja, como *gestora dos bens*

¹⁷⁹ BERGER, 1985. *Op. Cit.*

¹⁸⁰ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p.13.

espirituais, a transmissão dos ensinamentos capazes de resolver o conflito, ou pelo menos amenizá-lo, retirando-lhe qualquer caráter violento.

O primeiro princípio defendido é o de que o homem deveria aceitar, com resignação, a desigualdade social como um fato natural da vida, contra o qual os socialistas se levantavam inutilmente. Ao contrário, longe de constituir um problema, essa desigualdade seria benéfica para todos:

Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença de suas respectivas condições.¹⁸¹

Em relação a esse papel de legitimação das desigualdades sociais, Bourdieu afirma que a religião tem, intrinsecamente, em sua estrutura, uma função social, que é ao mesmo tempo política, de legitimar as diferenças através da imposição dissimulada para os consumidores dos bens espirituais, de uma visão do mundo social no qual todas as suas partes e componentes teriam funções preestabelecidas e, logo, legítimas, por estarem em conformidade com a ordenação divina. Os leigos, então, não esperariam da religião apenas respostas às suas angústias existenciais, mas “contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes”.¹⁸²

É possível, então, inferir que na mensagem religiosa existe uma procura de justificação para os consumidores privilegiados, dos motivos porque eles desfrutam da sua condição dominante, enquanto para os consumidores subalternos, do porque eles deveriam se resignar a uma condição inferior. Parece evidente, a atuação do efeito de consagração, principalmente o efeito de conhecimento-desconhecimento.

Portanto, ao não questionar a divisão social das sociedades humanas, a Igreja prega a resignação do operário à ordem burguesa que, apenas superficialmente, critica. Antes, legitima essa dominação. Ainda mais porque o trabalho continuava sendo visto como uma expiação do chamado “pecado original” e a dor e sofrimento o “apanágio da humanidade”.¹⁸³

¹⁸¹ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p.15.

¹⁸² BOURDIEU, 2005. *Op. Cit.* p. 48.

¹⁸³ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.*

No entanto, é preciso alertar que Bourdieu (e também Berger) não pretende submeter mecanicamente o campo religioso aos campos da política e economia. Antes, procura destacar a vigência de uma autonomia relativa desse campo tanto maior quanto for o grau de especialização daqueles que detêm a função da produção dos bens de trocas simbólicas. Daí, a presença de contradições no discurso da Igreja com relação a determinados aspectos da ordem burguesa e que se refletem nas críticas da *Rerum Novarum* à excessiva exploração dos trabalhadores.

Segundo Leão XIII, o erro capital que prejudicaria o encaminhamento de uma solução pacífica para a questão operária era a crença de que “as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado”.¹⁸⁴ Do ponto de vista do papa, as duas classes antes estariam destinadas, pela natureza, a se unirem harmoniosamente pela necessidade de colaboração mútua: “Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, de um conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens”.¹⁸⁵

E a Igreja, que invocava a condição de guardião e intérprete da “*economia das verdades religiosas*” (termo empregado no próprio texto da Encíclica), possuía o encargo de aproximar ricos e pobres lembrando a cada uma das partes seus deveres mútuos, principalmente aqueles que derivariam da justiça.

Aos operários era lembrado seu dever de trabalhar, integral e fielmente, para seus patrões, sem lesá-los em seus direitos, sobretudo, aqueles relacionados aos seus bens, devendo nunca se envolver em sedições, efetuando suas reivindicações sem violência. Já aos patrões eram lembrados seus deveres de respeito à dignidade dos trabalhadores, evitando utilizá-los como vis instrumentos para acumulação de riquezas, desrespeitando os limites das suas forças através da exigência de um número excessivo de horas de trabalho e da desproporcionalidade do trabalho com a sua idade e sexo. Nesse ponto, o papa explicita a necessidade de uma regulamentação, tanto do trabalho feminino quanto do trabalho infantil.

¹⁸⁴ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p.16.

¹⁸⁵ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p.16.

Porém, o principal dever material do patrão seria o pagamento de um salário justo, afirmando ser um crime, contra as leis humanas e divinas, a exploração da miséria dos operários. O pontífice chega a indagar se o pagamento de um salário justo não seria o suficiente para extinguir o confronto entre as duas classes. No entanto, a Igreja reservava ao patrão um dever ainda maior do que o meramente material: caberia ao patrão zelar pelos interesses espirituais de seus funcionários:

O cristianismo, além disso, prescreve que se tenham em consideração os interesses espirituais do operário e o bem da sua alma. Aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito de família nem os hábitos de economia.¹⁸⁶

Para que tal interesse espiritual fosse plenamente alcançado, o patrão deveria respeitar o repouso dominical dos seus operários.

O objetivo da Igreja ao formular esses princípios seria unir patrões e operários em um laço de verdadeira amizade e amor fraterno. Para sustentar a possibilidade dessa comunhão, o papa acentuava o caráter provisório e frágil da vida terrena, que constituiria uma espécie de exílio, enquanto a verdadeira vida seria aquela alcançada pelos virtuosos após a morte. Logo, a questão da posse, ou não, das riquezas terrenas seria irrelevante diante da conquista dos meios para a salvação da alma.

Os pobres são conclamados a não se envergonharem de sua condição, citando o exemplo de Jesus que, ao encarnar, assumiu a humilde condição de carpinteiro. Os pobres, ao contrário, deveriam se felicitar porque, antes, Deus parecia se inclinar mais a eles. Já os ricos deveriam despertar da sua arrogância e utilizar sua riqueza para aliviar, através da caridade pregada pelo Cristo, o sofrimento dos seus irmãos desafortunados. Entretanto, a definitiva cura para o mal que afligia a todos os membros da sociedade, somente poderia ser alcançada a partir do regresso das sociedades humanas às suas verdadeiras bases cristãs.¹⁸⁷

No texto da Encíclica, o Estado recebeu um tratamento ambíguo. Ao mesmo tempo em que aparece como uma instituição não natural, porque posterior ao homem e à família, não possuía, portanto, as prerrogativas que lhe permitissem intervir nos direitos legítimos dos homens, como pretendiam os socialistas, sua

¹⁸⁶ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p.17.

¹⁸⁷ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.*

importância também era reconhecida ao se considerar sua autoridade como proveniente de Deus, desde que cumpra sua missão de defesa dos direitos naturais dos homens.¹⁸⁸

Uma possível explicação para essa ambiguidade de tratamento seria o já mencionado contexto europeu de fins do século XIX, no qual, em vários países, o Estado havia adotado medidas prejudiciais aos interesses da Igreja Católica. Roger Aubert distinguiu uma controvérsia entre setores ligados à Igreja, em torno do papel do Estado, expressa na oposição entre duas “Escolas”: primeira, a de “Liège”, favorável a um maior grau de intervenção do Estado na sociedade; segunda, a de “Angers”, desconfiada de qualquer intervenção do Estado.¹⁸⁹ Embora Aubert saliente que o texto final da Encíclica tenha pendido em favor do posicionamento da “Escola de Liège”, acentua também o explícito grau moderado dessa participação. Em todo caso, o papel auxiliar do Estado na erradicação da questão operária é afirmado no documento.

Mas, caberia principalmente ao Estado, o dever de proteger a comunidade das ameaças ao seu bem-estar:

É por isso que os operários, abandonando o trabalho ou suspendendo-o por greves, ameaçam a tranqüilidade pública; que os laços naturais da família afrouxam entre os trabalhadores; que se calca aos pés a religião dos operários, não lhes facilitando o cumprimento de seus deveres para com Deus; que a promiscuidade dos sexos e outras excitações ao vício constituem nas oficinas um perigo para a moralidade; que os patrões esmagam os trabalhadores sob o peso de ônus iníquos, ou desonram neles a pessoa humana por condições indignas e degradantes; que atentam contra a sua saúde por um trabalho excessivo e desproporcionado com a sua idade e sexo: em todos estes casos é absolutamente necessário aplicar em certos limites a força e a autoridade das leis.¹⁹⁰

Ao Estado caberia, também, a proteção do exercício espiritual das massas populares contra possíveis desrespeitos por parte dos patrões, como a garantia do seu direito ao repouso festivo como um caminho para o aperfeiçoamento da alma. No entanto, o repouso não deveria ser confundido com maior tempo dedicado ao ócio e aos prazeres mundanos, mas, sim, como um repouso consagrado à religião. Por último, incitava os governantes à criação de leis que estimulassem o surgimento do espírito de propriedade entre os trabalhadores, a partir da perspectiva de

¹⁸⁸ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.*

¹⁸⁹ LEAO XIII, 1993. *Op. Cit.*

¹⁹⁰ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p. 27.

obtenção de terras para seu cultivo próprio. Ao Estado caberia, então, intervir, sempre e apenas nas situações em que os direitos naturais de ambas as classes fossem afetados.

Os patrões e operários também podiam contribuir para a solução da questão operária através da adoção de medidas que pudessem melhorar a condição material dos trabalhadores e promover a aproximação entre as classes, como era o caso das associações de socorro mútuo.

Contudo, a grande iniciativa recomendada pela encíclica era a da formação de corporações operárias.¹⁹¹ Essas associações apresentariam duas vantagens: reunir em uma única organização todos os tipos de associações de ajuda aos operários; serem organizações fundamentadas nos valores do cristianismo. Segundo Leão XIII, corporações operárias estavam sendo criadas em diversas partes apresentando-se ora compostas somente por operários, ora mistas, ou seja, reunindo em uma mesma associação patrões e operários, como foi o caso, posteriormente, da Corporação Operária de Camaragibe.

Nessas Corporações, os direitos e deveres dos patrões deveriam estar perfeitamente conciliados com os dos operários, sugerindo-se, em casos de conflito, a possibilidade da escolha de árbitros para dirimir as discórdias. Cada um teria que fazer sua parte na construção da harmonia de classes e se renovava o apelo para a restauração dos valores cristãos, única solução eficaz para extinguir a questão operária. Por fim, o clero católico teria a missão de cuidar da expansão dos ensinamentos do Evangelho e de fornecer auxílio espiritual às corporações, inculcando em todas as classes os valores cristãos e acendendo a caridade, senhora de todas as virtudes, como caminho seguro para a salvação da alma.¹⁹²

A *Rerum Novarum* se tornou o documento balizador da Ação Social Católica no mundo, e foi introduzida, no Brasil, justamente no momento de implantação do projeto romanizador da Igreja. Em confluência com o projeto modernizador da elite brasileira, o projeto cristianizador dos operários assumiu um caráter disciplinador-moralizador junto aos operários, que deveria ser promovido, entre eles, por meio do Apostolado dos Patrões, e conduzido de acordo com a orientação dos bispos reformadores.

¹⁹¹ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.*

¹⁹² LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.*

2 A OBRA DO CONGRESSO CATÓLICO DE PERNAMBUCO E A AÇÃO SOCIAL CATÓLICA

2.1 Abertura do Congresso Católico de Pernambuco: o discurso de Dom Luiz Raimundo de Brito

Recife, 22 de junho de 1902. Nessa data, um domingo, ocorria, na Igreja do Divino Espírito Santo, a abertura oficial do Primeiro Congresso Católico de Pernambuco, promovido pela Diocese de Olinda. O interior do templo estava cheio de convidados para assistir a celebração da missa e o discurso inaugural do evento, que seria proferido pelo bispo diocesano, Dom Luiz Raimundo de Brito. À entrada do bispo, o coral do Colégio Salesiano do Sagrado Coração fez a saudação ao som do hino *Ecce sacerdos magnus*.¹⁹³

Segundo o relato da sessão de abertura, ao término da missa Dom Luiz de Brito ocupou sua cadeira de Presidente de Honra do Congresso, sendo acompanhado por autoridades políticas, militares e eclesiásticas que foram se acomodando em seus respectivos lugares, na Capela-Mor da Igreja. Entre as principais autoridades, destaque para o representante do Governador do Estado, o Vice-Governador, o representante do Comandante da Brigada Policial, o representante do General Comandante do Distrito Militar, além de altas dignidades do clero. Já abaixo do altar-mor, a assistência se caracterizava pela diversidade de condições e profissões: deputados e senadores estaduais, lentes dos cursos superiores e secundários, magistrados, advogados, médicos, engenheiros, comerciantes, representantes de associações artísticas, funcionários civis, militares, oficiais da Guarda Nacional, sacerdotes, seminaristas, comissões de Irmandades e Confrarias, o Presidente e representantes da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, membros da Sociedade Beneficente do Ferro Carril e da Corporação Operária de Camaragibe e muitas famílias da elite pernambucana. Além disso, na entrada da Igreja havia grande número de populares.¹⁹⁴

¹⁹³ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Carlos Alberto de Menezes, Sessão Solene de Abertura. *In*: Anais do Congresso Católico de Pernambuco, 1902, p. 14. Série Produção Intelectual, Pasta 01.

¹⁹⁴ Sessão Solene de Abertura. Anais do Congresso Católico de Pernambuco, 1902. *Op. Cit.* p.14.

O Primeiro Congresso Católico Brasileiro, realizado na Bahia, havia estabelecido, entre suas resoluções, o caráter permanente da Obra dos Congressos e determinara junto aos seus delegados diocesanos, ou seja, os bispos brasileiros, que convocassem, anualmente, Congressos Diocesanos em suas sedes, que serviriam como foros privilegiados para a união e discussão das questões específicas de cada comunidade, e também como etapa preparatória para a realização, a cada três anos, de Congressos Gerais. No entanto, um ano depois da sua realização, poucas foram as Dioceses, como a de São Paulo, que conseguiram atender a tal solicitação.

Em Pernambuco, a explicação mais provável para esse adiamento foi a prolongada ausência na direção da Diocese de Olinda. O bispo anterior a Dom Luiz Raimundo de Brito foi Dom Manuel dos Santos Pereira, que esteve à frente da Diocese entre 1893 e 1900, até sua morte, em abril daquele ano. Porém, a chegada do seu substituto somente ocorreu em junho de 1901, ou seja, mais de um ano após a morte de Dom Manuel.¹⁹⁵

Essa possível explicação para o adiamento do Congresso é reforçada pela Circular de Convocação do Congresso. Nela, a sua Comissão Organizadora informava que, por motivos diversos (infelizmente não mencionados), a Diocese de Olinda não pudera realizá-lo no ano anterior, como previsto, mas, que, graças à chegada e ao empenho de Dom Luiz de Brito, finalmente ocorreria: “Felizmente o Senhor concedeu-nos, em boa hora, um Bispo que sabe amar e honrar sua Diocese, mostrando-se zeloso pela sustentação de seus foros de nobreza”.¹⁹⁶

Segundo Silva, o maranhense Dom Luiz de Brito pautaria sua atuação à frente da Diocese de Olinda, principalmente: primeiro, pela prática das visitas pastorais que o levaram a percorrer toda a extensão da Diocese, que, na época, compreendia além de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; segundo, pelo planejamento da reestruturação da Província Eclesiástica de Pernambuco, o que resultou, posteriormente, na criação de novas dioceses. Ainda de acordo com o autor, era um período “em que a Igreja buscava retomar espaços junto à sociedade política e Dom Luiz Brito sempre promoveu, entre os católicos, o

¹⁹⁵ Anais do Congresso Católico de Pernambuco, 1902. *Op. Cit.*

¹⁹⁶ Circular de Convocação do Congresso. *Op. Cit.* p. 3.

espírito cívico e de colaboração com as autoridades, prática que teve sequência com seu sucessor”.¹⁹⁷

Em 1910, quando a Diocese de Olinda foi elevada à condição de Arquidiocese, Dom Luiz se tornou o seu primeiro Arcebispo, o que parecia ser uma confirmação dos seus decantados “foros de nobreza”.¹⁹⁸ Portanto, a prestigiosa Diocese não poderia ficar de fora de um movimento que prometia organizar e levantar o ânimo dos dispersos católicos brasileiros.

Ainda em sua sessão preparatória, Dom Luiz de Brito destacou que:

Sem os Congressos os católicos permanecem desunidos e o bem não se desenvolve; eles representam a organização da ação católica, tanto mais urgente quanto segue adiantada a organização da ação contrária, não podendo os *filhos da luz* se deixarem vencer pelos *filhos das trevas*.

Por outro lado, era preciso que Pernambuco não se deixasse ultrapassar pelas outras Dioceses que já entraram no movimento iniciado na Bahia, pelo Primeiro Congresso Brasileiro.¹⁹⁹

Na palestra *A Obra dos Congressos Católicos – sua organização na Diocese e sua ação permanente*, proferida pelo bacharel Luiz Cavalcanti Lacerda de Almeida, na seção de “Obras Religiosas” do Congresso de Pernambuco, o palestrante mencionou o quanto essa Obra era valorizada e incentivada pelo papa Leão XIII, enquanto ação social moralizadora

‘É mister, diz o grande Leão XIII, é mister que revestidos de coragem desçamos à liça’. Desçamos, pois à liça, é ‘opondo imprensa contra imprensa, escola contra escola, associação por associação, congresso por congresso, ação por ação. Formemos um *apostolado leigo ou secular*, que pela honestidade de seus costumes, pela integridade de sua vida, pela força de seu exemplo, e mais ainda pela sua ação pública, social, auxilie a apostolado do clero’. Unamos, sim, meus Srs, o instante é gravíssimo e não permite desalentos.²⁰⁰

¹⁹⁷ O sucessor foi Dom Sebastião Leme, considerado, por muitos, a principal liderança do movimento da “Ação Católica” no Brasil. Cf. SILVA, 2006. *Op. Cit.* p. 22.

¹⁹⁸ É importante destacar que tais “foros de nobreza” que caracterizariam a Diocese de Olinda, deviam-se tanto à antiguidade da diocese, uma das mais antigas instaladas no Brasil, em 1676, quanto devido ao imaginário nativista que enaltecia o “nobre” papel desempenhado pelo “Povo de Pernambuco, principalmente a participação da sua elite política, econômica e eclesiástica nas lutas pela libertação da pátria, principalmente no episódio da luta pela expulsão dos holandeses, como indica Evaldo Cabral de Mello em seu estudo. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio**: imaginário da restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

¹⁹⁹ Sessão Solene de Abertura. Anais do Congresso Católico de Pernambuco, 1902. *Op. Cit.* p. 7.

²⁰⁰ Conferência A obra dos Congressos Católicos – sua organização na Diocese e sua ação permanente, proferida pelo bacharel Luiz Cavalcanti Lacerda de Almeida. *In*: Anais do Congresso Católico de Pernambuco, 1902, p. 60. *Op. Cit.* Grifo nosso.

Além de Leão XIII, outro destacado defensor da expansão da Obra dos Congressos Católicos citado pelo palestrante era o padre Dehon. Referindo-se ao difícil momento vivido pela Igreja, principalmente após o início da “Questão Romana” que, do ponto de vista da Igreja, significava um verdadeiro aprisionamento do pontífice, o bacharel acentuou o apoio do padre Dehon à expansão dos Congressos, pois, segundo o religioso, somente eles poderiam fornecer a unidade necessária para o combate aos inimigos da Igreja:

É preciso que nos entendamos para uma ação tão vasta e tão difícil. E como fazê-lo senão por meio dos Congressos? Qual seria o resultado se empreendêssemos um trabalho todo isolado, se nos empenhássemos em combates individuais? Reforma-se uma sociedade sem um plano de acordo, sem uma completa harmonia de vistas para a ação? Como determinar por si só aquilo que se tem de pedir à iniciativa privada, as corporações e a ação do Estado? Que largueza de vistas poderia ter um homem que nunca houvesse saído de sua casa, que jamais tivesse tido contato com homens de outras províncias ou mesmo de outros países? Quem não reconhece a necessidade de, antes de agir, entrar em relação com a elite dos homens de estudo e dos homens de ação, junto aos quais se encontram luzes e animação?²⁰¹

Fica evidente que a obra dos Congressos constituía uma estratégia com o objetivo de reunir e organizar os católicos em uma unidade de direção que pudesse expandir a doutrina da Igreja e planejar os meios de dar combate efetivo àqueles considerados seus inimigos. Em curso na Europa desde o pontificado de Pio IX, tornara-se um dos mais importantes instrumentos da Reforma Católica. Países como Itália, França, Alemanha, Portugal e México, já tinham promovido seus Congressos.²⁰²

Em relação à organização do Congresso Católico de Pernambuco, vale salientar a presença, em sua Comissão Organizadora, de dois importantes personagens relacionados à Fábrica de Camaragibe: Carlos Alberto de Menezes e Pierre Collier (no total eram três os integrantes da Comissão, sendo o terceiro membro o representante do clero católico, o Monsenhor Augusto F. Moreira da Silva). Terminada a etapa preparatória, Menezes foi designado para o cargo de Presidente Executivo do Congresso, além de Presidente da sua 2ª seção dedicada às “Obras Sociais” (as outras duas seções eram as das “Obras de Ação Religiosa” e

²⁰¹ A Obra dos Congressos Católicos – sua organização na Diocese e sua ação permanente. **Op. Cit.** p. 63. O empenho do padre Dehon na propagação dos Congressos Católicos resultou, inclusive, na publicação do livro “Os Nossos Congressos”, em 1897.

²⁰² A Obra dos Congressos Católicos – sua organização na Diocese e sua ação permanente. **Op. Cit.**

as de “Educação, Instrução e Imprensa”).²⁰³ O papel desempenhado pelos dirigentes do projeto de Camaragibe na organização do Congresso Católico de Pernambuco demonstra tanto uma condição de proeminência, e mesmo de liderança entre os leigos da Diocese, quanto sua estreita colaboração com as autoridades da Igreja.

Estavam aptos a participarem do Congresso, conforme expresso no artigo 3º dos seus estatutos: a) delegados de associações católicas e instituições oficiais eclesiais; b) católicos conhecidos por sua fé e práticas religiosas; c) católicos seculares e regulares; d) pessoas convidadas pela Comissão Diretora.²⁰⁴

Em seu discurso de abertura, Dom Luiz de Brito discorreu sobre as linhas gerais que orientariam os trabalhos do Congresso. Em primeiro lugar, apelou à consciência dos católicos “chamando-os ao campo do combate pacífico, em que a arma é a caridade e a conquista é a vida eterna”.²⁰⁵ O bispo lembrava aos presentes que cada pessoa possuía duas Pátrias, uma terrestre, outra celestial, que, longe de serem antagônicas, na verdade seriam harmônicas, “pois as qualidades que nos tornam dignos da Pátria Celeste tornam-nos mais dignos da Pátria Terrestre”²⁰⁶. E conclamava a todos os católicos a serem soldados na causa da defesa da Igreja ferida.

Referindo-se à liderança do papa Leão XIII, o bispo abordou a crise enfrentada pela Igreja cuja principal causa seria o individualismo que afastava o homem da autoridade de Deus, representada pela instituição. Traçando um paralelo entre o martírio do Cristo e as misérias que acometiam a humanidade, Dom Luiz evocou a figura do “Povo”, que estaria representada pela totalidade dos membros que compunham a sociedade, portanto, desde o rico ao proletário, do grande ao humilde, constituindo, assim, uma “grande família, em que todos são irmãos, tendo um só Pai que é Deus”.²⁰⁷ No entanto, essa família estaria enferma, sendo objetivo da Obra do Congresso estudar os meios práticos para a sua cura. Caberia, então, a todos os católicos, o clero e os fiéis, se unirem no atendimento aos males sociais e no combate aos inimigos do catolicismo como o Protestantismo e o Socialismo,

²⁰³ Circular de Convocação do Congresso de Pernambuco *In: Anais do Congresso católico de Pernambuco. Op. Cit. p. 4.*

²⁰⁴ Circular de Convocação do Congresso de Pernambuco *In: Anais do Congresso católico de Pernambuco. Op. Cit. p. 5.*

²⁰⁵ Discurso de Abertura do Congresso Católico. *In: Anais do Congresso Católico de Pernambuco. Op. Cit. p. 15.*

²⁰⁶ Discurso de Abertura do Congresso Católico. *Op. Cit. p. 15.*

²⁰⁷ Discurso de Abertura do Congresso Católico. *Op. Cit. p. 17.*

sendo a propagação dos Congressos Católicos e das Conferências Vicentinas elementos fundamentais dessa luta:

Não são só os padres que têm o dever de vir em socorro das necessidades sociais; cada um de vós tendes igual dever, e é essa união maravilhosa dos fieis com seu clero que constitui a admirável estrutura do corpo místico de Jesus Cristo. Vamos, pois, a obra! Organizemos definitivamente nossos Congressos Católicos; desenvolvamos e propaguemos os meios de piedade cristã; generalizemos a grande obra das *Conferências de São Vicente de Paulo*, e façamos que todos a procurem como posto de honra neste grande combate.²⁰⁸

2.2 O Congresso Católico de Pernambuco e a Seção das Obras Sociais

A discussão sobre as bases da Ação Social Católica em Pernambuco foi desenvolvida na segunda seção dos trabalhos do Congresso, voltada para as Obras Sociais. Ao todo foram cinco os itens discutidos nessa seção, sendo quatro dos seus palestrantes ligados diretamente ao projeto cristianizador da Companhia Industrial Pernambucana, constituindo a exceção o gerente Custódio José Pessoa que, no entanto, afirmava-se um seguidor de Carlos Alberto de Menezes.²⁰⁹

No primeiro ponto discutido, a *Questão Social – A solução socialista e a solução cristã*,²¹⁰ o padre do Sagrado Coração de Jesus, Maximino Cottard, Capelão da Fábrica de Camaragibe, abordou as diferenças entre a proposta socialista e a cristã para a solução da Questão Social. O religioso dividiu sua exposição em três partes.

Na primeira parte, Cottard atribuiu a emergência da Questão Social às tentativas de destruição da religião a partir do advento da Revolução Francesa e propagação de suas ideologias, cujos efeitos teriam sido desastrosos, pois teriam provocado a divisão do corpo social em duas classes antagônicas separadas por um “abismo”.²¹¹ Desde então, tudo teria sido feito para afastar o povo da religião. Como remédio propunha o retorno à religião e a organização do povo sob suas bases, pois

²⁰⁸ Discurso de Abertura do Congresso Católico. *Op. Cit.* p. 18. Grifo nosso.

²⁰⁹ Anais do Congresso Católico de Pernambuco, 1902. *Op. Cit.*

²¹⁰ **Conferência Questão Social – A solução socialista e a solução cristã**, proferida pelo padre do Sagrado Coração de Jesus, Maximino Cottard. *In: Anais do Congresso Católico de Pernambuco. Op. Cit.*

²¹¹ Conferência Questão Social – A solução socialista e a solução cristã, proferida pelo padre do Sagrado Coração de Jesus, Maximino Cottard. *In: Anais do Congresso Católico de Pernambuco. Op. Cit.* p. 141.

o progresso industrial sem a mediação religiosa criara uma situação de injustiça social, já que os trabalhadores não participavam da distribuição da extraordinária riqueza produzida pelas fábricas, injustiça que fora percebida e que não seria mais tolerada pelo povo, resultando em um movimento geral da população em direção à constituição de uma classe autônoma. Esse movimento popular apresentaria um caráter democrático, mas dividido em duas facetas: a socialista e a não socialista.

Na segunda parte da palestra, o padre Cottard abordou, especificamente, a solução socialista. Segundo ele, os propagandistas do socialismo teriam incitado os “pequenos” à luta e ao ódio de classes, acusando a Igreja de formação de uma aliança com o capital contra os interesses da classe proletária. Alcançando um rápido crescimento, sobretudo nos países protestantes devido ao elevado grau de exploração que seria característico nessas sociedades, o socialismo foi peremptoriamente condenado pelo religioso como um movimento ímpio, inimigo da família e contra a propriedade privada. De acordo com seu ponto de vista, não seria o capital em si o responsável pelas mazelas sociais, mas, sim, o seu abuso, que poderia ser evitado caso a solução cristã fosse adotada.²¹²

Em relação à emergência da Questão Social no Brasil, acentua a iminência do seu desenvolvimento, principalmente por causa da grave crise econômica enfrentada pelo país e da separação entre Estado e Igreja. Vale salientar que a economia brasileira no período sofria os duros efeitos da política fiscal liberal aplicada pelo Ministro da Fazenda do governo Campos Sales, Joaquim Murinho que, visando ao equilíbrio da balança de pagamento brasileira, provocou uma elevada recessão que atingiu principalmente os salários dos trabalhadores.

A terceira parte do discurso foi reservada para a discussão da expansão da Ação Social Católica no mundo. Afirmando o fracasso das políticas liberais de combate à miséria, baseadas na aplicação de uma legislação social que somente contribuía para a difusão do socialismo e do anarquismo devido as suas falhas, Cottard defendia sua substituição por uma política de reconstituição social sob bases religiosas.²¹³ Essa necessidade, ressaltou, fora acentuada durante o pontificado de Leão XIII que, por meio das suas encíclicas, demandara pela realização de uma reforma social, sendo acompanhado pelos movimentos de ação católica que já se

²¹² Conferência Questão Social – A solução socialista e a solução cristã, proferida pelo padre do Sagrado Coração de Jesus, Maximino Cottard. *In: Anais do Congresso Católico de Pernambuco. Op. Cit.* p. 141.

²¹³ Conferência Questão Social – A solução socialista e a solução cristã. *Op. Cit.* p. 152.

manifestara em diversos países. Dentre essas obras de ação social, Cottard destacou a criação dos círculos operários e a disseminação de sociedades cooperativas que, somente na cidade do Recife, seriam vinte e três.²¹⁴

Por fim, outro aspecto importante ressaltado no discurso de Cottard foi o crescimento da corrente política da “democracia cristã”, baseada na defesa de três princípios: o contrato de trabalho, a legislação operária e as associações profissionais. A própria realização dos Congressos Católicos refletiria essa tendência democrática, que seria inerente à Igreja Católica, estimulando a necessária união entre os católicos.²¹⁵ Porém, para aqueles que poderiam temer uma possível guinada unilateral da Igreja para as classes populares, o padre esclareceu, através de uma fórmula extraída de Louis Veillot, que a “democracia cristã” seria “democrata como um fim, mas aristocrata como meio”.²¹⁶ De acordo com seu ponto de vista, cabia aos homens mais dotados em termos intelectuais e sentimentais, ou seja, os aristocratas leigos e eclesiásticos, conduzir, pelo seu exemplo e por sua dedicação sincera, a causa da reorganização das classes laboriosas. Porém, alertava que o concurso dessa aristocracia deveria ser não no intuito de dirigi-la indefinidamente, mas, principalmente, no sentido de estimular seu comprometimento e desenvolvimento autônomo, sob o risco de despertar sua desconfiança:

Porém, se o povo observar nos ricos e no clero uma devoção sincera para os seus interesses, ele os ouvirá com uma confiança afetuosa, com respeito e docilidade. Pelo contrário, se ele sentir unicamente o patrocínio da tutela que se impõe, a desconfiança seguirá logo. ‘Os pequenos, observa Leon Harmel, se julgam facilmente oprimidos; usai de uma delicadeza particular com eles; mais adiante o que importa é favorecer neles o sentimento da responsabilidade. Sejam eles, com o vosso auxílio, os artesãos da própria emancipação e de sua ascensão social, observando mais que, se nas reuniões mistas a responsabilidade não lhes pertencer francamente, haverá sempre, apesar de toda a condescendência, uma certa pressão que manterá fechada a sua alma e juntamente sua boa vontade. A não ser assim os esforços são baldados; a desconfiança seguir se há e com ela o desgosto e a morte das melhores instituições... Dentre os agentes da sua ascensão não se pode excluir o mesmo povo ‘com ele é que se deve contar pela maior parte’ diz Leão XIII.²¹⁷

No segundo item, intitulado *A organização operária cristã na grande indústria*, proferido por Custódio José da Silva Pessoa, gerente da Fábrica de Tecidos

²¹⁴ Conferência Questão Social – A solução socialista e a solução cristã. **Op. Cit.** p. 155.

²¹⁵ Conferência Questão Social – A solução socialista e a solução cristã. **Op. Cit.** p. 156.

²¹⁶ Conferência Questão Social – A solução socialista e a solução cristã. **Op. Cit.** p. 191.

²¹⁷ Conferência Questão Social – A solução socialista e a solução cristã. **Op. Cit.** p.161.

Paulista²¹⁸, o palestrante se apresentou como um conhecedor das necessidades e aspirações do operariado, pois durante muitos anos trabalhou como operário. Por isso, afirmava conhecer os perigos que correriam ao se deixar convencer “pelas promessas falazes do socialismo que incita os ódios, sopra as paixões, apregoa os direitos, mas esquece os deveres”.²¹⁹

Abordando a questão do capital monopolista na Europa e América do Norte, Custódio acusou a desumana exploração geral aos trabalhadores pelos chefes de indústrias, ressaltando apenas algumas honrosas exceções como era o caso do “apóstolo do bem”, o industrial cristão Léon Harmel,²²⁰ mas frisou que, no Brasil, as coisas seriam bem diversas, primeiramente porque não haveria aqui a formação de grandes fortunas: “A nossa indústria não dá para enriquecer ninguém. Aqui o operário quase convive com seu patrão”.²²¹

Segundo Custódio, apesar do operário brasileiro não sofrer com a exploração que caracterizaria a condição da mão de obra europeia, apresentaria problemas na formação do seu caráter e precisaria ser educado para se tornar um bom cristão e cidadão. Contudo, essa instrução dependeria do concurso dos patrões brasileiros, que precisariam se convencer da necessidade de auxiliar seus operários em suas necessidades corporais e espirituais, pois somente teriam a ganhar com um operário mais instruído e cristão sabedor dos seus direitos e deveres.

A viabilidade desse plano industrial baseado na organização cristã do trabalho seria demonstrada pela bem sucedida experiência de Camaragibe. Apresentando Menezes como um “homem verdadeiramente democrata cristão”, Custódio descreveu a evolução do plano moral daquela fábrica de uma organização originalmente patronal até a constituição da Corporação Operária de Camaragibe, na qual patrões e operários estariam igualmente representados.²²²

Em relação à implantação do plano industrial na fábrica que dirigia, o gerente afirmou que, com exceção da cooperativa, Paulista apresentaria o mesmo programa. Contudo, ainda não contaria com os serviços religiosos regulares por não terem o indispensável Capelão fixo. No discurso do gerente de Paulista ficou evidente, mais

²¹⁸ **Conferência A organização operária cristã na grande indústria**, proferida por Custódio José da Silva Pessoa. *In: Anais do Congresso Católico de Pernambuco. Op. Cit.*

²¹⁹ **Conferência A organização operária cristã na grande indústria**, proferida por Custódio José da Silva Pessoa. *In: Anais do Congresso Católico de Pernambuco. Op. Cit.* p. 165.

²²⁰ **Conferência A organização operária cristã na grande indústria**, proferida por Custódio José da Silva Pessoa. *In: Anais do Congresso Católico de Pernambuco. Op. Cit.* p. 165.

²²¹ Conferência A Organização Operária Cristã na Grande Indústria. *Op. Cit.* p. 166.

²²² Conferência A Organização Operária Cristã na Grande Indústria. *Op. Cit.* p. 169.

uma vez, a representação da Fábrica de Tecidos de Camaragibe como o modelo ideal de organização industrial a ser imitado.²²³

É importante frisar que a discussão sobre as características da organização do trabalho na Fábrica de Paulista permite identificar a propagação do projeto cristianizador dos operários em outras fábricas no estado e no Brasil. Encontramos, no livro do historiador José Sérgio Lopes sobre a Fábrica de Tecidos de Paulista, uma tentativa de estabelecer um padrão geral com relação ao modelo das “fábricas com vila operária”.²²⁴

Estudando a trajetória da fábrica em um período de quase setenta anos, Lopes destaca que ela se tornou a maior fábrica têxtil do país no pós-Segunda Guerra Mundial. Comprada pelos suecos Lundgreen, em 1904, a fábrica se expandiu nas décadas de 10 e 20, a partir de uma poderosa rede varejista (as “Lojas Paulistas” e, depois, as “Casas Pernambucanas”). No auge da fábrica, a vila operária de Paulista chegou a ter seis mil casas e o território da fábrica se confundia com o do município de Paulista, caracterizando uma condição de concentração de poderes do capital industrial e da propriedade territorial nas mesmas mãos.²²⁵

Lopes pretende que seu trabalho possa torna-se um “caso-limite”, que ilumine aspectos importantes desse tipo de relação de dominação em que as fábricas subordinam seus trabalhadores para além da esfera de produção. Avalia que a literatura corrente que analisa o sistema capitalista, geralmente se perde em abstrações com relação à moradia operária e mesmo sobre a sua suposta liberdade além dos muros das fábricas, como se não houvesse, por parte do patrão, interferência na vida privada do trabalhador. É uma crítica voltada principalmente ao evolucionismo marxista de Kautsky.

Portanto, o foco do livro é no processo de reprodução do capital, a partir da modalidade do padrão da “fábrica com vila operária”. Contudo, deixa claro que não está apenas preocupado com a lógica interna de dominação, mas também das suas contradições “e, em particular da legitimidade ou não da dominação avaliados pelos operários”.²²⁶ Por isso, a opção por realizar também uma antropologia social da

²²³ Conferência A Organização Operária Cristã na Grande Indústria. *Op. Cit.* p. 177.

²²⁴ LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: Marco Zero Editora, 1988.

²²⁵ LOPES, 1988. *Op. Cit.*

²²⁶ LOPES, 1988. *Op. Cit.* p. 20.

classe operária, observando e recolhendo informações de uma comunidade operária formada por aquela fábrica, com base no depoimento dos operários.

Segundo Lopes, o “sistema Paulista” seria uma variante do padrão geral da fábrica com vila operária, assim como o “modelo de Camaragibe”, que o autor utilizou apenas de passagem como ilustração comparativa:

Em 1980, tivemos acesso a um arquivo privado, de família, de Carlos Alberto de Menezes e Pierre Collier, referente à fábrica têxtil de Camaragibe... fundada, como a de Paulista, na última década do século passado. O material deste arquivo, que concentra-se principalmente no período até os anos 20 deste século, de grande riqueza para o desvendamento, do ponto de vista empresarial, da formação das fábricas com vila operária, e para o estudo dos ‘católicos sociais’ no Brasil do início do século.²²⁷

As repercussões do “modelo de Camaragibe” na Fábrica de Tecidos de Paulista corresponderiam à fase da “pré-história do sistema Paulista”, na qual se destacou a atuação de Custódio enquanto discípulo de Menezes. Contudo, esse modelo, no decorrer dos anos foi assumindo seu contorno próprio, que caracterizou o “modelo de Paulista”:

Esta associação, ligada à paróquia local, e que além de educação religiosa fornece uma escolarização para crianças e adultos na vila operária, é originária de administrações anteriores ao controle acionário da fábrica pela família Lundgren. Em 1902, o gerente Custódio Pessoa da Fábrica de Tecidos de Paulista, discípulo do católico social e industrial da Fábrica de Camaragibe (têxtil) Carlos Alberto de Menezes, descreve – em artigo sobre a ‘Organização Operária Cristã na Grande Indústria’ feito para o 1ª Congresso Católico de Pernambuco... – a importância da Associação dos Filhos de São José como núcleo de um trabalho feito em Paulista que pretende aplicar o ‘modelo de Camaragibe’... Este ‘modelo’, com pretensões à hegemonia entre os industriais para que adotem aquelas concepções, chega portanto a Paulista nos anos iniciais deste século. No entanto, no decorrer do século um ‘modelo’ diverso vai se constituindo em Paulista, menos com intenções de hegemonia política entre os industriais para a propagação de uma ‘utopia burguesa’ e mais com a preocupação da ‘invenção de um ‘sistema de dominação’ sobre grandes massas de trabalhadores recrutados em vista de uma enorme produção escoada pela rede nacional de lojas da CTP.²²⁸

As observações de Lopes evidenciam as *pretensões à hegemonia entre os industriais* dos adeptos do “modelo de Camaragibe”. Com o objetivo de viabilizar sua propagação, os líderes do movimento em Pernambuco, com destaque para Carlos

²²⁷ LOPES, 1988. *Op. Cit.* p. 27.

²²⁸ LOPES, 1988. *Op. Cit.* p. 623.

Alberto de Menezes, lançariam, como resolução do Congresso Católico de Pernambuco, a organização de um centro de coordenação das suas associações: a Federação do Trabalho Cristão.

Os dois itens seguintes, discutidos na Seção das Obras Sociais, tratam da implantação da organização moral cristã em outros setores da atividade econômica, como nas palestras *A Organização Operária Cristã nas Pequenas Indústrias ou nas Cidades*, proferida por Pierre Collier²²⁹, e *A Organização Operária na Agricultura ou entre os Operários do Campo*, proferida pelo gerente da Usina João Alfredo, Luiz Correia de Brito.²³⁰ Embora significativas por demonstrarem a intenção de ampliação do projeto de cristianização proposto pela Ação Social Católica, optamos por não apreciá-las no corpo dessa pesquisa por ser nosso foco a aplicação desse plano de organização industrial na grande indústria.

O quinto item do programa da Seção de Obras Sociais foi apresentado pelo seu Presidente Executivo, o diretor da Companhia Industrial Pernambucana, Carlos Alberto de Menezes.²³¹ Diferentemente do caráter expositivo do projeto de cristianização dos operários, que orientou seu discurso no Congresso da Bahia, no Congresso de Pernambuco Menezes defendeu a necessidade de propagação de uma experiência bem sucedida. Para isso, afirmava que sua continuidade dependia da concentração dos esforços em um centro unificador:

O centro que projetamos será um centro de união e resistência. Os maus se ligam e pelo número conseguem impor-se aos que querem e aos que não querem acompanhá-los. Na história de todos os movimentos revolucionários, há um pequeno número que arrasta, e uma massa enorme que se deixa arrastar a contragosto. Nós seremos a resistência dos bons. No dia em que pretenderem forçar nossas vontades, encontrarão diante de si um colosso que saberá resistir.²³²

Nessa *resistência dos bons*, Menezes insistia sobre o papel a ser desempenhado pelo futuro centro na promoção da união mais íntima e mais harmônica entre patrões e operários, representando um ataque frontal ao princípio

²²⁹ Conferência **A Organização Operária Cristã nas Pequenas Indústrias ou nas Cidades**, proferida por Pierre Collier *In: Anais do Congresso Católico de Pernambuco. Op. Cit.*

²³⁰ Conferência **A Organização Operária na Agricultura ou entre os Operários do Campo**, proferida pelo gerente da Usina João Alfredo, Luiz Correia de Brito. *In: Anais do Congresso Católico de Pernambuco. Op. Cit.*

²³¹ Conferência **Federação Operária Cristã**, proferida por Carlos Alberto de Menezes. *In: Anais do Congresso Católico de Pernambuco. Op. Cit.*

²³² Conferência **Federação Operária Cristã**, proferida por Carlos Alberto de Menezes. *In: Anais do Congresso Católico de Pernambuco. Op. Cit.* p. 224.

socialista da “luta de classes”, comumente expresso em uma frase de Karl Marx que constava nos frontispícios das obras socialistas – “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra deles mesmos – que, segundo Menezes, “resume claramente o pensamento da divisão”.²³³

Fica evidente que, na perspectiva dos militantes da Ação Social Católica, a obra da emancipação dos operários somente seria possível em parceria com seus patrões, excluindo a possibilidade de qualquer ação independente de sua parte.

No entanto, Menezes reconhecia a existência de vários obstáculos, sendo o principal o convencimento das duas partes. Ambas sofreriam com a ignorância do remédio, sobretudo os operários que, em boa parte, eram analfabetos. Por isso, Menezes acentuava a necessidade de criação dos Círculos de Estudos Sociais, assim como acontecia na Europa, pois a ignorância prejudicaria sua adesão e, principalmente, seu real engajamento nas associações beneficentes. Como ilustração dessa dificuldade, citava o exemplo das Sociedades Benéficas de Recife, afligidas pelas dificuldades com os associados. Propunha, então, que a adoção de medidas de obrigatoriedade de adesão e contribuição seriam as medidas mais efetivas “para ajudar os operários a entrar no movimento, para o qual seus próprios interesses deveriam impeli-los”,²³⁴ não deixou de citar, evidentemente, como referência, a experiência da Corporação Operária de Camaragibe:

Em Camaragibe, a obrigatoriedade foi estabelecida por comum acordo e dá os melhores frutos na grande associação que é a Corporação. Uma sociedade musical chegou mesmo a solicitar a cobrança obrigatória de suas contribuições, nas folhas de pagamento, da gerência da fábrica, como o meio de se conservarem quites e assim fazer viver sua associação.²³⁵

O programa que devia orientar a ação da associação, claramente se identifica com as propostas contidas na *Rerum Novarum*: proteção legal à propriedade legítima; condenação das greves, como meio sedicioso de reivindicar direitos; garantia da vida moral ao operário; equidade no número de horas de trabalho, atendendo aos sexos, às idades e às estações do ano; regularização do trabalho

²³³ Conferência Federação Operária Cristã, proferida por Carlos Alberto de Menezes. *In*: Anais do Congresso Católico de Pernambuco. **Op. Cit.** p. 225.

²³⁴ Conferência Federação Operária Cristã, proferida por Carlos Alberto de Menezes. **Op. Cit.** p. 229.

²³⁵ Conferência Federação Operária Cristã, proferida por Carlos Alberto de Menezes. **Op. Cit.** p. 229.

das mulheres e crianças; repouso diário e repouso dominical; fixação do salário, entre outros.²³⁶

Em relação à organização interna da Federação Cristã, Menezes abordou a formação dos Conselhos Deliberativos, para os quais sugeria a eleição de delegados por cada associação, na razão de 500 sócios para cada delegado. Evidentemente, somente seriam aceitas associações que aderissem inteiramente ao seu programa e fossem católicas. Sobre o sistema de votação, explicava que nos conselhos deliberativos, os votos dos patrões e operários seriam equilibrados ao tratar de questões em que estivessem em jogo interesses recíprocos.²³⁷ Acreditava que homens cristãos podiam e deviam entrar em acordo. Porém, nos casos de não aceitação das decisões no centro, a solução seria a adoção de um árbitro de total confiança e autoridade, que em um centro de natureza católica somente poderia corresponder ao representante máximo da religião na sociedade em questão:

Entretanto, casos haverá em que a justiça da solução suscita dúvidas ou em que a exaltação das paixões recuse aceitar a sentença do simples tribunal. Será preciso estabelecer o recurso final a uma autoridade superior a toda a suspeição, suficientemente esclarecida e independente ao mesmo tempo, que se imponha a todos. Este recurso será estabelecido e, centro cristão, a autoridade a que se recorrerá, o arbítrio supremo que será instituído, será o representante de Cristo, o pontífice supremo da Diocese – será o Bispo Diocesano"... Se alguma das partes se recusasse a aceitar a sentença final, o centro a riscaria imediatamente de seu seio: se patrões, ele os deixaria entregues à sanha revolucionária de seus operários, fortalecidos então pela força moral de alta sentença a seu favor; se operários, ele os deixaria desprotegidos, desamparados de seus companheiros, que então tratariam de ajudar e prestigiar o patrão que estivesse com a justiça reconhecida e proclamada.²³⁸

Vale salientar que identificamos, em várias passagens do discurso de Menezes, elementos que, claramente, remetem ao propósito do projeto romanizador, em curso no Brasil, da criação de uma identidade nacional baseada na fórmula "ser brasileiro é ser católico".²³⁹

Francamente religioso e abertamente católico, só aceitando em seu seio quem partilha tais sentimentos, o centro será o abrigo da piedade inata nos corações brasileiros, e mormente nos corações dos homens do povo... Eu não vejo, pois, no Brasil, trabalho mais patriótico do que juntar os elementos bons que nos restam, agremiá-

²³⁶ LEÃO XIII, 2002. *Op. Cit.*

²³⁷ Conferência Federação Operária Cristã, proferida por Carlos Alberto de Menezes. *Op. Cit.*

²³⁸ Conferência Federação Operária Cristã, proferida por Carlos Alberto de Menezes. *Op. Cit.* p. 233.

²³⁹ RIBEIRO, 2009. *Op. Cit.*

los em centros que os amparem e fortaleçam, constituindo assim as sementeiras dos obreiros da renovação da pátria. Mas esse trabalho patriótico será tentado inutilmente se não tomar por base o sentimento cristão, e isto por dois motivos: 1ª porque a religião é a base de todos os caracteres, e sem ela não há verdadeira integridade moral; 2ª porque o brasileiro é cristão por origem, por índole e por vocação... Deus lhe teria posto o selo de sua predileção. Ou ele será grande com Deus ou se aniquilará sem Deus... o povo brasileiro é cristão; o operariado é a genuína expressão do povo.²⁴⁰

Fica evidente, portanto, que o Apostolado dos Patrões pretendia se expandir através da criação da Federação Operária Cristã. Essa organização chegou a reunir 6.000 operários distribuídos pelos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Mas não o fez sem oposição.

2.3 Choque entre os apostolados: o jornal *Aurora Social*

O primeiro número do jornal *Aurora Social* foi publicado no dia 1º de maio de 1901.²⁴¹ O periódico era mantido pelo *Centro Protetor dos Operários*, fundado no mesmo ano, e tinha como seu redator-chefe João Ezequiel, naquela época um conhecido líder operário atuante nos meios sindicais de Pernambuco e Alagoas.²⁴² O Centro Protetor Operário estava engajado na propagação do socialismo entre os operários, tendo, inclusive, enviado delegados ao Congresso Socialista realizado em São Paulo, no ano de 1902.²⁴³

Segundo o próprio Menezes, o Centro apresentou um formidável crescimento em pouco tempo.²⁴⁴ Lamentando o pequeno número de associações cooperativas no Recife em comparação com as cifras da população operária e observando como sendo menor ainda o número de sócios, Menezes indica como única exceção, sem nomeá-lo, o Centro Protetor: “Há uma única associação numerosa, porque tomou logo o caráter sedicioso das reivindicações violentas junto dos patrões e chefes, o que tem sido em toda parte o principal meio de angariar adesões entre o povo. Pra fazer revoluções nunca faltou gente no mundo”.²⁴⁵

²⁴⁰ Conferência Federação Operária Cristã proferida por Carlos Alberto de Menezes. *Op. Cit.* p. 234, 235 e 236.

²⁴¹ Periódicos – Arquivo Público Estadual. *Aurora Social*, 1º de maio de 1901.

²⁴² MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. “**Apóstolos do socialismo**: a religião no discurso socialista em Maceió no início do século XX”. Disponível em <<http://www.labhstc.ufsc.br/jornada/textos/Maciel%20osvaldo.doc>> Acesso em 20/05/2011.

²⁴³ REZENDE, Antonio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1994.

²⁴⁴ Conferência Federação Operária Cristã, proferida por Carlos Alberto de Menezes. *Op. Cit.*

²⁴⁵ Conferência Federação Operária Cristã, proferida por Carlos Alberto de Menezes. *Op. Cit.* p. 229.

Em seu número de estréia, a *Aurora Social* assumia o compromisso de se tornar um “baluarte operário”, no qual a justiça e a fraternidade teriam “sincero e verdadeiro culto”. Atribuindo à imprensa os papéis de “luminoso farol da reivindicação social” e de “bússola direta do doutrinamento dos povos”, o periódico lançava um grito de guerra contra o sistema capitalista, considerado responsável pela vida miserável dos trabalhadores e anunciava o advento de um novo mundo:

E hoje os proletários, aqueles deserdados da sorte, que tem o crime de nascerem na pobreza, atiram a face do capitalismo o seu grito de guerra, contra a exploração que são vítimas. É que um espírito de revolta começa a manifestar-se, é que as dores aumentaram, é que as iniquidades e injustiças tendem a desaparecer ante o despontar risonho de uma nova aurora.²⁴⁶

Mas, para o alvorecer desse mundo novo, livre da exploração do homem pelo homem, seria fundamental a união de *todos* os operários, como conclamava a famosa frase do *Manifesto Comunista* que era citada na epígrafe do jornal em prol do que era chamado de “ideia nova”: o socialismo.

Com base nas leituras dos exemplares da *Aurora Social* fica evidente que a concepção do projeto socialista, que orientava sua linha editorial, estava imbuída de um simbolismo religioso que via na atuação de seus divulgadores uma missão de “apóstolos” na doutrinação dos “filhos do trabalho”.²⁴⁷ No próprio texto do primeiro número, o jornal apresenta sua definição de socialismo, extraída de *O catecismo socialista*, de Guedes Coutinho:

É a ciência que nos ensina a compreender qual é o lugar do homem trabalhador na sociedade atual e o que ele tem direito a ocupar; é a ciência que, mergulhando no oceano da história, vai as suas profundezas arrancar a verdade armada da força da razão, e empunhando o facho de luz, vem espancar nas trevas da ignorância, para depor o *deus egoísta e terrível – o capital* e colocar no altar onde ele tinha sido adorado, o *deus fator de todas as coisas – o trabalho*.²⁴⁸

Nessa passagem, identificamos a presença da representação de uma sociedade que seria redimida em seus erros pela força transformadora do trabalho, utopia que, como vimos acima, Decca considera que teria condicionado os

²⁴⁶ *Aurora Social*, 1º de maio de 1901. **Op. Cit.**

²⁴⁷ *Aurora Social*, 1º de maio de 1901. **Op. Cit.**

²⁴⁸ *Aurora Social*, 1º de maio de 1901. **Op. Cit.** Grifos nossos.

pensamentos e ações, tanto dos setores vinculados à defesa do capital quanto dos seus detratores, o que incluiria os próprios socialistas marxistas.²⁴⁹

As imagens religiosas utilizadas, como a deificação do capital e do trabalho, não constituiriam apenas meras figuras de linguagem, mas, sim, a expressão de uma ideologia híbrida, composta de elementos provenientes de diversas correntes de pensamento em circulação no contexto brasileiro do período e, em particular, no pernambucano, que, seguramente, não descartaria a influência da doutrina cristã no discurso do movimento operário.²⁵⁰

De acordo com o cientista político Michel Zaidan, esse hibridismo ideológico caracterizou a atmosfera intelectual em que se deu a introdução dos ideais socialistas no Brasil:

Nunca será demais insistir que, no Brasil, a relação entre socialismo-anarquismo-marxismo foi precedida de uma atmosfera intelectual – em parte fruto da II Internacional – onde se entrelaçavam confusamente sinais de Positivismo, Evolucionismo e Monismo. E que, sem dúvida, as forças sociais que proclamaram a República brasileira em 1889 se alimentaram fartamente desse ‘porre ideológico’.²⁵¹

O mesmo teria acontecido, no caso de Pernambuco, com a corrente do anarcossindicalismo. Zaidan afirma que o anarquismo ortodoxo nunca se difundiu nos meios operários do estado, com exceção do grupo liderado por Antonio Bernardo Canellas, e apresenta, em apoio ao seu argumento, as contradições de um movimento anarquista que mantinha e até reivindicava uma aproximação com o Estado como forma de resolver os conflitos entre patrões e operários.²⁵²

Essa vinculação foi explicitada em outro artigo de 1º de maio de 1902, ou seja, na comemoração do primeiro ano de circulação da *Aurora Social*: “No evangelho do amor, da paz, da liberdade, bebemos os grandes ensinamentos e abrigados à sombra do lema de Marx, façamos o quanto antes a revolução social, uma que trará a Revolução sonhada por Cristo”.²⁵³

Portanto, a utopia da “sociedade do trabalho”, originalmente preconizada pelos setores burgueses, e agora apropriada e reelaborada pelos meios sindicais,

²⁴⁹ DECCA, 2004. *Op. Cit.* p. 38.

²⁵⁰ ZAIDAN, Michel. **PCB (1922 - 1929)**: na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global Editora, 1985.

²⁵¹ ZAIDAN, 1985. *Op. Cit.* p. 32.

²⁵² ZAIDAN, 1985. *Op. Cit.*

²⁵³ REZENDE, 1994. *Op. Cit.* p. 11.

mesmo em um sentido diferente, como ressalta Bourdieu, não se afastaria completamente de um viés religioso, compreendido em um sentido mais amplo, o que, aliás, parece-nos característico de toda representação utópica.

No decorrer de suas publicações, a análise das matérias da *Aurora Social* permitiu-nos vislumbrar a existência de um movimento operário mais atuante do que aquele apresentado pela leitura da historiografia tradicional do movimento operário em Pernambuco. Para essa corrente historiográfica, o movimento operário no estado somente se tornou mais significativo após as greves gerais de 1917 e 1919: “As greves de 1917 e 1919 foram uma indicação clara de que um novo agente iria, lentamente, penetrar nas disputas políticas, os trabalhadores que começaram a se organizar em sindicatos”.²⁵⁴ Contudo, a leitura do jornal aponta para uma organização e mobilização operária maior do que a imaginada para esse período, mesmo levando em consideração seu caráter panfletário.

No seu número 12, ano 1, datado de 15 de outubro, o periódico noticia a ocorrência de uma greve realizada pelos operários da Estrada de Ferro São Francisco, no município do Cabo, como demonstração da vitalidade dos operários na luta pelos seus direitos, e da importância do próprio Centro Protetor na condução do movimento:

A prova palpável desta grande verdade nós temos na greve que os nossos queridos companheiros do Cabo, levantaram, em meio a qual não se sabe o que mais admirar-se, a união e solidariedade que vimos em todos os paredistas, ou se a sábia e criteriosa direção que ao simpático movimento dera o Centro Protetor, a quem fora trazido em boa hora, a nota do movimento.²⁵⁵

Poucos meses depois, mais duas greves envolvendo os operários ferroviários foram registradas no jornal: a primeira, em 1º de dezembro de 1901²⁵⁶, realizada pelos operários da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, em Jaboatão; e a de 08 de fevereiro de 1902,²⁵⁷ deflagrada pelos ferroviários de Limoeiro.

Portanto, em um curto intervalo de quatro meses, ocorreram três greves no setor ferroviário, um dos mais numerosos e organizados do movimento operário local. No entanto, é importante sublinhar que as três greves tiveram um caráter estritamente pacífico e seus líderes, pelo menos nos casos da greve do Cabo e de

²⁵⁴ ANDRADE, 1995. *Op. Cit.*

²⁵⁵ *Aurora Social*, 15 de outubro de 1901. *Op. Cit.*

²⁵⁶ *Aurora Social*, 1º de dezembro de 1901. *Op. Cit.*

²⁵⁷ *Aurora Social*, 08 de fevereiro de 1902. *Op. Cit.*

Limoeiro, solicitaram a intervenção do presidente da República, Campos Sales, o que indicaria sua identificação com o socialismo reformista,²⁵⁸ bastante atuante nos meios operários brasileiros durante a Primeira República e que teria como lideranças, no âmbito nacional, Vicente de Sousa, Evaristo de Moraes, Gustavo Lacerda e França e Silva (este último tratado de maneira elogiosa no primeiro número da *Aurora Social*).²⁵⁹

Segundo José Murilo de Carvalho, as ideias expressas por essa corrente do movimento operário, principalmente aquelas veiculadas por França e Silva no *Echo Popular*, seriam aquelas que mais se aproximariam “do modelo clássico de expansão da cidadania”,²⁶⁰ o que levou o historiador a identificá-la com o “socialismo democrático”.²⁶¹ As dificuldades de atuação em um regime republicano que, contraditoriamente, atuava no sentido de restringir a ampliação da participação popular, conduziram às várias tentativas frustradas de constituição de um Partido Socialista Operário no Brasil.²⁶²

Em 1902, o Centro Protetor Operário chegou a organizar a *Federação Pernambucana do Partido Socialista*, logo após a realização de um Congresso Operário em Pernambuco; porém, ela teve vida efêmera. Ainda segundo Carvalho, essa corrente de socialismo reformador também se caracterizava pela opção da *estadania*, ou seja, a cooperação direta com o governo, o que se ajusta perfeitamente com a tática encaminhada pelo Centro Protetor de solicitação da intervenção presidencial na mediação para a solução das greves.

Mas, apesar da presença, em seu ideário, da filosofia cristã, as críticas à Igreja Católica eram comuns nas páginas da *Aurora Social*. Considerada uma instituição conservadora e inimiga do progresso, a Igreja era apontada, em seus artigos, como uma aliada dos capitalistas na exploração dos operários. Mesmo as tentativas de atualização da Instituição ao mundo moderno eram encaradas com desconfiança nos artigos do jornal: “A conciliação da Ciência com a Igreja, depois que a Igreja perseguiu e condenou a ciência, depois que a Igreja proclamou a

²⁵⁸ CARVALHO, 2002. *Op. Cit.*

²⁵⁹ *Aurora Social*, 1º de maio de 1901. *Op. Cit.*

²⁶⁰ CARVALHO, 2002. *Op. Cit.* p. 55.

²⁶¹ CARVALHO, 2002. *Op. Cit.*

²⁶² CARVALHO, 2002. *Op. Cit.*

bancarrota da ciência, é a conciliação que faz o taverneiro da água com o vinho, para explorar os fregueses”.²⁶³

Essa visão crítica se estendia, também, ao projeto de cristianização dos operários posta em prática nas fábricas têxteis de Camaragibe e Paulista. No exemplar de 30 de junho de 1902, número 11, Ano 2, a *Aurora Social* denunciava o regime de trabalho em vigor na Fábrica Paulista. Segundo o periódico, encoberta por um verniz cristão, a fábrica explorava cruelmente seus operários

No entanto, eles que sugam miseravelmente o suor do operário, não lhe pagando o justo salário, eles que em nome de Deus, cuja doutrina prostituíram, mandam castigar e maltratar, levando um sorriso de docilidade ao lado da pequenez da alma, gritam desassombradamente que em Paulista o operário não tem vontade, que cumpre simplesmente ordem!²⁶⁴

Segundo a mesma matéria, dez operários da fábrica foram demitidos porque, ao contrário dos demais, negaram-se a entregar seus diplomas e não assinaram declarações renegando o Centro Operário “que eles abraçaram confiantes na liberdade que a Constituição e as leis do país garantem!”.²⁶⁵

No número seguinte, de 31 de julho de 1902, o artigo “Fábrica Paulista II” continua os ataques ao “sistema paulista”, porém em um tom mais violento, principalmente contra o seu gerente, Custódio Pessoa:

Sim! Vamos. Tocar a obra de dissecação, e embora nos causem repugnância as coisas putrefatas, é nos mister descer a imunda cloaca onde rastejam os vermes, para de lá arrancar o triste micróbio que tanto tem danificado o corpo operário, recebendo embora as saudações de quem não os conhece ainda.

Apresentamos, pois ao público até hoje alheio as cenas de miséria da Fábrica Paulista, Custódio Pessoa o falso Apóstolo do Trabalho que por um prato de lentilha vendeu a todos os seus irmãos... esse bom representante do Congresso Católico, esse religioso prático que tem feito da fé e da crença o escudo onde se agasalham os seus sentimentos liliputianos.²⁶⁶

É importante frisar a referência ao Congresso Católico de Pernambuco, no qual Pessoa, Menezes e Collier proferiram palestras sobre a organização cristã das fábricas e Menezes lançou a proposta da criação da Federação Operária Cristã. O “sistema Camaragibe” também não foi tratado com menor rigor nas páginas do jornal. Nesse mesmo exemplar de 31 de julho, em um artigo intitulado “Congresso

²⁶³ *Aurora Social*, 8 de fevereiro de 1902. **Op. Cit.**

²⁶⁴ *Aurora Social*, 30 de junho de 1902. .

²⁶⁵ *Aurora Social*, 30 de junho de 1902.

²⁶⁶ *Aurora Social*, 31 de julho de 1902. **Op. Cit.**

Católico”, o jornal criticava a discussão de questões sociais em um congresso de caráter religioso, no qual se deveria ter tratado apenas “das questões que tiverem íntima relação com a sublime religião de Cristo”.²⁶⁷ De acordo com o jornal, levando-se em conta a sua natureza, essas questões sociais estariam ligadas mais às questões políticas e, portanto, provocavam apreensões sobre os seus verdadeiros propósitos.

A grande participação dos seculares e a presidência do evento, concedida pelo bispo, Dom Luiz Raimundo de Brito, a Carlos Alberto de Menezes, era vista como mais um sinal de uma possível aliança entre a Igreja e o capital e, por isso mesmo, como potencial de um enorme perigo para o povo, por causa do poder ainda desfrutado pela Igreja junto à população:

O Congresso tem como presidente ‘eleito’ pelo Exl. Senhor Bispo o Sr. Carlos Alberto de Menezes, e muitos representantes do capitalismo? Qual será o resultado dessa união, a que nós chamaremos híbrida?... O assentamento das bases da política clerical brasileira, o que será de desastrosas consequências para o país, ou o assentamento da redução do operariado a servidão por meio da beatice, arma poderosa *quando o povo está ainda, como o nosso, na penumbra da civilização*.²⁶⁸

As fábricas de Paulista e Camaragibe não foram as únicas acusadas, pela *Aurora Social*, de utilizar a religião para encobrir os maus tratos aos operários. No número de 31 de julho de 1902, o jornal noticia:

Na Fábrica de São José, em Gravatá, segundo nos consta existe um edital com a redação seguinte: “São dispensados do serviço dessa fábrica os empregados, que não ouvirem missas todos os domingos, os que não se confessarem, os que forem amasiados, e os que comprarem na feira”.²⁶⁹

Sendo verídica ou não a notícia, o que nos importa é identificar a oposição do jornal ao movimento da Ação Social Católica em Pernambuco. Destarte, o principal alvo dos ataques era a Fábrica de Camaragibe. Com o título de “Feitoria de Camaragibe”, de 31 de agosto de 1902, número 13, Ano 2, o jornal dirigiu duras críticas ao seu projeto cristianizador. Depois de noticiar uma briga envolvendo Carlos Alberto e o prefeito de Olinda, o jornal faz uma dura declaração:

Nada temos com esta conclusão senão para perguntar ao dr. Carlos Alberto se conhece em alguma parte outra coisa igual a Fábrica de

²⁶⁷ *Aurora Social*, 31 de julho de 1902. **Op. Cit.**

²⁶⁸ *Aurora Social*, 31 de julho de 1902. **Op. Cit.** Grifo nosso.

²⁶⁹ *Aurora Social*, 31 de julho de 1902. **Op. Cit.**

Camaragibe essa feitoria disfarçada com a máscara de uma santidade bolorenta esse recanto onde os princípios de justiça e de direito vivem amordaçados em holocausto do auto de fé de um monomaniaco.

É o caso de pedirmos um pouco mais de compostura, que o dr. Carlos Alberto volte os olhos para a sua fábrica e se lembre que uma feitoria sempre fica moralmente mil furos abaixo de uma ditadura.²⁷⁰

No número de 3 de dezembro, Ano 2, sob o título de “Conferência Católica”, o jornal noticia:

7 e 15 da noite, sede da Sociedade de São Vicente de Paulo. Acham-se presentes 91 cavalheiros, 16 senhoras e 4 padres, inclusive um vigário. Do grupo destaca-se o bispo, vestido de roxo, cruz de ouro ao peito, tendo deixado à porta sua carruagem e 2 criados. Uma banda marcial o recebe com harmoniosos acordes, e vários populares beijam-lhe o sagrado anel.²⁷¹

E continua mencionando, ironicamente, o diretor e o engenheiro de Camaragibe, que faziam a introdução ao discurso a ser proferido por Luiz Correia de Brito:

O operário dr. Carlos Alberto, tendo ao lado o operário Pierre Collier que as pressas toma umas notas, nuns papeis, dirige ao auditório umas 80 palavras, mostrando o conferencista, ao seu ver homem prático, homem da prática, mormente nestes tempos em que se procura de preferência homens de prática. Ele também quer a prática e por isto o orador que é prático, e não teórico, vai ser ouvido pelo auditório.²⁷²

Comentando duramente o discurso de Brito e sua conclamação à aceitação, por parte do operário, de sua função social, conforme a pregação da Igreja, o colunista criticava a prática da caridade como ineficaz e mais uma fonte de *status* para os patrões, invocando o socialismo científico como o verdadeiro instrumento eficaz. Sobre a conclamação à união e harmonia entre patrões e operários, o jornal a combatia como mais uma manobra dos patrões como forma de manter a exploração operária, lançando graves acusações sobre o que aconteceria, de fato, em Camaragibe:

É fora de dúvida que a emancipação dos operários deve ser feita somente pelos operários, pois que só eles é que sabem o que é a miséria e a infelicidade no lar. Só eles podem tratar dos seus interesses; mas, como quer o ilustre Dr. dá em resultado a que interesses de legítimas reivindicações, de reabilitação moral e

²⁷⁰ *Aurora Social*, 31 de julho de 1902. **Op. Cit.**

²⁷¹ *Aurora Social*, 3 de dezembro de 1902. **Op. Cit.**

²⁷² *Aurora Social*, 3 de dezembro de 1902. **Op. Cit.**

material não sejam nunca postos em prática em tais associações porque aí o olhar severo do patrão, senão as multas dos dias seguintes ou as suspensões iníquas, tolhem a liberdade de ação do operário, mormente neste tempo onde apenas ensaiam-se ligeiras preliminares de reabilitação social.

Qual o operário do necrotério de Camaragibe, ou do Cemitério de Paulista, que diante do Dr. Carlos Alberto ou do hipócrita professor Custódio Pessoa, ousará defender seus direitos, expandir livremente suas opiniões? Quem na Federação Operária Cristã poderá reclamar livremente seus direitos?

Quem neste simulacro de operariado, pois só vemos de permeio com eles os bacharéis, ousará afirmar a liberdade de consciência ou pugnar pelas 8 horas de trabalho? Quem pertencente a estas duas fábricas pode ter outra associação que não as indicadas pelos patrões?

Não Dr. Brito, sejamos francos, e vejamos os estatutos dessas duas mentiras em forma de sociedade aparecerem entre nós, no intuito único de deprimir o caráter dos pobres explorados a quem não é dado ao menos o direito de protestar ou gemer? Pois bem, em nome dos princípios de caridade, de amor e de perdão da Igreja que esses potentados dizem representar, ali espanca-se pobres operários, casa-se a força sobrepondo-se ao amor a vontade de senhores feudais, e, sobretudo, explora-se miseravelmente o trabalho da mulher, essa vítima da licenciosidade dos capitalistas, essa mártir do trabalho e de todas as injustiças! Não se iludam!²⁷³

O jornal denunciava, ainda, que comissões do Congresso Católico, compostas por bacharéis, pediam aos patrões a demissão dos funcionários não-católicos. Outras acusações lançadas tratavam da suposta cobrança de 20% a mais nos barracões de Paulista e Camaragibe; do pagamento de multas pelos motivos mais diversos; de uma taxa recolhida para a Liga contra o Protestantismo; e do pagamento de taxas pelas festas dos patrões, dos visitantes, dos bispos e demais eventos religiosos.²⁷⁴

Fica evidente que o “Apostolado dos Patrões” foi severamente criticado pelo “Apostolado Socialista”. No entanto, é importante frisar que a *Aurora Social* não foi o único órgão da imprensa em que críticas ao plano industrial da fábrica foram publicadas. Encontramos, no dossiê da fábrica, um abaixo-assinado dos operários, infelizmente sem a menção ao ano, em resposta a denúncias feitas em uma carta anônima, publicada pelo Correio Mercantil. Abaixo, transcrevemos o texto que precedeu a assinatura de aproximadamente 80 operários.

Nós abaixo assinados, empregados e operários da Fábrica de Camaragibe, tendo lido publicado no ‘Correio Mercantil’ em uma edição de 13 de junho corrente, um comunicado sob a forma de

²⁷³ *Aurora Social*, 3 de dezembro de 1902. **Op. Cit.**

²⁷⁴ *Aurora Social*, 3 de dezembro de 1902. **Op. Cit.**

carta, acerca da ordem, disciplina moral e religiosa observadas por todos nós, livre e espontaneamente, sob a inteligente administração econômica e financeira de nosso Diretor-Chefe, e moral e religiosa do virtuoso sacerdote nosso Diretor-Espiritual, vimos individual e coletivamente protestar contra o acervo de inverdades e injúrias contidas na referida carta, e declarar que nenhum resquício de verdade há nas informações ministradas, as quais parecem filhas de um espírito de despeito.

O respeitável público, pois, ponha-se em guarda quanto às narrações que forem feitas pelo oculto missivista e acredite na fé deste nosso protesto, que é a expressão livre e nítida da verdade.²⁷⁵

Todavia, o principal adversário, na imprensa, da organização cristã do trabalho foi mesmo o periódico do Centro Protetor Operário, que apresentou uma ferrenha oposição ao modelo de grande fábrica moderna proposto pela fábrica de Camaragibe, recorrendo, muitas vezes, à ironia para desconstruir tal imagem. É o que podemos verificar por meio de um comentário sobre um artigo publicado no *Jornal Pequeno*, de 15 de maio de 1902, no qual o colunista da *Aurora Social*, indignado, zomba da imagem idílica apresentada pelo escritor Leyrand:

O ilustre escritor opina para que as demais fábricas imitem a de Camaragibe, onde o operariado sente-se num paraíso do Éden, cercado de todos os socorros, de todas as delícias, de tudo quanto é bom e lícito; e aconselha a substituição das palavras sublimes que originaram um lema universal, por outros a jeito de senhorio: Patrões, uni vossos operários!²⁷⁶

Assim, ficou evidenciado que o Apostolado dos Patrões enfrentou obstáculos, na propagação de seu modelo de gestão industrial, entre os setores organizados do operariado pernambucano.

²⁷⁵ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Fábrica de Camaragibe, Companhia Industrial Pernambucana (dossiê) 1896 – 1908. Série Miscelânea, Pasta 06.

²⁷⁶ *Aurora Social*, 15 de maio de 1902. **Op. Cit.**

3 A CORPORAÇÃO OPERÁRIA DE CAMARAGIBE: limites e possibilidades de uma associação mista

3.1 *Corporação Operária de Camaragibe: fundação e organização*

A Corporação Operária de Camaragibe deu início às suas atividades em 1º de julho de 1900, portanto, logo após a participação de Carlos Alberto de Menezes no Congresso Católico da Bahia. A Corporação foi criada com o objetivo de reunir as diversas associações que haviam sido fundadas na fábrica, a fim de promover uma melhor coordenação e desenvolvimento do seu plano moral, como se encontra definido em seu primeiro relatório: “A Corporação é a associação geral, que compreende e centraliza todas as outras, com uma organização preparada para desenvolver em seu seio todas as instituições futuras”.²⁷⁷

No entanto, de acordo com o mesmo relatório essas associações não teriam perdido sua autonomia, embora apresentassem graus variados de dependência com relação à Corporação Operária. As associações eram de três tipos.²⁷⁸

1. Econômicas - Eram duas: a Sociedade Cooperativa e a Sociedade de Mútuo Socorro. A primeira era responsável pelo fornecimento de todo tipo de artigo de consumo, como secos e molhados, carnes frescas, pão, fazendas, calçados, chapéis, entre outros. A segunda associação, cuja criação foi concomitante à da Corporação, encarregava-se da assistência médica e previdenciária dos associados, ficando responsável pela contratação do médico, pelo fornecimento dos remédios, pela assistência aos operários doentes ou acidentados e pelos enterros dos mortos. Ambas eram administradas por presidentes designados pelo gerente da fábrica, devendo seu funcionamento ser acompanhado, mensalmente, pela Corporação Operária nas reuniões ordinárias do seu Conselho Central.

²⁷⁷ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901. *Op. Cit.* p. 3.

²⁷⁸ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901. *Op. Cit.* p. 3.

2. Recreativas – Estava composta por três associações: o Clube Musical, o Clube Dramático e a Sociedade de Tiro ao Alvo, ficando sua administração sob a responsabilidade de um comissário designado pela presidência.
3. Religiosas - Esta seção somente guardava uma ligação moral com a Corporação, pois possuía administração independente, embora suas despesas fossem responsabilidade dela mesma. Reunia as diversas associações religiosas que procuravam atender por sexo e faixa etária, as necessidades espirituais dos operários e seus familiares.

O relatório também apresenta as atribuições pertinentes à Corporação Operária: manutenção da capela e do culto, compreendendo as despesas com o capelão e os respectivos objetos necessários as celebrações; manutenção das escolas, compreendendo o pagamento dos professores e de seus ajudantes e os fornecimentos materiais; manutenção do serviço de edibilidade e higiene, que compreendia a limpeza da vila operária, seu aperfeiçoamento e embelezamento; manutenção do serviço de polícia, que consistia em uma guarda de policiamento constante e nos voluntários da segurança que acudiam nos conflitos e nas diligências difíceis.²⁷⁹

Portanto, cabiam à Corporação várias e onerosas atribuições, o que, certamente, exigia uma regular e elevada arrecadação de recursos a fim de atendê-las. Para isso, a Corporação contava com as seguintes fontes de receitas: 1. uma contribuição direta na base do desconto do salário do associado (ou seja, todo operário da fábrica); 2. os lucros advindos do consumo na Cooperativa da Corporação; 3. uma fração da arrecadação das multas cobradas pela Companhia por infrações cometidas pelos operários; 4. os dividendos provenientes do rendimento do patrimônio da associação, a exemplo das ações de empresas (como as da própria CIPER) adquiridas sob a autorização do Conselho Central; 5. uma contribuição fixa da CIPER.²⁸⁰

É importante frisar que a expectativa era a de que as fontes de renda não fossem apenas suficientes para fazer frente às despesas da Corporação, mas que também possibilitassem a acumulação gradativa de um patrimônio para os associados, nos moldes das antigas Corporações de Ofício que, de acordo com seus defensores, teriam conseguido amealhar patrimônios extraordinários, ao longo

²⁷⁹ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901. **Op. Cit.**

²⁸⁰ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901. **Op. Cit.**

da sua existência, até serem implacavelmente aniquilados pela cobiça dos revolucionários do século iluminista.²⁸¹

Vale também salientar que tal representação idílica das corporações operárias medievais não foi exclusivamente forjada pela tradição católica. Darnton observa que

os historiadores tendem a tratar a era da fabricação artesanal como um período idílico, antes do início da industrialização. Alguns até descrevem o pessoal da oficina como uma espécie de uma família ampliada, em que patrão e empregados faziam as mesmas tarefas, comiam à mesma mesa e, algumas vezes, dormiam debaixo do mesmo teto.²⁸²

Na historiografia marxista, marcadamente caracterizada pela denúncia da exploração dos trabalhadores, encontramos um exemplo ilustrativo desse tipo de representação idílica na obra clássica de Leo Huberman²⁸³, na qual as corporações pré-industriais foram representadas como pertencentes a um período em que a exploração desumana, típica das fábricas capitalistas, ainda não teria atingido sua plenitude, pois não teria se concluído a separação completa entre os operários e os seus instrumentos de trabalho:

Eram feitas por artesãos profissionais, donos tanto da matéria-prima como das ferramentas utilizadas para trabalhá-las, e vendiam o produto acabado (Hoje, os trabalhadores na indústria não são donos nem da matéria-prima nem das ferramentas. Não vendem o produto acabado, mas a força de trabalho). Esses artesãos seguiram o exemplo dado pelos comerciantes e formaram corporações próprias... Todos os que se ocupavam de um determinado trabalho – aprendizes, jornaleiros, mestres artesãos – pertenciam à mesma corporação. Tanto mestres como ajudantes podiam fazer parte da mesma organização e lutar pelas mesmas coisas. Isso porque a distância entre o trabalhador e patrão não era muito grande. O jornaleiro vivia com o mestre, comia a mesma comida, era educado da mesma forma, acreditava nas mesmas coisas e tinha as mesmas idéias. Era regra, não exceção, tornar-se o aprendiz, com o tempo, um mestre... Os aprendizes tinham direitos iguais, o mesmo ocorrendo com os jornaleiros e mestres artesãos. Havia classes nas corporações, mas dentro de cada uma delas predominava a igualdade. E os degraus da escada da ascensão, de aprendiz a mestre, não estava fora do alcance dos trabalhadores.²⁸⁴

Contudo, com base na análise do episódio de um massacre de gatos em uma tipografia francesa do período pré-industrial, Darnton questiona a validade dessa

²⁸¹ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901. *Op. Cit.*

²⁸² DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 108.

²⁸³ HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

²⁸⁴ HUBERMAN, 1984. *Op. Cit.* p. 63-64.

representação, salientando as distâncias culturais existentes entre os patrões e operários que, eventualmente, resultavam na eclosão de manifestações de revoltas: “Os assalariados e os patrões podem ter vivido juntos, como uma família feliz, em algum período, em alguma parte da Europa, mas não nas gráficas da França e da Suíça, no século XVIII”.²⁸⁵ A transposição dessas associações mistas para o contexto da organização industrial capitalista deve ter dificultado ainda mais a materialização dessa representação familiar.

Voltando ao nosso objeto de estudo, a direção da associação apresentava a seguinte configuração: a presidência e a vice-presidência cabiam, respectivamente, ao gerente da fábrica e ao seu engenheiro assistente, postos que, na época da sua fundação, eram, também respectivamente, ocupados por Menezes e Pierre Collier. Os operários estavam representados no Conselho Corporativo, composto por vinte membros, dos quais dez eram eleitos pelos operários e dez nomeados pelo gerente. No entanto, com base na leitura das atas das reuniões verificamos que não era comum os membros eleitos ocuparem os cargos do Conselho Central, que eram, na maioria das vezes, preenchidos pelos membros nomeados pela gerência.²⁸⁶

Os conselheiros tinham mandatos de dois anos, mas podiam renová-los sem restrições. O período estudado abrangeu três renovações do Conselho.

De acordo com o 2º relatório da corporação operária, publicado em 15 de agosto de 1901, ao longo do semestre foram feitas algumas modificações no Conselho Corporativo, devido às retiradas dos conselheiros Manoel Antônio de Oliveira, Manoel Gomes de França e Ildefonso Pereira da Silva, que foram substituídos pelos operários Sabino José de Amorim, José da Cruz Rodrigues e Francisco Pedro Bezerra, passando a apresentar a composição apresentada abaixo.²⁸⁷ Salientamos, todavia, que, infelizmente o relatório não informa as funções ocupadas por cada conselheiro.

²⁸⁵ DARNTON, 2001. *Op. Cit.* p. 112.

²⁸⁶ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Fábrica de Camaragibe, Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). Série Miscelânea, Pasta 03.

²⁸⁷ Corporação Operária de Camaragibe, 2º Relatório 1901. *Op. Cit.*

Quadro 1
Composição do Conselho Corporativo (1900 - 1902)

| CONSELHEIROS ELEITOS | CONSELHEIROS NOMEADOS |
|-----------------------------------|------------------------------|
| Manoel Thomaz dos Santos | Manoel Teixeira Magalhães |
| Francisco Monteiro da Silva | Joaquim Bernardo Falcão |
| Álvaro José de Salles | Frederico Otto Hummer |
| Augusto Carneiro da Silva | João Batista Ferreira |
| Manoel Basílio Monteiro da Franca | Ananias Celestino de Almeida |
| Sabino José de Amorim | Luiz Savaget do Nascimento |
| Francisco Batista da Silva | Lino Augusto da Agonia |
| Manoel Augusto do Rego | Ignácio Valeriano do Rego |
| Manoel Pereira da Rocha | José da Cruz Rodrigues |
| Augusto Pereira Leal | Francisco Pedro Bezerra |

Fonte: Corporação Operária de Camaragibe, 5º relatório, 1903

Com relação ao biênio 1903 - 1904, localizamos, no 5º Relatório da Corporação Operária, publicado no dia 25 de março de 1903, a lista dos conselheiros eleitos e nomeados para o Conselho Corporativo.²⁸⁸

Quadro 2
Composição do Conselho Corporativo (1903 - 1904)

| CONSELHEIROS ELEITOS | CONSELHEIROS NOMEADOS |
|-------------------------------|------------------------------|
| Manoel Thomaz dos Santos | Ananias Celestino de Almeida |
| Roldão de Oliveira Ramos | Joaquim Bernardo Falcão |
| João Cândido Casado Lima | Ignácio Valeriano do Rego |
| Ludgero Ferreira Peres | Augusto Carneiro da Silva |
| Severino José dos Santos | José Martins Caparica |
| Manoel Matheus da Silva | Manoel Teixeira Magalhães |
| Manoel Pereira de Albuquerque | João Batista Ferreira |
| Francisco Gomes de Araújo | Augusto Pereira Leal |
| Francisco Pedro Bezerra | Lino Augusto da Agonia |
| Francisco Batista da Silva | Manoel Pereira da Rocha |

²⁸⁸ Corporação Operária de Camaragibe, 5º Relatório 1903. *Op. Cit.*

Fonte: Corporação Operária de Camaragibe, 5º Relatório, 1903

Com base no relatório podemos fazer as seguintes considerações: em relação ao biênio anterior apenas dois conselheiros foram reeleitos (Manuel Thomaz e Francisco Batista) e seis foram renomeados (Ananias de Almeida, Joaquim Falcão, Ignácio do Rego, Manoel Magalhães, João Batista e Lino Augusto). Ainda se verificou uma mudança de condição de três conselheiros que, de membros eleitos, passaram para membros nomeados (Augusto Carneiro, Augusto Pereira e Manoel Pereira da Rocha). Infelizmente, outra vez o relatório não informa a distribuição dos cargos ocupados pelos conselheiros nas comissões do Conselho Central.

Localizamos uma descrição mais detalhada do processo de renovação do Conselho Corporativo para o exercício do biênio 1904 – 1906²⁸⁹, inclusive o número de votos obtidos pelos membros eleitos: Reparação do Fio e Fiação: Manoel Thomaz, com 17 votos, e Antônio de Andrade, com 13 votos; Tecelagem, Urdideiras e Engomadeiras: Possidônio Gomes e Antônio Serra, com 35 votos cada um, e Aprígio Figueiredo, com 14 votos; Enfardamento e Acabamento em Cru: Leôncio Teté, com 9 votos; Tinturaria e Acabamento: Manoel Pereira, 15 votos; Motor e Oficinas: José Rodrigues, 10 votos; Fábrica de Tijolos, Serviço Externo e Empregados da Corporação: Pedro Bezerra, 9 votos; Serviços não classificados: Francisco Pedro, 4 votos.²⁹⁰

Os conselheiros nomeados foram: Manoel Magalhães, Ananias de Almeida, Batista Ferreira, Joaquim Falcão, Luiz Savaget, Ignácio do Rego, Manoel Matheus, Sabino Amorim, Lino Augusto e Augusto Carneiro. Ainda na mesma sessão foram feitas as designações dos conselheiros para a ocupação dos cargos das comissões e associações do Conselho Central.²⁹¹

Quanto às Comissões, foram compostas como descrito a seguir – Secretário: Batista Ferreira; Escolas do sexo feminino e infantil: Ananias de Almeida; Escolas do sexo masculino: Francisco Pedro; Polícia: Sabino Amorim; Distração: Luiz Savaget; Serviço Religioso: Manoel Magalhães; Edilidade e Higiene: José Rodrigues; Sem comissão: Lino Augusto. Por sua vez, a Sociedade de Socorro Mútuo passou a ter os seguintes membros – Presidente: Ananias de Almeida; Secretário: Ignácio do Rego; Tesoureiro: Joaquim Falcão; Comissários: Manoel Thomaz, Antônio de

²⁸⁹ Sessão Ordinária do dia 1º de junho de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe. **Op. Cit.**

²⁹⁰ *Ibidem.*

²⁹¹ Sessão Ordinária do dia 1º de junho de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe. **Op. Cit.**

Andrade, Antônio Serra e Manoel Matheus. Com relação à Sociedade Cooperativa, foram nomeados – Presidente: Manoel Magalhães; 1º e 2º diretores: Pedro Bezerra e Augusto Carneiro; Comissários: Aprígio Figueiredo, Manoel Pereira e Leôncio Teté.²⁹²

Com base nas informações obtidas podemos fazer as seguintes considerações: três conselheiros foram reeleitos (Manoel Thomaz, Francisco Pedro e Manoel Pereira de Albuquerque) e sete renomeados (Manoel Magalhães, Ananias de Almeida, Joaquim Falcão, Batista Ferreira, Ignácio do Rego, Lino Augusto e Augusto Carneiro). E um membro mudou da condição de membro eleito para nomeado (Manoel Matheus). Constatou-se, também, os retornos de alguns conselheiros que estiveram ausentes do biênio anterior, como José Rodrigues, que voltou ao Conselho Corporativo na condição de membro eleito (fora nomeado no exercício 1900 – 1902); Luiz Savaget e Sabino Amorim voltaram na condição de membros nomeados (foram nomeados no exercício 1900 - 1902).

Outro aspecto importante foi que a maioria dos cargos do Conselho Central foram preenchidos pelos conselheiros nomeados pela presidência, como Ananias de Almeida (presidente da Sociedade de Socorro Mútuo e Comissário das Escolas do sexo feminino e infantil); Manoel Magalhães (vice-presidente da Corporação, presidente da Cooperativa e Comissário do Serviço Religioso); Sabino Amorim (Polícia); Luiz Savaget (Distração); Batista Ferreira (Secretário). Apenas dois membros eleitos foram designados para a chefia de comissões: Francisco Pedro assumiu a comissão das Escolas do sexo masculino e José Rodrigues a de Edilidade e Higiene.

No nono relatório, publicado em 26 de agosto de 1906, encontramos a renovação do Conselho Corporativo para o biênio 1906 - 1908, com os seguintes resultados: *Conselho Central* – Presidente: Pierre Collier; Vice-presidente: Manoel Magalhães; Tesoureiro: Ananias de Almeida; Secretário: Batista Ferreira; Conselheiros: Francisco Monteiro, Joaquim Thomaz, Francisco Andrade e Álvaro de Salles. *Comissões* – Escolas sexo masculino: Joaquim Pires; Escolas sexo feminino e infantil: Ananias de Almeida; Edilidade e Higiene: Francisco Pedro; Recreações: Eleutério Nascimento. *Sociedade Cooperativa* – Presidente: Manoel Magalhães;

²⁹² Sessão Ordinária do dia 1º de junho de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe. **Op. Cit.**

Diretor interno: Pedro Bezerra; Diretor Externo: Augusto Carneiro; Comissários: Hortêncio Bezerra, Luiz Nunes e Pedro de Almeida. *Sociedade de Mútuo Socorro* – Presidente: Ananias de Almeida; Tesoureiro: Manoel Thomaz; Secretário: Pedro Bezerra Filho; Comissários: Severino dos Santos, Francisco Gomes, José Correia, José Attanasio; Comissárias: D. Júlia de Almeida, Antônia de Souza, Joaquina Costa, Maria das Neves.²⁹³

Infelizmente não localizamos nas Atas da Corporação, nem no respectivo relatório, uma lista com os conselheiros eleitos e nomeados, embora seja possível presumir que poucas modificações, principalmente em relação aos conselheiros nomeados, tenham ocorrido.

Com relação ao preenchimento dos cargos do Conselho Corporativo e seu exercício, vale a pena salientar dois pontos: o primeiro é que não havia impedimentos para a acumulação de cargos pelos membros do Conselho, embora tais situações pudessem dar margem a reclamações por parte dos demais colegas, como veremos adiante. O segundo é que pedidos de desligamento do Conselho eventualmente aconteciam.²⁹⁴

Os Estatutos da Corporação Operária determinavam a publicação periódica de relatórios sobre o seu funcionamento, o que, de início, ocorria semestralmente.²⁹⁵ Contudo, após uma resolução tomada na sessão plena do dia 02 de março de 1904, ficou decidido pela sua publicação anual e apresentação nas Assembleias Gerais da Corporação, sempre realizadas por ocasião da sua Festa Patronal, em agosto.²⁹⁶ Em tais relatórios constavam as informações gerais sobre as atividades da Corporação Operária no período: arrecadação e despesa, patrimônio particular acumulado por cada associado, funcionamento dos serviços em geral, o que, sem dúvida, possibilitava um acompanhamento, por parte dos operários, dos benefícios a que tinham direito.

Os relatórios permitem a análise do estado financeiro da Corporação no período delimitado em nosso estudo.²⁹⁷ No entanto, optamos por apresentar apenas

²⁹³ Corporação Operária de Camaragibe, 9º Relatório, 1906. *Op. Cit.*

²⁹⁴ Ata Corporação Operária de Camaragibe. *Op. Cit.*

²⁹⁵ Esses seis primeiros relatórios da Corporação Operária são importantes fontes para a pesquisa do nosso objeto de estudo, pois não localizamos as Atas das reuniões do Conselho Central e Corporativo anteriores a 1904. Corporação Operária de Camaragibe. Relatórios. *Op. Cit.*

²⁹⁶ Sessão Plena do dia 2 de março de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe. *Op. Cit.*

²⁹⁷ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Fábrica de Camaragibe, Corporação Operária de Camaragibe. Relatórios. Série Produção Intelectual, Pasta 11.

os dados registrados a partir do 7º relatório, portanto, quando passaram a ser anuais, por causa da maior clareza e abrangência por eles apresentadas.

Quadro 3
Balanco Financeiro da Corporação Operária (julho de 1903 a julho de 1908)

| Períodos | 1903-1904 | 1904-1905 | 1905-1906 | 1906-1907 | 1907- 1908 |
|------------------|-------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Receita | 32:528\$860 | 34:263&050 | 34:508\$530 | 39:394\$130 | 42:946\$530 |
| Despesas | 31:568\$930 | 36:920\$620 | 37:425\$300 | 41:121\$820 | 49:811\$220 |
| Saldo ou Déficit | Lucro de 959\$930 | Déficit de 3:157&570 | Déficit de 2:916\$770 | Déficit de 1:727\$690 | Déficit de 6:864\$690 |

Fonte: Corporação Operária de Camaragibe. Relatórios. 1900/1908 e 1922. Pasta 11.

Verifica-se a existência de um déficit crônico e crescente nas contas da Corporação Operária a partir do período 1904 - 1905. Nos relatórios, tais déficits foram atribuídos a “despesas extraordinárias e inevitáveis deram lugar a estes déficits, aliás, dificultosos de cobrir e capazes de criar sérios embaraços a regularidade dos serviços”.²⁹⁸ Nos quadros abaixo, analisamos, para o mesmo período, os gastos com os principais serviços prestados pela Corporação: o atendimento médico e previdenciário, as escolas e o serviço religioso.²⁹⁹

Quadro 4
Principais despesas da Corporação Operária (julho de 1903 a julho de 1908)

| Períodos | 1903-1904 | 1904-1905 | 1905-1906 | 1906-1907 | 1907-1908 |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Socorro Mútuo | 15:209\$910 | 16:324\$332 | 17:147\$630 | 17:737\$300 | 21:498\$116 |
| Escolas | 6:698\$000 | 10:063\$610 | 10:534\$090 | 11:000\$000 | 11:450\$000 |
| Serviço Religioso | 5:823\$880 | 4:830\$860 | 5:358\$800 | 5:630\$660 | 6:221\$130 |
| Soma de gastos | 27:731\$790 | 31:218\$802 | 33:040\$520 | 34:367\$960 | 39:169\$246 |

²⁹⁸ Corporação Operária de Camaragibe. 9º Relatório. 1906. *Op. Cit.*

²⁹⁹ Corporação Operária de Camaragibe. Relatórios. *Op. Cit.*

| | | | | | |
|--------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Totais | 31:568\$930 | 36:920\$620 | 37:425\$300 | 41:121\$820 | 49:811\$220 |
|--------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|

Fonte: Corporação Operária de Camaragibe. Relatórios. 1900/1908 e 1922. Pasta 11.

Quadro 5
Fontes de receitas da Corporação Operária (julho de 1903 a julho de 1908)

| Períodos | 1903- 1904 | 1904-1905 | 1905-1906 | 1906- 1907 | 1907- 1908 |
|--------------------------|----------------------|-------------|-------------|-------------|----------------------|
| Subvenção da CIPER | 15:181\$300 | 15:251\$000 | 15:572\$400 | 15:549\$000 | 18:523\$400 |
| Contribuição Corporativa | 14:980\$550 | 15:562519 | 13:990\$000 | 15:520\$500 | 15:422\$900 |
| Rendimento do patrimônio | 2:015\$600 | 3:312\$600 | 3;632\$130 | 1:740\$250 | 5:604\$200 |
| Receita eventual | 308\$410 | 136\$940 | 66\$410 | 7\$000 | sem dados fornecidos |
| Receita complementar | sem dados fornecidos | 2:658\$020 | 2:945\$630 | 1:525\$080 | 3:396\$030 |

Fonte: Corporação Operária de Camaragibe. Relatórios. 1900/1908 e 1922. Pasta 11.

Verifica-se, com base nos dados fornecidos pelo quadro 4, que os três serviços somados correspondem a mais de 80% do total das despesas. Também fica evidente que a principal despesa da Corporação era com a Sociedade de Socorro Mútuo, cujos gastos, invariavelmente crescentes, constituíam o fator mais importante para o déficit crônico da Corporação. Outro aspecto interessante é o elevado gasto com as escolas, cujo orçamento era quase o dobro do disponível para o serviço religioso.

O quadro 5 indica que a subvenção da Companhia e a contribuição em folha dos operários foram as principais fontes de arrecadação da Corporação. No período delimitado em nossa pesquisa, essa subvenção era no valor de 7:500\$000, ao qual também era agregada uma fração das multas cobradas aos operários. Infelizmente, não dispomos de nenhuma fonte que indique o valor total arrecado com as multas para calcularmos o percentual cedido à Corporação. Já a contribuição corporativa era obtida através de dois mecanismos: o desconto em folha dos salários dos operários e o bônus cooperativo, que era calculado pelo total das compras

registradas na caderneta de cada operário e familiar nas seções da Sociedade Cooperativa.

Além disso, com o objetivo de aumentar os dividendos da Cooperativa foram comuns as operações de compra de ações da Companhia Ferro Carril e da própria Companhia Industrial Pernambucana. Embora se tratassem de operações autorizadas pelo Conselho Central, é importante observar que, ambas, eram empresas dirigidas por Carlos Alberto de Menezes, pois o industrial católico havia sido reconduzido à direção da companhia de transportes após dez anos de afastamento. Depois da morte de Menezes e com a mudança de administração daquela empresa, Collier pediu e obteve autorização para vender as suas ações e adquirir mais ações da CIPER.³⁰⁰

Em relação a essas aquisições encontramos referências em diversas sessões do Conselho Central: no dia 30 de novembro de 1904, Collier solicitou autorização para a compra de 6 contos de ações da CIPER para o patrimônio da Corporação; no dia 30 de agosto de 1905 mais 35 ações da CIPER e, naquela ocasião, uma longa justificativa foi apresentada por Collier para a operação:

Sobre a compra das ações falou longamente o Sr. presidente, demonstrando as vantagens do patrimônio corporativo, mormente nos casos da Corporação que não deve contar com aumento de contribuição por parte da Companhia, nem se (fiar?) nos lucros da cooperativa que sujeita a diferentes acidentes, os seus lucros são duvidosos.³⁰¹

Obtivemos um retorno acerca dessas operações na sessão de 30 de dezembro de 1908, na qual Collier comunicou haver recebido os dividendos de 10% das ações da CIPER e, com eles, ter pago despesas da Cooperativa e outras mais.³⁰²

Ainda sobre a questão da arrecadação de recursos, outro aspecto importante e que por vezes gerava dificuldades era o recenseamento dos operários. Tratava-se do cadastro dos operários e de seus familiares para ter direito aos serviços oferecidos pela Corporação Operária. Localizamos informações sobre seu regulamento na sessão do dia 29 de novembro de 1906, quando, após uma solicitação do conselheiro Francisco Pedro, ficou decidido que um aviso seria impresso para comunicação dos operários:

³⁰⁰ Sessão Extraordinária de 10 de novembro de 1905. *Op. Cit.*

³⁰¹ Sessão de 30 de novembro de 1904. *Op. Cit.*

³⁰² Sessão de 30 de novembro de 1908. *Op. Cit.*

Lembro que só têm direito aos benefícios da Corporação as pessoas recenseadas, exceção unicamente para as crianças recém-nascidas nos oito primeiros dias depois do seu nascimento. Devem por conseguinte os pais que têm filhos de mais de oito dias, ainda não recenseados, registrar eles imediatamente porque só terão direito aos benefícios da corporação depois de recenseados.³⁰³

Portanto, com base nessa informação é possível inferir que nem sempre os operários procediam ao recenseamento. É provável que tal procedimento possa ter sido uma estratégia para evitar o pagamento da cobrança da contribuição corporativa correspondente. Essa possibilidade parece ser confirmada pelas referências, nas atas das reuniões, de pessoas em débito com suas contribuições, mas que tentavam continuar usufruindo dos benefícios. Na sessão de 25 de novembro de 1908, após Collier comunicar que não concederia mais longas licenças aos peticionários e os dispensaria dos serviços da fábrica, dando-lhes, em contrapartida, a preferência na readmissão, o presidente “informou mais que os presidentes da Corporação e Socorro Mútuo fiscalizaram rigorosamente o recenseamento, fazendo pagar as contribuições a muitos que o não faziam”.³⁰⁴ De acordo com o 3º relatório, os devedores da contribuição eram os “sócios que no último dia do semestre não tinham bônus suficiente para o pagamento da sua contribuição, ficando a diferença para ser descontada de seus salários”.³⁰⁵

Os serviços prestados aos operários pelas diversas associações e seções da Corporação eram administrados ou acompanhados pelo Conselho Central da Corporação, no qual tinha direito de participação o presidente da Corporação, o vice-presidente e os membros do Conselho Corporativo. Nessas reuniões, os diversos serviços oferecidos pela Corporação eram debatidos e apresentados seus respectivos relatórios pelos seus comissários. No entanto, consideramos importante frisar que identificamos um flagrante desequilíbrio na representatividade dos operários no Conselho Central, pois os chefes, além de acumularem a presidência e a vice da Corporação e usufruírem das prerrogativas desses cargos, também possuíam o direito de nomeação de dez conselheiros que, como vimos acima, geralmente eram os escolhidos pelo gerente para composição dos cargos de direção das comissões do Conselho Central e das associações a ele federadas, como a

³⁰³ Sessão de 29 de novembro de 1906. *Op. Cit.*

³⁰⁴ Sessão de 25 de novembro de 1908. *Op. Cit.*

³⁰⁵ Corporação Operária de Camaragibe. 3º Relatório. 1901. *Op. Cit.* p. 4.

Sociedade Cooperativa e o Socorro Mútuo, o que, sem dúvida, constituía uma limitação na representação dos operários na associação comum que devia lhes beneficiar.

Infelizmente, não localizamos nenhuma fonte que pudesse trazer esclarecimentos sobre as funções desempenhadas, na fábrica, tanto pelos conselheiros eleitos quanto pelos nomeados, o que nos permitiria traçar o seu perfil. No entanto, é possível presumir, com segurança, que tais conselheiros eram alfabetizados, pois o combate ao analfabetismo foi uma das prioridades do projeto moralizador de Camaragibe.

A concentração de poderes, observada acima, pode ser explicada com base na própria origem da associação, nascida como uma obra de benemerência do Apostolado dos Patrões. No já mencionado primeiro relatório da associação, essa origem foi enfatizada, prestando-se uma homenagem aos chefes, reconhecidos como “verdadeiros pais” dos operários:

E em verdade, antes que tudo, manda a justiça e a gratidão que declaremos que a eles nós devemos tudo quanto temos feito; que eles têm sido nossos pais na acepção mais rigorosa da palavra, porque não nos têm ajudado só, nos têm dirigido, nos têm guiado e continuam a nos dirigir com o maior desvelo e amor.³⁰⁶

3.2 *O Conselho Profissional de Camaragibe*

Como dissemos acima, os Conselhos Profissionais foram criados com o objetivo de tratar das questões diretamente ligadas ao funcionamento dos diversos setores de produção da fábrica. Representavam, portanto, sete seções: 1. Fio e Fiação; 2. Tecelagem, Urdideiras e Engomadeiras; 3. Enfardamento e Acabamento em Cru; 4. Tinturaria e Acabamento em Branco; 5. Motor e Oficinas; 6. Fábrica de Tijolos, Serviço Externo e Empregados da Corporação; 7. Serviços não Classificados.

No quinto relatório da Corporação Operária obtemos mais informações sobre suas características:

Uma notícia que não pode deixar de ser grata a todos nós, operários, é a da criação dos Conselhos Profissionais para homens e senhoras em sessão plena de 13 de setembro. Estes Conselhos *‘são uma*

³⁰⁶ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901. *Op. Cit.*

*instituição que tem por fim pôr os simples operários em contato mais direto com seus chefes, de forma a dar-lhes não somente uma certa co-participação na Direção da Fábrica, mas também a permitir-lhes exprimir suas idéias e seus desejos em tudo o que se refere a vida do trabalho.*³⁰⁷

A descrição sobre os objetivos dos Conselhos Profissionais parece bastante reveladora, pois ela sugere a existência de uma distinção entre o *simples operário*, que estaria representado nos Conselhos Profissionais, e os operários eleitos e nomeados para ocupar os cargos do Conselho Central da Corporação, o que reforça a sugestão de uma diferenciação entre eles. Segundo o mesmo relatório eram atribuições do Conselho Profissional: 1. velar sobre os acidentes de trabalho, estudando as causas que poderão determiná-los e os meios de impedi-los; 2. notar as questões de comodidade e bem estar da fábrica, tais como o calor, a ventilação, a limpeza, a água potável, os lavatórios, as latrinas, transmitindo os desejos dos camaradas a respeito; 3. ocupar-se da aprendizagem, que tem de ser levada a altura de verdadeira formação profissional completa, séria, rigorosa, segundo as regras que iriam ser estabelecidas, conferindo-se diplomas aos habilitados; 4. estabelecer o concurso de cada ofício para se apurar e premiar a proficiência dos melhores operários; 5. ocupar-se do trabalho sob o duplo ponto de vista da produção e da perfeição, assinalando as causas que estiverem perturbando uma e outra; 6. representar os desejos dos camaradas a respeito de salários, preços de mão de obra, modo de contar sobre o trabalho feito etc; 7. comunicar os mesmos desejos e aspirações quanto à disciplina, praxes, regras estabelecidas etc; 8. prestar aos associados toda a sorte de serviços diretos, ou servindo-se de intermediários, entre eles e os chefes.³⁰⁸

Portanto, o Conselho Profissional teria sido criado com o objetivo de possibilitar a abertura de um canal de comunicação direta entre o simples operário e a direção da fábrica, a fim de tanto encontrar meios de aumentar a sua eficiência na produção quanto melhorar suas condições de trabalho. Contudo, sua criação, pelo menos no primeiro momento, parece ter provocado a desconfiança dos operários, pois informa o relatório que “os Conselhos Profissionais já vão sendo compreendidos pelos nossos companheiros que, a princípio, os receberam com

³⁰⁷ Corporação Operária de Camaragibe, 5º Relatório 1903. *Op. Cit.* p. 4. Grifos nossos.

³⁰⁸ Corporação Operária de Camaragibe, 5º Relatório 1903. *Op. Cit.* p. 4.

desconfiança, por isso que os operários desconfiam sempre das inovações que se fazem a seu respeito, principalmente se essas inovações partem de seus chefes”.³⁰⁹

No entanto, consideramos importante destacar que tal possibilidade de comunicação com os chefes sobre os problemas relacionados tanto à produção quanto com a melhoria das condições de trabalho era, possivelmente, estranha à realidade das demais fábricas brasileiras, como indicam os numerosos periódicos operários que, assim como a *Aurora Social*, denunciavam as condições insalubres a que estavam sujeitos os operários.³¹⁰

A leitura dessas atas indica que os assuntos discutidos, na maioria das vezes, relacionavam-se à melhoria das condições de trabalho e aperfeiçoamento da produção, como por exemplo: a abertura de uma janela ou a instalação de um ventilador; a reposição de uma peça ou conserto de uma máquina; a pintura de uma sala ou reforma das latrinas; a queixa contra um mestre ou a reivindicação de um aumento de ordenado por parte de um operário; e até pedidos considerados impertinentes como a permissão para fumar no espaço da Tinturaria.³¹¹

Os pedidos eram apreciados e resolvidos diretamente pelo gerente, não tendo, portanto, a maioria das decisões o caráter do respaldo dos votos dos conselheiros, ao contrário do que geralmente ocorria nas resoluções do Conselho Central. Contudo, havia também espaço para tais discussões, como foi o caso, por exemplo, da sessão de 04 de agosto de 1904, na qual foi apreciado um projeto encaminhado por Menezes com relação às multas impostas aos operários da fábrica. Após o debate do projeto, ficou estabelecido que “o operário não pode livrar-se das multas sem a justificação dada pelo gerente ou pessoa que esteja exercendo seu cargo e sendo justificada dentro da mesma semana”. A resolução era acompanhada por um artigo único que discriminava as multas previstas: “Aquele que perder $\frac{1}{4}$ do trabalho pagará 5 00 rs, $\frac{3}{4}$, 10 00 rs...”³¹²

Em relação à análise dos limites e possibilidades de participação dos operários através do Conselho Profissional, as sessões de 20 de setembro e 04 de

³⁰⁹ Corporação Operária de Camaragibe, 6º Relatório 1903. *Op. Cit.* p. 8.

³¹⁰ Para mais informações ver RIBEIRO, Maria Alice Rosado. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870 - 1930)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

³¹¹ Sessão de 05 de novembro de 1902. Ata do Conselho Profissional (1902 – 1906). Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Miscelânea. Acervo Fundaj. O pedido foi rejeitado na sessão de 19 de novembro e o comissário admoestado que “não achava este pedido justo, e que nenhum conselheiro levasse em sessão pedidos que não fossem com uma idéia de melhoras, quer do trabalho, quer do operariado”.

³¹² Sessão de 04 de agosto de 1904. *Op. Cit.*

outubro de 1905 tornam-se significativas³¹³. Na primeira, após uma série de reivindicações apresentadas pelos conselheiros, Collier afirma que

o interesse que tinha em fazer tal sessão não era somente para saber o movimento dos trabalhos como também pedir-nos um auxílio com relação aos trabalhos. Disse que tínhamos o cuidado de levar ao seu conhecimento qualquer reclamação ou combinação ficando ele responsável para resolver tudo isso, mas que não devia assim fazer sem termos mais cuidado de não só fazer as reclamações como também procurar os meios para se modificar aquele defeito... Deveríamos estudar e combinar com nossos companheiros os meios de modificar os trabalhos de dar melhor produção que sobre isso já tinha falado com o Dr. Brito para serem gratificados não só os conselheiros profissionais como também qualquer operário que apresentar uma boa idéia em benefício da Companhia, ou mesmo dos operários...³¹⁴

Na sessão seguinte, essa passagem da ata foi reprovada pelo presidente, o qual alegou “que não tinha retirado o direito de fazermos nossas reclamações e sim tinha pedido que quando fizessem uma reclamação procurassem também um meio para modificá-la”.³¹⁵

Independente de ter havido, ou não, uma má interpretação, o importante é registrar que o presidente garantiu aos conselheiros que podiam continuar apresentando suas reivindicações e reclamações no espaço do Conselho, desde que dentro dos limites permitidos pelos Estatutos da Corporação, o que, sem dúvida, constituía uma prática incomum nas fábricas brasileiras, como indica o estudo de Rago³¹⁶ pois permitia *uma certa co-participação na Direção da Fábrica*.³¹⁷ Contudo, a análise das atas das assembleias do Conselho Profissional nos permite afirmar que, em comparação ao Conselho Central, esta seção do Conselho Corporativo possuía um menor grau de poder decisório, pois ficava reservado ao Conselho Central a administração das associações destinadas ao benefício dos operários.

É importante também destacar que havia uma separação entre o Conselho Profissional dos homens e o das mulheres, embora infelizmente somente tenhamos localizado as atas das reuniões do Conselho Profissional masculino. Entretanto, salientamos que não deixa de ser significativa a criação de um espaço específico

³¹³ Sessão de 04 de agosto de 1904. *Op. Cit.*

³¹⁴ Sessão de 20 de setembro de 1905. Ata do Conselho Profissional. *Op. Cit.*

³¹⁵ Sessão de 04 de outubro de 1905. Ata do Conselho Profissional. *Op. Cit.*

³¹⁶ RAGO, 1985. *Op. Cit.*

³¹⁷ Corporação Operária de Camaragibe, 5º Relatório 1903. *Op. Cit.*

para as discussões e reivindicações femininas, em um ambiente fabril, na Primeira República brasileira, mesmo que tal separação tenha sido motivada pela concepção moralizadora que orientava o plano industrial da fábrica.

3.3 *O Conselho Central de Camaragibe*

No caso do Conselho Central, como dissemos acima, seus membros eram, na maioria, pessoas nomeadas pelo presidente, que eram designadas para assumir as diversas comissões responsáveis pelo acompanhamento dos serviços prestados pela Corporação: Comissão para a escola infantil e as femininas; Comissão para as escolas masculinas; Comissão de Edilidade e Higiene; Comissão de Polícia; Comissão das Distrações. Além dessas comissões, as duas importantes associações de caráter econômico da Corporação – a do Mútuo Socorro e a Sociedade Cooperativa – ficavam invariavelmente sob a responsabilidade de conselheiros nomeados pela presidência para o Conselho Central. Vejamos as características dessas seções através das reuniões ordinárias do Conselho Central e Plenas do Conselho Corporativo. Vale salientar que somente nas reuniões plenas todos os membros do Conselho Corporativo tinham direito à participação e voto, sendo as ordinárias restritas aos membros designados do Conselho Central.

3.3.1 A seção das escolas

Após a fundação da Corporação Operária de Camaragibe, as escolas da fábrica sofreram uma profunda reorganização, pois sua administração foi transferida para as congregações religiosas europeias contratadas por Menezes em sua segunda viagem à Europa, em 1901.

A escola infantil e as escolas femininas (para as meninas, no horário diurno, e para as adultas, no noturno) ficaram sob o encargo da Congregação da Sagrada Família. Já as escolas masculinas (para os meninos, diurna, e para os adultos, noturna) ficaram sob a responsabilidade da Congregação dos Irmãos Maristas.

Em relação à educação feminina, é importante frisar que, como vimos acima, a moralização das mulheres constituía um elemento fundamental, tanto da organização moral cristã quanto do convergente projeto social disciplinador da moderna elite da Primeira República e da Reforma da Igreja.

A vinda das missionárias da Congregação da Sagrada Família para Camaragibe, principalmente com o objetivo de assumir a direção das escolas voltadas para as mulheres e meninas da fábrica fazia parte desse plano moral e condizia com a importância crescente da mulher no âmbito do catolicismo reformista brasileiro. Segundo a historiadora Maria José Rosado Nunes, a clericalização do catolicismo brasileiro, um dos pilares da romanização da Igreja no Brasil

foi, ao mesmo tempo e necessariamente, o processo de sua 'feminização'. A incorporação das mulheres pela instituição deu-se em virtude da pretensão de diminuir ou anular o poder do laicato masculino. Dessa forma, a dinâmica através da qual se feminiza o catolicismo no Brasil, longe de significar um investimento das mulheres no exercício do poder sagrado, representa, de fato, a reafirmação de seu estatuto subordinado. Pode-se mesmo afirmar que é justamente porque a Igreja manteve, no período da reforma católica, práticas e discursos restritivos em relação às mulheres, que ela pôde incorporá-las em sua estratégia de reforma institucional.³¹⁸

Portanto, fica evidente que a crescente participação da mulher no catolicismo brasileiro também constituiu uma das estratégias utilizada pelos bispos reformadores no combate às práticas do catolicismo tradicional brasileiro, além de ter contribuído para inibir a propagação de possíveis vícios corruptores da moral familiar brasileira, que encontrariam, no ambiente da fábrica, um dos meios privilegiados de difusão.

Foi somente com o advento da República que chegaram ao Brasil as congregações religiosas femininas de "vida ativa". Ainda de acordo com Nunes "a partir de 1891, intensifica-se a vinda de religiosas estrangeiras, em sua maioria francesas e italianas. Entre 1872 e 1920, cinqüenta e oito congregações européias se estabelecem em terras brasileiras; outras 19 também são fundadas no Brasil por essa época".³¹⁹ Assim como ocorreu com as congregações masculinas, o êxodo religioso era favorecido pela crise e, até mesmo, pela hostilidade que a Igreja enfrentava em alguns países, como a França.

De acordo com um livreto comemorativo dos oitenta anos da Escola da Companhia Industrial Pernambucana³²⁰, a Congregação da Sagrada Família foi fundada em 1816, quando "uma jovem francesa resolveu organizar um grupo de religiosas, fundando uma congregação, com a finalidade de dedicar-se à educação

³¹⁸ NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 491.

³¹⁹ NUNES, 2009. *Op. Cit.*

³²⁰ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Fábrica de Camaragibe, Histórico da Escola da Companhia Industrial Pernambucana (1902 - 1982). Série Produção Intelectual.

das crianças pobres”.³²¹ A jovem era Santa Emília de Rodat, a quem era atribuída a seguinte afirmação: “Fundando a Congregação, pensei somente nos pobres... Não foi para educar as jovens ricas, mas para instruir os pobres”.³²²

Portanto, a Congregação das freiras da Sagrada Família constituiu outro exemplo de espiritualidade voltada para a assistência do novo ator emergente da sociedade industrial moderna, o operário, e que cumpriram um importante papel estratégico enquanto agentes promotores de uma tentativa de união social e religiosa entre os patrões e os operários, assim como preconizava o “remédio religioso” prescrito pela Igreja para a solução da questão operária.

Perspectiva semelhante apresentava a Congregação voltada para educação dos homens da fábrica: a “Congregação dos Pequenos Irmãos de Maria”, mais conhecida por sua abreviatura – “Maristas”.³²³ Fundada no mesmo contexto, em 1817, por Marcelino Champagnat, na cidade de La Valla, França, no período pós-napoleônico da Restauração da Monarquia. Inicialmente, a congregação surgiu voltada para o ensino básico de crianças e jovens camponeses no interior francês e fundamentava sua atuação a partir de três documentos elaborados com base em manuscritos de Champagnat: as “Regras Comuns”, as “Regras de Governo” e o “Guia das Escolas”.³²⁴

O último documento citado, o Guia das Escolas, apresenta orientações voltadas para a formação dos professores e educação dos alunos. Os princípios gerais da educação marista se baseiam na importância da educação e do educador, que deveriam cuidar da disciplina e da vigilância do comportamento do educando: “Para Champagnat a educação seria importante na medida em que formaria o juízo, a vontade e o sentimento cristão da criança, corrigindo seus defeitos e dando-lhe os meios de ganhar a vida”.³²⁵ Os professores, para atingirem tais metas educacionais, precisariam dispor da disciplina, “em suas três funções: prevenir, manter e reprimir”, e da vigilância, “grande meio de obter a disciplina”.³²⁶

Os Maristas chegaram ao Brasil, em 1897, e fundaram uma escola primeiramente em Congonhas do Campo, Minas Gerais. No Norte do Brasil,

³²¹ Histórico da Escola da Companhia Industrial Pernambucana (1902 - 1982). *Op. Cit.*

³²² Histórico da Escola da Companhia Industrial Pernambucana (1902 - 1982). *Op. Cit.*

³²³ BARONE, Jessica. **Livros didáticos de matemática da editora FTD no cenário brasileiro: as primeiras décadas do século XX.** São Paulo: Universidade de Campinas. Dissertação de Mestrado na área de Educação, 2008.

³²⁴ BARONE, 2008. *Op. Cit.*

³²⁵ BARONE, 2008. *Op. Cit.* p. 14.

³²⁶ BARONE, 2008, p. 14.

primeiramente se estabeleceram em Belém do Pará. Já em Pernambuco, os Maristas lançaram suas bases iniciais na Fábrica de Tecidos de Camaragibe. O exame das atas das sessões do Conselho Central de Camaragibe permitiu a obtenção de algumas informações sobre a vinda e atuação dos religiosos na fábrica.

Na ata da sessão do dia 06 de abril de 1904, Menezes comunicou aos conselheiros presentes que estivera na fábrica o Superior dos Irmãos Maristas,

a quem o mesmo presidente desejava confiar as escolas noturnas para adultos e menores e bem assim a escola diurna para os meninos maiores, passando as irmãs que dirigiam estes últimos a se ocupar do asilo em projeto. Foi aprovada esta ideia, ficando a presidência encarregada de levá-la a efeito.³²⁷

O fechamento do contrato foi divulgado pelo presidente na sessão seguinte, que também comunicou a vinda de três irmãos, dois dos quais professores, “correndo pela Corporação as despesas das passagens dos irmãos do Estado do Pará em que se acham, devendo eles aqui chegar em breve”.³²⁸

No entanto, um mês depois de confirmada sua contratação, as coisas ainda não tinham se resolvido totalmente, pois na sessão do dia 25 de maio de 1904, Menezes informou aos membros do conselho que não tivera mais notícias dos Maristas. Segundo ele, a provável explicação para essa ausência de notícias era a morte de um dos membros da missão marista no Pará, o que obrigou à partida imediata do seu Superior.³²⁹ Infelizmente, não localizamos nenhum documento que permitisse a fixação precisa da data da chegada dos Irmãos Maristas em Camaragibe. Contudo, podemos afirmar, com segurança, que ela ocorreu ainda no ano de 1904, pois sua presença na fábrica foi mencionada na sessão do Conselho Central, do dia 30 de novembro de 1904.³³⁰

Entretanto, a fixação dos Maristas na fábrica não foi fácil. Na sessão de 28 de dezembro de 1904, portanto, quase dois meses após a morte de Menezes (1º de novembro de 1904), Collier informou aos membros presentes o pedido de aumento de ordenado, tanto por parte do novo capelão quanto por parte dos Maristas que, além disso, fizeram mais algumas reivindicações: “O Sr. Presidente comunicou

³²⁷ Sessão de 6 de abril de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

³²⁸ Sessão de 27 de abril de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

³²⁹ Sessão de 25 de maio de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo).

³³⁰ Sessão de 30 de novembro de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

haverem os irmãos maristas pedido igualmente aumento de ordenado, mais um irmão, local e móveis a seu gosto, achando prudente o mesmo Sr. satisfazê-los em tudo, menos o aumento dos vencimentos, com o que concordou o Conselho”.³³¹

Contudo, tal resolução não resolveu de imediato a questão, pois na sessão seguinte, Collier iniciou sua exposição tratando, mais uma vez, das condições impostas pelos Maristas para sua permanência na fábrica. Infelizmente, tais condições não foram expostas; mas, se nos basearmos na sessão anterior, é possível sugerir que o ponto de discórdia continuasse sendo o aumento do ordenado, já que as demais reivindicações foram atendidas.³³² Entretanto, o impasse foi solucionado e Collier comunicou a decisão dos Maristas de permanecerem na fábrica:

Visto terem os irmãos se resolvido a ficarem aqui, não com o aumento do ordenado que pediram, mas com o aumento de um outro irmão com os vencimentos dos atuais, casa apropriada e ao gosto deles, para residências, escolas e associações, e os móveis precisos, vindo o novo irmão para encarregar-se exclusivamente das associações de meninos e rapazes, isto é, São Luiz e São Miguel, que ainda não tiveram a devida direção pelo que passarão para o novo edifício, ficando a sede atual para consultório.³³³

É importante frisar que a reorganização das escolas, principalmente a destinada aos operários adultos, não se restringiu apenas à questão da transferência da administração para as congregações europeias. A direção da fábrica tinha decidido, já há algum tempo, não mais admitir operários que fossem analfabetos, independente do sexo. A resolução foi transmitida aos operários na reabertura das escolas para o ano letivo de 1903; todavia, um equívoco na interpretação da fala de Menezes provocou uma enxurrada de matrículas nas escolas, como indica o 6º relatório da Corporação Operária: “Devido a erro de interpretação uma grande maioria julgou que se tratava dos operários já em trabalho, e, nesse mesmo dia, o livro de matrículas contava 127 operários inscritos: 36 menores e 91 adultos”.³³⁴

³³¹ Sessão de 28 de dezembro de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

³³² Sessão de 25 de janeiro de 1905. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

³³³ Sessão de 22 de fevereiro de 1905. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

³³⁴ Corporação Operária de Camaragibe, 6º Relatório 1903. *Op. Cit.* p. 6.

Esse aumento formidável de matrículas obrigou a direção a transferir a escola noturna masculina para outro local maior e a promoção da separação entre os menores e adultos. Entretanto, esclarecida a questão, as escolas voltaram a se esvaziar, tendo atingido, no final do ano letivo de 1903, seu pior resultado, com apenas nove alunos concluindo o curso.

Diante de tal situação, a gerência decidiu empreender medidas mais enérgicas que obrigassem os operários analfabetos a frequentarem a escola. Para isso, encaminharam a discussão para a apreciação do Conselho Corporativo. Apesar de já bastante debilitado, Menezes presidiu a sessão plena que deliberou sobre o importante tema. De acordo com a ata da sessão de 5 de agosto de 1904,

o Sr. Presidente apresentou para ser discutida a questão da instrução dos operários, pedindo encarecidamente que todos exprimissem com franqueza as suas opiniões, visto como tratava-se de uma questão que a todos interessava.

Que estava definitivamente resolvido a não admitir analfabetos na fábrica salvo, porém, alguns serventes.

Depois de largamente discutidas as opiniões apresentadas, aliás, razoáveis, ficou deliberado que, os homens até 30 anos de idade, senhoras até 25, e crianças de mais de 6, ficassem sujeitos a freqüência das escolas, segundo as suas circunstancias, até completarem o curso exigido, que constará de: leitura, escrita e as 4 primeiras espécies de contas, corretamente ficando isentos desta obrigação aqueles que o souberem, incorrendo em pena de multa, os que não freqüentarem as escolas sem motivos justos e de demissão da fábrica os que se recusarem ao cumprimento destas disposições.³³⁵

As novas determinações relativas à educação dos operários da fábrica foram divulgadas na Assembleia Geral da Corporação Operária de Camaragibe, realizada no dia 28 de agosto de 1904, e publicadas no 7º Relatório da Corporação Operária. Vale salientar que, em relação ao que havia sido determinado na sessão plena, ocorreram modificações nas faixas etárias contempladas nas exigências de alfabetização, tanto para os homens, 35 anos, quanto para as mulheres, 20 anos, o que significou uma ampliação no número das pessoas afetadas pela medida.³³⁶

Além disso, o relatório comunicava os prazos que deveriam ser cumpridos pelos operários analfabetos, que variavam de acordo com suas faixas etárias e sexo, a fim de buscarem a reparação do que era considerado como uma “falta da

³³⁵ Sessão Plena de 5 de agosto de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo), 1904. *Op. Cit.*

³³⁶ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório, 1904. *Op. Cit.* p. 2.

parte deles”.³³⁷ Caso não houvesse o cumprimento das metas no prazo preestabelecido, sem justificativa considerada legítima pela direção da fábrica e pelo Conselho Corporativo, o operário seria dispensado do serviço. A obrigatoriedade da frequência das crianças nas escolas também foi regulamentada, sob pena do pagamento de multas pelos pais que descumprissem a determinação, e de demissão para os recalcitrantes. Ao todo, a resolução era composta por oito artigos:

Artigo 1º: continua em pleno vigor a antiga resolução de não serem admitidos na fábrica, nem nos serviços da Corporação, operários analfabetos de qualquer sexo. Parágrafo único: Fazem exceção a esta regra os serventes que poderão ser dispensados da condição.

Artigo 2º: Para o pessoal analfabeto já existente, observa-se a seguinte regra: Os homens até 35 anos e as mulheres solteiras até 20 ficam obrigados a reparar ainda esta falta, nos seguintes prazos: dentro de 3 anos, a contar de junho de 1904, para os homens de 25 a 35 anos; dentro de 2 anos, a contar da mesma forma, para os homens de menos de 25 e as mulheres solteiras até 20 anos.

Artigo 3º: Os filhos dos operários, dos seis anos para cima, são obrigados a freqüentar as escolas ou a seguir quaisquer cursos regulares, sob pena de pagarem os pais a multa de 1\$500 mensais por cada um, além da contribuição corporativa que trata o artigo 8º do Estatuto.

Artigo 4º: Para tirar todo pretexto à falta de freqüência às escolas, a Corporação se compromete a fornecer pequenos auxílios de roupa, calçado, etc, aos filhos dos operários cujos recursos sejam absolutamente insuficientes, a juízo de uma comissão de sindicância, composta de membros do Conselho Central, que será encarregada de examinar cada caso.

Artigo 5º: Para facilitar e tornar agradável o cumprimento de tais obrigações, a Corporação acaba de reorganizar suas escolas, colocando-as todas, quer diurnas, quer noturnas, quer de um quer de outro sexo, nas melhores condições, sob a direção dos Irmãos Maristas e das Irmãs da Sagrada Família, congregações de notória competência para a instrução popular.

Artigo 6º Entretanto fica livre aos operários para si e seus filhos, se habilitarem em outras escolas ou cursos regulares sob a condição de notificarem o gerente e o comissário escolar sobre o andamento do curso e apresentarem-se aos exames na época determinada e mostrarem-se habilitados: adultos ler e escrever e quatro operações; crianças de acordo com o programa das escolas da corporação.

Artigo 7º: os operários que no fim dos prazos acima não tiverem satisfeito a obrigação sem motivo plenamente justificado a juízo do Gerente e do Conselho Corporativo, serão dispensados.

Artigo 8º: Os pais de família que frustrando as disposições e penalidades supra, se mostrarem refratários à obrigação por esta resolução, serão convidados a se retirar da fábrica.³³⁸

Sobre as disposições acima mencionadas, vale salientar dois aspectos importantes: primeiramente, a menor preocupação com a alfabetização das

³³⁷ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório, 1904. *Op. Cit.*

³³⁸ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1904. *Op. Cit.* p. 13.

mulheres, que somente ficariam obrigadas a reparar essa “falta” até os vinte anos e se fossem solteiras, correspondendo ao paradigma vigente na época de que para a mulher mais “velha” e casada, a instrução assumiria uma importância secundária no desempenho da função social que lhe estaria reservada. Em segundo lugar, o respaldo de ser uma resolução convergente, cuja deliberação havia sido tomada de comum acordo entre a direção da fábrica e os representantes dos operários, reunidos no Conselho Corporativo. Assim, as medidas foram apresentadas aos demais operários como sendo necessárias à sua elevação enquanto classe e que, apesar de enérgicas, não teriam sido arbitrárias, pois contavam com o apoio da associação que fora organizada no intuito de promover a melhoria das suas condições de vida.

Portanto, embora tenha sido uma medida proposta pela direção da fábrica, o respaldo dado pelo Conselho Corporativo deveria servir para amainar qualquer suspeita de unilateralidade da medida. É o que se evidencia na justificativa apresentada para a adoção das medidas:

O Conselho Corporativo, compenetrado da necessidade imperiosa de levantar o nível moral e intelectual da classe para a grande pugna da democracia cristã e fraternal, não podia deixar de lançar mão de meios extremos, depois de esgotados os meios suasórios, para obrigar os companheiros de trabalho a procurar um dos principais elementos de sua ascensão social.³³⁹

É possível avaliar o impacto das novas determinações sobre a população operária de Camaragibe através dos dados fornecidos pelo rigoroso levantamento estatístico efetuado pelas comissões da Corporação. No já citado 7º relatório da Corporação Operária, obtemos os números relativos ao analfabetismo na fábrica, discriminados por sexo e idade.

Segundo os dados fornecidos, a população da fábrica já atingia, em 1904, a cifra de 1607 pessoas, das quais: 13 pessoas tinham de 1 a 30 dias; 38 estavam entre 2 e 12 meses; 229 tinham de 1 a 5 anos; 197 entre 6 e 10 anos; 414 entre 11 e 20 anos; 357 de 21 a 30 anos; 157 de 31 a 40 anos; 91 entre 41 e 50; 80 de 51 a 60 anos; 19 de 61 a 70 anos; 10 entre 71 a 80; 2 entre 81 e 90 anos.³⁴⁰

Do sexo masculino eram 723 pessoas; do sexo feminino, eram 884 pessoas. Destes, 1092 eram solteiros, 414 casados e 101 viúvos. 477 eram menores de 10

³³⁹ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1904. *Op. Cit.*

³⁴⁰ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1904. *Op. Cit.* p. 12.

anos. Sabiam ler e escrever corretamente, 81; apenas liam e faziam as 4 operações, 117; liam mal, 340; analfabetos, 592. Destes, só 187 eram analfabetos menores de 35, sendo 135 homens e 52 mulheres. Portanto, naquele universo, a porcentagem era de 30, 96%.³⁴¹

A precisão e a qualidade dos dados demográficos organizados pelas comissões da Corporação Operária revelam o elevado grau de conhecimento estatístico sobre a população operária da fábrica, disponível nas mãos tanto da direção quanto do Conselho Corporativo. Fica evidente que o conhecimento possibilitava uma maior capacidade de planejamento e ação por parte das instâncias de poder na busca do cumprimento das metas estabelecidas, além de permitir um maior controle e vigilância sobre as pessoas, visando a impedir as possíveis tentativas de burla das normas prescritas.

Um dos instrumentos empregados com tal objetivo era o acompanhamento da frequência dos alunos por parte do Conselho Central da Corporação que, em suas sessões, verificava regularmente o cotidiano das escolas através do livro escolar, espécie de caderneta em que eram registradas as matrículas, faltas, justificativas e anotações em geral sobre os alunos. Vale salientar que tal prática era anterior às leis de alfabetização impostas aos operários.

Podemos observar um exemplo significativo do funcionamento dessa prática na ata da sessão de 29 de março de 1905. A leitura do livro das escolas indicou a matrícula de 70 alunos na escola diurna para os meninos, 40 na escola noturna para homens, com 37 frequentando regularmente, em 17 dias letivos. Ainda de acordo com o livro escolar “faltaram às aulas os alunos Carlos Magalhães, Manuel Menezes, José dos Reis, Antônio Potacílio, Manuel Bonfim, Cícero de Barros, Adolpho Moraes, José Soares, Odilon da Silva, Francisco dos Santos e Manuel Ferreira, pelo que foram multados em mil e quinhentos reis plenos da contribuição corporativa conforme dispõe o regulamento, visto não serem faltas justificadas, como a dos dois primeiros”.³⁴²

Portanto, as faltas, sem justificativa legítima, além de indicarem o descumprimento de uma norma pelo operário, implicavam penalizações pecuniárias que eram revertidas para os cofres da corporação. As atas indicam, também, que as

³⁴¹ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1904. *Op. Cit.*

³⁴² Sessão de 29 de março de 1905. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

escolas femininas sempre apresentaram menores problemas em relação a frequência, mesmo antes da reorganização escolar.

Entretanto, é enganoso pensar que a medida foi plenamente aceita sem nenhuma manifestação de descontentamento, mesmo dentro do Conselho. Em duas sessões plenas, o comissário Ignácio Rego manifestou seu desagrado em relação à obrigatoriedade. Na sessão de 2 de agosto 1905, a ata informa que as escolas

funcionaram regularmente durante o semestre menos a noturna do sexo masculino, que foi pelo (...) Ignácio do Rego acusada de irregular, defendendo-a Francisco Pedro que afirma serem as irregularidades devidas a má vontade da maioria dos alunos, dizendo o Sr. presidente manter rigorosamente a disposição relativa a pessoas que se recusassem a aprender, excluindo-as do trabalho da fábrica.³⁴³

A queixa foi renovada, pelo mesmo comissário, na sessão de 25 de abril de 1906: “Houve acusações novamente as escolas de sexo masculino, acrescentando Ignácio Rego, não haver vantagem no ensino obrigatório dos adultos e que julga necessário apurar quais os prejudicados”.³⁴⁴ No entanto, apesar da reclamação, não encontramos informações de que as medidas de obrigatoriedade tivessem sido revogadas no período delimitado para nosso estudo.

Além do controle da frequência, outro instrumento de controle criado era a prática dos exames ao final dos anos letivos. Eram revestidos da maior solenidade e contavam com a regular presença do presidente da Corporação, do bispo Dom Luís Raimundo de Brito, do gerente da Usina João Alfredo e, depois da morte de Menezes, do presidente da CIPER, Luís Correia de Brito, e do Inspetor Escolar de Pernambuco. Os alunos que mais se destacassem obtinham premiações, embora as fontes não indiquem quais eram os prêmios distribuídos.

A premiação para o ano letivo de 1905 fornece-nos uma indicação de como se organizavam essas cerimônias, como consta da ata da sessão do Conselho Central, de 27 de dezembro de 1905:

Os respectivos comissários comunicaram ter sido feito com a máxima solenidade a distribuição dos prêmios aos alunos das escolas precedida de diversos cânticos, representações e discursos, achando-se presentes o Sr bispo, grande número de convidados e o

³⁴³ Sessão Plena de 2 de agosto de 1905. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

³⁴⁴ Sessão Plena de 25 de abril de 1906. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

clube musical. Foram distribuídos 157 prêmios a saber: escolas do sexo masculino 69; Feminino 88, sendo 28 no infantil.³⁴⁵

Naquela mesma sessão, as famílias se queixavam contra a manutenção, na escola infantil, das “meninas que já sabem ler” e comunicou-se a entrega do Programa Escolar Superior aos Irmãos Maristas, acompanhado de um pedido de Collier para o aceleração da sua elaboração para o início do próximo ano letivo. O tema da adequação do programa escolar das escolas de Camaragibe ao do ensino oficial ocuparia grande espaço entre as queixas referentes ao serviço escolar nas reuniões do Conselho, pois tal desacordo era considerado prejudicial aos filhos dos operários. Um exemplo pode ser encontrado na sessão ordinária do Conselho Corporativo, de 31 de maio de 1905, na qual embora os comissários das escolas informassem sobre seu regular funcionamento, ocorrendo apenas faltas por moléstias, uma queixa foi levantada pelo vice-presidente da Corporação e presidente da Cooperativa, Manoel Magalhães, contra o ensino nas escolas:

O Sr. Magalhães queixou-se do atual método de ensino das escolas daqui, que está prejudicando a instrução de seus filhos e perguntou se foi adaptado o programa do governo, respondendo o Sr. presidente ter sido adaptado em parte, mas que combinaria com os professores o programa definitivo.³⁴⁶

Alguns meses depois, o assunto veio novamente à tona, na sessão de 25 de outubro de 1905, na qual Collier prometeu, mais uma vez, que os professores dele se encarregariam.³⁴⁷ Ainda sobre o tema, o comissário Francisco Pedro propôs, na sessão seguinte, a criação de um Conselho de Instrução, devido à reclamação a respeito do ensino primário. E fez uma lista contendo suas atribuições. No entanto, sua proposta recebeu recusas parciais ou totais.³⁴⁸

Finalmente, na sessão de 31 de janeiro de 1906, comunicou-se aos membros do Conselho que o “Projeto do Programa Escolar foi aceito pelos irmãos e irmãs, aumentando, porém, a parte religiosa”. Mesmo assim, Francisco Pedro manifestou sua insatisfação e solicitou licença do cargo: “alegou como causa (para pedido de licença de 6 meses) não poder acompanhar o ensino, visto o sistema dos irmãos ser

³⁴⁵ Sessão do dia 27 de dezembro de 1905. *Op. Cit.*

³⁴⁶ Sessão de 31 de maio de 1905. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo. *Op. Cit.*

³⁴⁷ Sessão de 25 de outubro de 1905. *Op. Cit.*

³⁴⁸ Sessão de 30 de novembro de 1905. *Op. Cit.*

em tudo deficiente”. No entanto, seu pedido foi negado pelos membros do Conselho.³⁴⁹

O novo programa foi publicado em 1906. Vejamos os conteúdos referentes ao 1º grau, por se tratar do nível de ensino que abrangeria os operários submetidos à obrigatoriedade da alfabetização: 1. Leitura, escrita, ensino prático da língua materna; 2. Aritmética; 3. Elementos da Geografia, especialmente de Pernambuco, do Brasil e da América; 4. Noções de História do Brasil, com conteúdos como a Invasão Holandesa e da República de Palmares; 5. Lição de coisas; 6. Instrução religiosa e moral.

Sobre esta última parte do programa – que gerou o descontentamento de Francisco Pedro –, constava o estudo das orações mais comuns, do catecismo, dos mandamentos da lei de Deus, dos mandamentos da Igreja, dos meios de obter a graça, e de história sagrada. Ele também visava a

Desenvolver, por meio da conversação com os alunos e leituras, exemplos, fábulas, finalmente por meio de exercícios, sempre práticos, o seguinte programa: a crença na família; pais e filhos; avós. Deveres dos filhos, amor, respeito, obediência. Modo de tratar os pais; amor fraternal: união e auxílio; Parentes e amigos: auxílio, respeito e dedicação; deveres para com os fâmulos: polidez e bondade; tratar bem os animais. Livros adotados: Catecismo da Diocese de Olinda; História Sagrada, pelo Dr. J. M. de Lacerda; Compêndio da História Bíblica, por D. Antônio Macedo Costa.³⁵⁰

Solucionado, pelo menos parcialmente, o problema do programa de ensino, outra questão que mereceu a atenção dos membros do Conselho Central foi o comportamento dos alunos nos recreios. Na mesma sessão, Manoel Magalhães, Lino e Álvaro acusavam a forma de recreio, considerada prejudicial porque as meninas maiores espancavam as menores.³⁵¹ O assunto já fora objeto de discussão em sessões anteriores. Na sessão de 28 de setembro de 1904, o comissário já havia pedido local adequado para o recreio das meninas, pois “tem havido queixas por parte das respectivas famílias e pediu também providências para o mau

³⁴⁹ Sessão de 31 de janeiro de 1906. *Op. Cit.*

³⁵⁰ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Fábrica de Camaragibe, Programas para o ensino do 1º e 2º graus. Corporação Operária de Camaragibe, 1906. Série Miscelânea, Pasta 17.

³⁵¹ Sessão de 31 de janeiro de 1906. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

procedimento de um grupo de meninos e rapazes na aproximação das escolas, que proferem imoralidades e até jogam pedras para dentro”.³⁵²

Ananias havia feito a proposta de mudar o horário das aulas nas escolas, alegando que os professores tinham a finalidade de examinar e tornar mais proveitoso o ensino, sobrando-lhes tempo para ensinar agricultura e francês. Os horários passariam a ser, pela manhã, das 7h às 9h e, à tarde, das 13h às 16h 30, o que também repercutiria na questão do recreio. A decisão foi adiada para que fossem consultados os pais sobre a conveniência da mudança. Porém, na sessão de 26 de abril de 1905, o pedido da mudança de horários das escolas femininas foi, por unanimidade, rejeitado, “visto trazer sérias inconveniências, segundo a opinião da maioria dos pais de família, alguns dos quais pediram até a supressão do recreio que tem dado em resultado conseqüências desagradáveis. Este, porém, ficará em vigor, mas em regulares condições”.³⁵³

A Corporação se comprometia com o fornecimento de livros e roupas aos alunos, principalmente às crianças, embora tomasse cuidado com relação a possíveis abusos. Na sessão de 28 de fevereiro de 1906, Magalhães reclamou da “exigência dos irmãos que impõem aos alunos chegarem na hora exata mesmo em caso de chuva, o que traz sérios inconvenientes, quer para a saúde, quer para as roupas e calçados, pedindo providências ao respectivo comissário”;³⁵⁴ por sua vez, Ananias “perguntou se não seria possível extinguir o mau costume de algumas pessoas que consentiam suas crianças andarem despidas, respondendo um dos membros presentes já ter o padre Maximino e as Mães Cristãs tentado isto porém sem obterem resultado algum”.³⁵⁵

No geral, no período delimitado em nossa pesquisa, as escolas apresentaram um funcionamento regular e o seu programa de ensino, em que pese o grande espaço ocupado pela parte religiosa, adequava-se ao programa oficial. As multas por faltas sem justificativa continuaram a ser aplicadas, apesar do registro de eventuais reclamações. Afinal, o controle disciplinar e a moralização dos menores eram aspectos importantes do plano industrial da organização cristã do trabalho.

³⁵² Sessão de 31 de janeiro de 1906. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). **Op. Cit.**

³⁵³ Sessão de 26 de abril de 1905. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). **Op. Cit.**

³⁵⁴ Sessão de 28 de fevereiro de 1906. **Op. Cit.**

³⁵⁵ Sessão de 28 de fevereiro de 1906. **Op. Cit.**

3.3.2 Edilidade e higiene

A seção de “Edilidade e higiene” era responsável pela limpeza, arborização e embelezamento da Vila Operária de Camaragibe. Portanto, o comissário designado para essa função tratava de questões como a coleta do lixo, aterros, pavimentação de estradas, construção de latrinas, arborização das ruas, cuidado com os animais de carga e dos animais soltos e, até mesmo, das pichações nas paredes das construções.

No 2º relatório da Corporação Operária, o relator teceu elogios aos serviços prestados por essa seção:

Tem este serviço merecido a mais séria atenção da parte daquele que se acha dele encarregado, o qual pode conseguir melhorar progressivamente a nossa Vila Operária e colocá-la no bom estado de que somos testemunhas. Convém notar que todo este melhoramento que vemos foi obtido relativamente com muito pouco dinheiro, pois apenas despendeu-se a quantia de Rs. 560.200.³⁵⁶

A realização do serviço dependia bastante da utilização de uma carroça movida a boi, mas as atas indicam que nem sempre ela estava disponível. Um exemplo pode ser observado na sessão de 29 de fevereiro de 1904, na qual o comissário de higiene perguntou sobre o boi do serviço, obtendo como resposta “que, segundo o presidente, ainda estava em refazimento”.³⁵⁷ O assunto voltou a ser discutido na sessão de 27 de julho de 1904, quando, mais uma vez, o comissário solicitou “o restabelecimento do serviço feito pelo boi e carroça, sendo pelo Sr. Presidente encarregado de aproveitar o orçamento para o sustento do animal”.³⁵⁸ O pedido ainda foi renovado na sessão plena de 5 de agosto de 1904³⁵⁹, antes da comunicação da chegada de um novo boi, na sessão de 28 de setembro de 1904.³⁶⁰

No ano seguinte, o problema voltou a ser abordado na sessão realizada no dia 28 de junho de 1905, na qual perguntou o comissário “sobre a verba para o sustento do boi e propôs a venda do boi e a compra de outro”.³⁶¹ Na sessão seguinte, o comissário se queixou do desvio existente na utilização do boi para

³⁵⁶ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Corporação Operária de Camaragibe, 2º Relatório 1901. p. 7. Série Produção Intelectual, Pasta 3.

³⁵⁷ Sessão de 29 de fevereiro de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). **Op. Cit.**

³⁵⁸ Sessão de 27 de julho de 1904. **Op. Cit.**

³⁵⁹ Sessão Plena de 5 de agosto de 1904. **Op. Cit.**

³⁶⁰ Sessão de 28 de setembro de 1904. **Op. Cit.**

³⁶¹ Sessão de 28 de junho de 1905. **Op. Cit.**

outras finalidades: “tem sido dificultados seus serviços, mormente a remoção do lixo por falta da carroça que está sempre ocupada no serviço da Companhia”.³⁶² Foram lançadas duas propostas, uma por Magalhães, de uma carroça pequena que se poderia reformar para trabalhar com boi, e outra de Collier, da substituição do boi por um burro, sendo, contudo, ambas as propostas rejeitadas, “a primeira por ser difícil a reforma e a segunda por serem caros os arreios”.³⁶³

Além do serviço de coleta, a seção também se ocupava da construção dos canos de esgoto das casas da Vila Operária. Na sessão ordinária de 06 de abril de 1904, o comissário lembrou a “construção de um cano de esgoto junto às escolas e ao lado das casas de Joaquim Barros e Glycerio Alves, encarregando o presidente ao engenheiro da fábrica de ver o local e estudar o assunto”.³⁶⁴

3.3.3 A Sociedade Cooperativa

Como foi dito acima, a Sociedade Cooperativa surgiu ainda antes da criação da Corporação Operária de Camaragibe, em 1895, sendo uma das primeiras associações do plano moral da fábrica. Seu objetivo seria evitar os abusos comuns dos chamados barracões, como indica o próprio relatório da Corporação:

Todos sabem que uma povoação como esta precisa absolutamente de armazéns para o fornecimento de gêneros alimentícios. A regra geral consiste em tomá-los a si os proprietários e explorá-los, diretamente ou por intermédio de algum contratante. Na maioria dos casos tal exploração não é justa; os barracões como são geralmente conhecidos, são verdadeiros tiranos, impõem o dever de comprar, impõem o preço, impõem a qualidade dos gêneros, de forma que são odiosos a todos os operários.³⁶⁵

Antes da reorganização sofrida após a criação da Corporação Operária, um fornecedor provisório assumiu suas atribuições, mas foi “preciso acabar com ele quanto antes e foi isto que determinou a pronta fundação da Sociedade Cooperativa”.³⁶⁶

A associação era presidida por um conselheiro, designado pelo presidente da Corporação e, durante o período estudado, constituía a terceira maior fonte de

³⁶² Sessão de 26 de julho de 1905. *Op. Cit.*

³⁶³ Sessão de 26 de julho de 1905. *Op. Cit.*

³⁶⁴ Sessão de 6 de abril de 1904. *Op. Cit.*

³⁶⁵ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901. *Op. Cit.*

³⁶⁶ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901. *Op. Cit.*

recursos da Corporação Operária, somente atrás da subvenção da CIPER e do desconto em folha dos operários. Se os preços das mercadorias eram mais baixos do que os encontrados nos barracões de outras fábricas, somente temos informações esparsas. A vantagem era que os operários não estavam obrigados a consumir apenas nos armazéns da Cooperativa, como informa a sessão do dia 30 de novembro de 1905, na qual o respectivo presidente, Ananias de Almeida, informou continuar “a padaria a vender pouco devido à concorrência e ter aumentado as vendas da loja por causa da barateza das mercadorias, mormente as fazendas, e reclamou para a cooperativa as vantagens que a Companhia oferece ao comércio do Recife”.³⁶⁷ No entanto, a adoção dessa medida estava atrelada a uma contrapartida: o estabelecimento do desconto em folha, nos salários dos operários, de ½ dia de serviço destinado à cooperativa. Mesmo assim, tal solução foi apresentada como um avanço por permitir aos operários comprarem onde quisessem, assim como reclamavam.

Essa associação era composta por quatro seções: armazém, padaria, loja e açougue. No período estudado, a Cooperativa apresentou um satisfatório desempenho, com ocasionais dificuldades nas vendas. No entanto, enfrentava a dificuldade da obrigação de socorrer as finanças invariavelmente deficitárias de sua co-irmã, a Sociedade de Mútuo Socorro, o que lhe era prejudicial uma vez que diminuía o percentual do valor pago pelo bônus cooperativo que contribuía para a formação do patrimônio particular dos associados.

No entanto, essa acumulação patrimonial sofria um contratempo potencialmente mais grave: o abandono da compra, pelo sistema de cupons, por parte dos operários da fábrica. De acordo com o artigo 6º dos Estatutos da Corporação, “a cada família ou operário isolado se proporcionará uma caderneta na qual serão lançados todas as compras feitas, para sobre eles se calcular o bônus cooperativo, não sendo contada compra alguma que não constar da caderneta”.³⁶⁸ Portanto, somente as compras registradas na caderneta seriam computadas no cálculo do bônus cooperativo, pois pessoas estranhas ao serviço da fábrica também consumiam em seus estabelecimentos. Segundo o 6º relatório, o valor do prejuízo era de 2:000\$000.³⁶⁹

³⁶⁷ Sessão de 30 de novembro de 1905. *Op. Cit.*

³⁶⁸ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1904. *Op. Cit.*

³⁶⁹ Corporação Operária de Camaragibe, 6º Relatório 1903. *Op. Cit.*

Tal procedimento dos operários era atribuído, pelos conselheiros, “a ignorância crassa, o analfabetismo ao qual não devemos dar a mais ligeira trégua no combate para sua extinção, pode produzir semelhante abandono do interesse próprio”.³⁷⁰ É importante frisar que os conselheiros ainda rejeitavam qualquer possível alegação de que tal recusa fosse no intuito de evitar uma fiscalização sobre o consumo dos operários, pois “nem se diga que o registro das compras pode expor a olhos indiscretos o modo de passar de cada um, que constitui segredo do lar; pois o registro diz respeito unicamente à quantia total despendida, sem referência a mercadoria alguma”.³⁷¹ Infundadas ou não tais alegações, consideramos significativo que operários pudessem estar preocupados com o controle do seu consumo.

Os relatórios indicam que, apesar do desempenho quase sempre satisfatório, a Cooperativa era alvo de críticas freqüentes. No 8º relatório, por exemplo, encontramos o seguinte comentário:

Difícil tem sido e creio que o será sempre fazer desaparecer as queixas e recriminações, muitas vezes infundadas, contra este importante ramo da Corporação, cujas vantagens seriam incontestáveis se fosse bem compreendido. Mas, infelizmente, seus desafetos teimam em negar sua utilidade, persistindo assim em um erro altamente reprovável, procurando a todo transe criar embaraços a sua vida próspera e proveitosa.³⁷²

E novamente no 9º relatório: “A despeito dos esforços empregados pela sua zelosa diretoria para bem satisfazer a todos, não lhe faltam acusações por mera satisfação de pequenos e mal entendidos caprichos”.³⁷³ Trataremos do teor dessas acusações mais adiante.

Portanto, no período delimitado em nossa pesquisa, a Cooperativa apresentou um desempenho satisfatório, quase sempre com balanços positivos, embora as queixas fossem comuns, tanto por parte de operários quanto do presidente da Corporação Operária. No entanto, as críticas do presidente eram relativas aos problemas estruturais da Cooperativa, daí a expectativa pela aprovação da Lei dos Sindicatos Profissionais, no Congresso, que possibilitaria a modificação dos Estatutos das Corporações e, conseqüentemente, da organização das sociedades cooperativas, o que efetivamente ocorreu em 1908.

³⁷⁰ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1904. *Op. Cit.*

³⁷¹ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1904. *Op. Cit.* p. 23.

³⁷² Corporação Operária de Camaragibe, 8º Relatório 1905. *Op. Cit.* p. 13.

³⁷³ Corporação Operária de Camaragibe, 8º Relatório 1906. *Op. Cit.* p. 22.

3.3.4 A Sociedade de Socorro Mútuo

A Sociedade de Socorro Mútuo foi criada simultaneamente com a Corporação Operária de Camaragibe e tinha o objetivo de garantir atendimento médico e farmacêutico aos operários doentes ou acidentados, além de auxílio material enquanto estivessem impossibilitados de trabalhar e, nos casos de óbito, cuidar do enterro e assistência à família do morto. As suas atribuições encontram-se descritas no 7º relatório da Corporação, datado de agosto de 1904:

A Sociedade de Mútuo Socorro não pode deixar de merecer a nossa maior atenção, pois é por intermédio dela que poderemos auferir as vantagens da indenização regular por moléstia, indenização por parto às mulheres casadas, pensão aos órfãos e as viúvas e o salário complementar.³⁷⁴

No entanto, vale salientar que o benefício material aos doentes tinha uma duração máxima de 3 meses. O motivo alegado era a fragilidade financeira da associação que, pelo menos em relação ao período delimitado em nossa pesquisa, apresentou um quadro de déficit crônico. Mas, assim que suas condições permitissem, estava prevista sua extensão por tempo indeterminado.

Inicialmente, o médico contratado, o Dr. Adolpho Simões Barbosa, realizava três visitas semanais à fábrica. Contudo, por decisão tomada por Menezes, a frequência se reduziu para duas vezes por semana em tempos normais, ou seja, nos períodos em que não houvesse a incidência de nenhuma epidemia.³⁷⁵

Contudo, o aparecimento de epidemias era comum na fábrica, principalmente nos meses de inverno. Um exemplo pode ser observado na sessão de 25 de maio de 1904, na qual o comissário do Socorro Mútuo, Francisco Pedro, comunicou o demasiado aumento dos casos de disenteria, “pois contam-se 160 deles”.³⁷⁶

Naquele período, Pernambuco era frequentemente assolado por epidemias. O levantamento feito pelo médico-sanitarista Otávio de Freitas verificou a incidência de 93 surtos epidêmicos na segunda metade do século XIX, causados por dez doenças diferentes.³⁷⁷ No período estudado, identificamos, na fábrica, a incidência de surtos de influenza, disenteria, sarampo e, principalmente, varíola.³⁷⁸

³⁷⁴ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1904. *Op. Cit.* p. 2.

³⁷⁵ Sessão ordinária de 29 de fevereiro de 1904. *Op. Cit.*

³⁷⁶ Sessão ordinária de 25 de maio de 1904. *Op. Cit.*

³⁷⁷ OUTTES, 1997. *Op. Cit.*

³⁷⁸ OUTTES, 1997. *Op. Cit.*

Uma das dificuldades enfrentadas para a realização do serviço era a instalação de um consultório médico em local fixo. Na sessão de 31 de agosto de 1904, Ananias solicitou a instalação definitiva do consultório em local adequado, sugerindo o espaço da sede do Clube Musical. No entanto, o consultório somente seria obtido após muitas reivindicações dos membros do Conselho.³⁷⁹

Dois anos depois, o tema voltou a ser objeto de reivindicação, na sessão de 30 de maio de 1906:

O presidente reclamou a demora do novo consultório que é também reclamado pelo médico e o povo em geral. Assim como também da demora do médico em vir a vila onde chega sempre tarde, por perder muito tempo cá em baixo e também dos caros medicamentos que prescreve. Para atenuar este mal foi resolvido a redução das horas para receitas no consultório.³⁸⁰

Na virada do ano de 1904, a maior preocupação era com a varíola. Logo na primeira sessão ordinária de 1905, datada de 25 de janeiro, Collier informava que o Dr. Simões Barbosa “pedira um bezerro para a vacina, autorizando-o o Sr. presidente a promover a ida e (...) do animal, bem como dos demais preparativos para a vacinação, que deverá ter lugar no dia 03 de fevereiro próximo na escola infantil”.³⁸¹ Collier também renovou o pedido de um novo consultório, dizendo o presidente da associação “achar bom estabelecer na casa de tiro”, mas os conselheiros Manoel Magalhães e Ananias se opuseram, opinando pelo espaço da antiga escola, observando que “para este fim já havia sido dado pelo Dr. Carlos Alberto, ficando porém resolvido fazer-se um local apropriado anexo a cooperativa”.³⁸²

Na sessão seguinte, novamente a questão do consultório foi discutida. Depois de apresentada a resenha do seu movimento no mês anterior, o presidente da associação acrescentou “terem procedido à vacinação em 29 pessoas, os Drs. Simões Barbosa e Eduardo Vanderley, que pouco se utilizaram do bezerro por imprestável, servindo-se da linfa que haviam trazido”.³⁸³

As doenças preocupavam não apenas por causa do bem-estar dos operários, mas porque aumentavam as faltas, tanto na fábrica quanto nas escolas, como indica a sessão de 29 de março de 1905, onde está registrado que “26 meninos faltaram

³⁷⁹ Sessão ordinária de 31 de agosto de 1905. *Op. Cit.*

³⁸⁰ Sessão ordinária de 30 de maio de 1906. *Op. Cit.*

³⁸¹ Sessão de 25 de janeiro de 1905. *Op. Cit.*

³⁸² Sessão de 25 de janeiro de 1905. *Op. Cit.*

³⁸³ Sessão ordinária de 22 de fevereiro de 1905. *Op. Cit.*

por moléstia”.³⁸⁴ Vale salientar, também, que o mesmo rigoroso controle estatístico observado na seção de escolas, repetia-se na associação de socorro mútuo. Em todas as seções ordinárias, o número de visitas, consultas, receitas, doenças, nascimentos e óbitos, e as respectivas despesas, eram registradas e transmitidas aos membros do Conselho. Essa disciplina médica remete ao paradigma da medicina da força de trabalho, estudada por Foucault na segunda metade do século XIX. Com o objetivo de aprofundarmos tal análise, analisaremos o episódio da devastadora epidemia de varíola, em 1905.

Durante séculos, a varíola espalhou seus efeitos devastadores por todo o mundo. No Brasil, desde os primeiros tempos da colonização, as crônicas indicam sua manifestação violenta e regular, causando grande número de mortos, principalmente entre as populações indígenas, que foram até, muitas vezes, vítimas da disseminação da doença de forma premeditada pelo colonizador.³⁸⁵

Antes do desenvolvimento da vacina, no final do século XVIII, o combate ao mal era feito através da técnica da variolização, que consistia na inoculação do pus variólico, extraído dos doentes, através de escarificações feitas na pele de pessoas sãs; tal técnica foi adotada, pelo conhecimento médico, em diversas culturas humanas³⁸⁶, embora somente tenha adquirido maior divulgação na Europa, no século XVIII. No Brasil, essa prática foi esporádica, por causa, principalmente, da oposição das autoridades portuguesas ao método. O historiador Sidney Chalhoub sugere que a possível explicação para essa rejeição estivesse no fato de que, diferentemente de outros países europeus, Portugal não parece ter sido assolado por surtos epidêmicos violentos de varíola, embora sua incidência fosse bastante comum no tráfico negreiro e nas colônias.³⁸⁷

Entretanto, como a prática da variolização envolvia riscos à saúde das pessoas, a comunidade médica europeia ficou entusiasmada com as possibilidades representadas pela descoberta de Edward Jenner. Em 1798, o cientista inglês observou que os camponeses ingleses, da região de Gloucester, adotavam a prática comum de inocular, nos seres humanos, o pus encontrado nas pústulas das tetas das vacas doentes, para assim adquirir imunidade contra a varíola. Jenner constatou

³⁸⁴ Sessão ordinária de 29 de março de 1905. *Op. Cit.*

³⁸⁵ MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **A arte de curar nos tempos da Colônia**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004. p. 157.

³⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 102.

³⁸⁷ *Idem.*

que os camponeses que assim procediam ficavam imunes à varíola, nos períodos de grandes surtos epidêmicos na Inglaterra. Miranda relata como, a partir dessa observação, foi desenvolvida a vacina:

Antes de comunicar o mundo o resultado de suas pesquisas, selecionou dezesseis pessoas que já haviam adquirido o *cow pox* e passou a inocular, nesses indivíduos o material varioloso retirado, diariamente, dos portadores da doença. O resultado foi que nenhuma das dezesseis pessoas contraiu a varíola. Depois dessas experiências, Jenner comprovou a veracidade da crença de que a inoculação do pus variólico protegia os indivíduos contra a varíola.³⁸⁸

Porém, como alguns médicos temiam que os seres humanos contraíssem doenças típicas desses animais, fez-se a opção pelo método da propagação da linfa vacínica de braço em braço, a chamada “vacinação humanizada”.

No Brasil, a vacina foi introduzida logo no início do século XIX. O método, no entanto, logo se mostrou sujeito a diversos problemas como o desconhecimento e medo da população em face desse novo procedimento médico; o recorrente enfraquecimento do fluido vacínico; a falta de técnicas mais adequadas no transporte da linfa para regiões distantes; o perigo da contaminação da sífilis vacinal pelo indivíduo vacinado, transmitida a partir de um fornecedor infectado.³⁸⁹

Além dessas dificuldades, na maioria dos casos as pessoas vacinadas resistiam em cumprir o compromisso de voltar, após oito dias, aos postos de vacinação para que o pus extraído de suas pústulas fosse utilizado na vacinação de outras pessoas, o que obrigava sua frequente importação da Europa, principalmente da França e Inglaterra, e os consequentes problemas no transporte e nos recursos daí advindos.

Diante de tantos obstáculos, nada mais natural do que o surgimento de um sentimento de desconfiança e até mesmo de rejeição generalizada na população brasileira com relação à vacina. A Historiografia brasileira apresenta vários estudos que confirmam a aversão de um grande número de pessoas à vacinação e, conseqüentemente, o fracasso da sua propagação, como os estudos já citados de Miranda e Chalhoub. A resistência em Pernambuco não foi menor.³⁹⁰

A vacina fora introduzida praticamente na mesma época em que chegara ao Brasil, ainda no período colonial:

³⁸⁸ MIRANDA, 2004. *Op. Cit.* p. 311.

³⁸⁹ MIRANDA, 2004. *Op. Cit.* p. 314.

³⁹⁰ MONTEIRO, Denise Brito. **A epidemia de varíola e a vacinação obrigatória**: repercussões na sociedade recifense no início do século XX. Recife, Dissertação de Mestrado pela UFPE, 2005.

Em Pernambuco, a vacinação foi introduzida no ano de 1805, com a chegada do primeiro vacinador oficial, o cirurgião Manoel Moreira Rosa. Anteriormente, essa medida de caráter profilático já havia sido executada de forma esporádica, tanto na cidade do Recife como em Olinda, quando o então governador da Bahia, Francisco da Cunha Menezes, remeteu alguns vidros com o pus vacínico para essas duas cidades. Mas foi somente com a chegada de Moreira Rosa que essa prática se ampliou para o interior de Pernambuco, por determinação do então governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro.³⁹¹

Na segunda metade do século XIX, já na época do Segundo Império do Brasil independente, foi criada uma “Repartição da Vacina”, ligada ao governo provincial, que tinha o objetivo de garantir o funcionamento regular do serviço. Sua criação correspondia à expressão de uma preocupação crescente das autoridades com as questões relacionadas às condições de salubridade e higiene das cidades. No Brasil, essa preocupação vinha sendo demonstrada desde fins do século XVIII, tendo como paradigma as cidades europeias e americanas. Essa preocupação ocorreu em paralelo à emergência da medicina social e sua gênese, como a descreve Michel Foucault.³⁹²

Porém, o órgão enfrentou imensas dificuldades, como a falta constante do fluido, o não comparecimento das pessoas, a falta de vacinadores pelo caráter não remunerado do serviço e até a preferência da população por remédios de origem desconhecidos, ministrados por leigos, como mostra um relatório do seu administrador, Nepomuceno Dias Fernandes, datado de 29 de janeiro de 1864:

Assim, pois, enquanto não se estabelecer pontos vacínicos, enquanto as Câmaras Municipais não tomarem a peito essa propagação, enquanto não se retribuir àqueles que dela se incumbirem, teremos necessariamente de ver a falta desse fluido, e a interrupção de sua inoculação; porquanto um só ponto vacínico não pode acudir as imensas localidades da Província; ponto estabelecido em uma cidade onde o povo pouco zelador de sua saúde, prefere o festim... às obrigações que lhes são impostas... povo, enfim, que levado por embusteiros prefere um profilático desconhecido, a um princípio estudado e reconhecido por todas as Nações cultas!³⁹³

Segundo Monteiro, ocorreu uma melhoria no serviço de vacinação quando, após a proclamação da República, foi criado o Instituto Vacinogênico, no governo Barbosa Lima, em 1896.³⁹⁴ O método anterior havia sido substituído pela vacina animal, a partir da extração das pústulas de vitelos sadios inoculados com o vírus

³⁹¹ MIRANDA, 2004. *Op. Cit.* p. 312.

³⁹² OUTTES, 1997. *Op. Cit.*

³⁹³ Arquivo Público de Pernambuco, Códice V.P. 1, 1856 – 1866. Vacinadores provinciais.

³⁹⁴ MONTEIRO, 2005. *Op. Cit.*

vacínico. Para o ano em foco nessa análise, a produção da linfa vacínica apresentou um aumento extraordinário. Em 1904, ano da Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, e das “Arruaças no Recife”, foram inoculados 27 vitelos e preparados 3.800 tubos de polpa vacínica. Para o ano de 1905, foram 131 vitelos inoculados e 40.157 tubos preparados! Esse aumento, evidentemente, esteve relacionado à violência da epidemia registrada, naquele ano, no estado.³⁹⁵

Portanto, a epidemia de varíola de 1905, em Pernambuco, foi muito mais violenta do que a do ano anterior, quando ocorreram as manifestações de insatisfação com o projeto de lei da vacinação obrigatória, no Rio de Janeiro e, por isso, seu combate foi muito mais vigoroso por parte das autoridades. A varíola era a segunda doença em número de mortos em Pernambuco. Na segunda metade do século XIX foram 24 epidemias, sendo que, somente na epidemia de 1905, ocorreram 3.965 óbitos, a maior mortalidade anual de uma epidemia desde o ano de 1852.³⁹⁶ Como veremos, o espaço da Fábrica de Tecidos de Camaragibe também foi atingido pelo flagelo e por suas medidas profiláticas.

Era comum que, nos meses de inverno, o estado sanitário da fábrica piorasse, como indica a sessão de 31 de maio de 1905: “O respectivo presidente (do Socorro Mútuo) informou ser mau o estado sanitário, devido não só a influenza e sarampo que estão grassando, mas também a disenteria da qual já se contam 6 casos e ameaça desenvolver-se”.³⁹⁷ Na sessão seguinte, os números do Socorro Mútuo acusavam o agravamento da situação com “60 casos de sarampo e 7 de disenteria, dois falecimentos de adultos e 3 de crianças”.³⁹⁸

Contudo, se o estado sanitário já preocupava os membros do Conselho, a situação tendia a se agravar com a iminente chegada do período dos surtos de varíola. Na sessão de 26 de julho de 1905, o presidente informou sobre o número de pessoas vacinadas contra a moléstia:

Disse mais que na sexta-feira 27 do corrente, foram vacinadas 125 pessoas, e espera que a linfa agora empregada seja melhor que a antiga... O Sr. presidente comunicou já haver solicitado do Sr.

³⁹⁵ MONTEIRO, 2005. *Op. Cit.* p. 42.

³⁹⁶ FREITAS, José Octávio de. **Medicina e costumes do Recife antigo**. Recife: Imprensa Industrial, 1943, p. 62. *apud* OUTTES, 1997. *Op. Cit.*

³⁹⁷ Sessão ordinária de 31 de maio de 1905. *Op. Cit.*

³⁹⁸ Sessão ordinária de 28 de junho de 1905. *Op. Cit.*

Machado a precisa autorização para a construção de um hospital com as devidas condições higiênicas.³⁹⁹

Mesmo com a ação preventiva, a crise sanitária estourou, em outubro daquele ano, provocando a necessidade de convocação de uma sessão extraordinária que se realizou em 16 de outubro de 1905.⁴⁰⁰ O gerente da fábrica e presidente da Corporação, Pierre Collier, apresentou as razões que motivaram aquela reunião urgente:

A desvantagem de se conservar ali os variolosos, mesmo no isolamento, que não dispõe dos precisos meios higiênicos; a recusa de grande número de pessoas para a vacinação; e a excessiva despesa que recai sobre a Sociedade do Mútuo Socorro, que tem sido forçada a ultrapassar os limites da verba destinada as suas despesas.⁴⁰¹

Em seu discurso, Collier afirmava “que o maior número de casos têm se verificado nas imediações do isolamento e em pessoas não vacinadas”. Por isso, propôs aos membros do Conselho Corporativo que fossem recolhidos ao Hospital de Santa Águeda (atual Oswaldo Cruz), os variolosos não vacinados e, em caso de recusa do hospital, “onde quiserem, porém fora dos terrenos da Companhia”.⁴⁰² Aberta a discussão da proposta por parte dos demais membros, tomou a palavra o presidente da Sociedade de Socorro Mútuo, Ananias Almeida, que

confirmou o quanto disse o Dr. Presidente, acrescentando mais a dificuldade de tratadores e dos enterramentos a que todos se recusam, ao abuso de famílias que dispondo de recursos negam-se a enterrar os seus doentes, a invasão de animais no isolamento e mesmo de algumas pessoas, que ultimamente após a saída dos últimos variolosos levaram até as louças e resto das comedorias, e que de todos os recolhidos só um fora vacinado, demorando-se lá apenas oito dias e saindo completamente restabelecido.⁴⁰³

A ata informa que, após a participação de mais alguns membros na discussão, a proposta foi aprovada por grande maioria. Ainda utilizando a palavra, o presidente do Socorro Mútuo propôs algumas medidas complementares: a organização de uma estatística das pessoas vacinadas; que nos casos suspeitos de varíola, as famílias fossem isoladas até que se verificasse se realmente estavam contaminadas; e “*que só fossem aceitos nas escolas meninos e meninas vacinados,*

³⁹⁹ Sessão ordinária de 26 de julho de 1905. **Op. Cit.**

⁴⁰⁰ Sessão ordinária de 16 de outubro de 1905. **Op. Cit.**

⁴⁰¹ Sessão ordinária de 16 de outubro de 1905. **Op. Cit.**

⁴⁰² Sessão ordinária de 16 de outubro de 1905. **Op. Cit.**

⁴⁰³ Sessão ordinária de 16 de outubro de 1905. **Op. Cit.**

podendo ir uma comissão vacinar as que ainda não o são e ficassem sujeitas a multa mensal de 1.500 as que se recusassem, ficando isentos, porém, os que apresentarem certidão de vacina". O Conselho também aprovou essas medidas, sustentando outro membro, o Sr. Francisco Pedro, "*a importância da vacinação obrigatória*".⁴⁰⁴

A discussão supracitada permite convergir para o nosso espaço, a Fábrica de Tecidos de Camaragibe, os problemas enfrentados pela vacinação no Brasil e, em particular, em Pernambuco, assim como as soluções encaminhadas. A ata da reunião permite a constatação da permanência da principal dificuldade para a propagação da vacina: a resistência das pessoas. Com relação às decisões tomadas pelo Conselho Central de Camaragibe, também observamos a recorrência de uma prática comum entre aqueles que detinham poder de decisão sobre o ordenamento das camadas populares e trabalhadoras no Brasil: a imposição de medidas de caráter punitivo e disciplinador.

Em relação à questão da resistência dos operários à vacinação, parece-nos esclarecedora a análise das atas de reuniões anteriores à mencionada. Na sessão ordinária da Corporação Operária, do dia 22 de fevereiro de 1905, o presidente do Socorro Mútuo, em sua prestação de contas, comunicou ter havido dez visitas feitas pelos médicos à fábrica, e que, nessas vindas, 29 pessoas tinham sido vacinadas, mas que os médicos "pouco se utilizaram do bezerro por imprestável, servindo-se da linfa que haviam trazido".⁴⁰⁵ Após alguns meses, em sessão do dia 26 de junho de 1905, ou seja, poucos meses antes da sessão extraordinária, Collier já se referia à incidência da varíola na fábrica (inclusive noticiando um óbito por sua causa) e afirmava que, "na sexta-feira 27 do corrente foram vacinados 125 pessoas" e esperava "que a linfa agora empregada seja melhor que a antiga",⁴⁰⁶ conforme já mencionado.

Consideramos tais informações valiosas para a compreensão das dificuldades da propagação da vacinação entre os operários de Camaragibe, pois sua resistência poderia também ter estreita relação com a pouca eficiência da vacina empregada e não ser motivada meramente por uma suposta ignorância da sua parte como era defendida pelas autoridades da época e repetida pelos membros da Corporação

⁴⁰⁴ Sessão ordinária de 16 de outubro de 1905. *Op. Cit.* Grifos nossos.

⁴⁰⁵ Sessão ordinária de 22 de fevereiro de 1905. *Op. Cit.*

⁴⁰⁶ Sessão ordinária de 26 de junho de 1905. *Op. Cit.*

Operária. A decisão de reagir contra essa resistência, através de imposições normatizadoras e autoritárias como o isolamento, remoção, multa, proibição de acesso à escola, elaboração de estatísticas, também fazia parte do mesmo paradigma autoritário e elitista que fundamentava o projeto de disciplinamento social em curso na Primeira República.

Identificamos nessas medidas uma correspondência com as práticas enumeradas por Michel Foucault em sua conferência sobre o “Nascimento da Medicina Social”.⁴⁰⁷ Foucault periodizou em três etapas o seu desenvolvimento: a primeira, foi a da medicina de Estado; a segunda, foi a da medicina urbana; e a terceira, foi a da medicina da força de trabalho.

Foucault situa a emergência da medicina da força de trabalho no segundo terço do século XIX, sobretudo na Inglaterra. Seu aparecimento está associado ao fato de o pobre ter sido problematizado como um perigo à saúde pública. Foi com a chamada “Lei dos Pobres” que apareceu, de maneira ambígua,

a idéia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde, sua pobreza não permitindo que o façam por si mesmos, quanto um controle pelo qual às classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas.⁴⁰⁸

No entanto, foi somente a partir de 1870 que os outros elementos dessa medicina da força de trabalho surgiram. Foram os sistemas de *health service* e de *health officers* que tinham por função: primeira, o controle da vacinação, obrigando os diferentes elementos da população a se vacinarem; segunda, a organização do registro das epidemias e doenças capazes de se tornarem epidêmicas, obrigando as pessoas à declaração das doenças perigosas; terceira, a localização dos lugares insalubres e a eventual destruição dos focos de insalubridade.⁴⁰⁹

Em seu estudo sobre a história dos planos urbanísticos do Recife, Joel Outtes indica que “o discurso higienista constitui-se em uma forte justificativa e em uma verdadeira ideologia para a intervenção do Estado na cidade do Recife”.⁴¹⁰

⁴⁰⁷ FOUCAULT, 2002. *Op. Cit.*

⁴⁰⁸ FOUCAULT, 2002. *Op. Cit.* p. 95.

⁴⁰⁹ FOUCAULT, 2002. *Op. Cit.* p. 96.

⁴¹⁰ OUTTES, 1997. *Op. Cit.* p. 46.

Para o início do século XX, o olhar médico identifica nas precárias habitações proletárias da cidade, um grave risco, tanto para os seus pobres moradores quanto para a parcela rica da população:

Constituem infelizmente um dos maiores defeitos desta cidade as habitações da população proletária. Os mucambos e cortiços são uma ameaça constante à saúde pública. Sem conforto e sem a mínima observância dos preceitos higiênicos, a pobre gente que os habita, concorre com o avultadíssimo contingente para o aumento da mortalidade e as suas condições de vida constituem um perigo sério para a parte da população mais favorecida da fortuna. Nas referidas habitações não há aparelhos sanitários e as águas servidas e materiais fecais são projetadas sobre o solo, frequentemente junto às casas, ficando expostas as moscas que indubitavelmente são o principal vetor da maior parte das moléstias transmissíveis...⁴¹¹

Nossa investigação sobre a documentação da Fábrica de Tecidos de Camaragibe e, particularmente, de sua Corporação Operária permite identificá-la como um espaço submetido a uma constante vigilância com relação às suas condições de salubridade e moralidade, desde que foi fundada, em 1891. Defendemos que o episódio da epidemia de varíola, em 1905, e suas repercussões na fábrica, não foram motivadas apenas pelo caráter excepcional de se combater à epidemia; antes, elas também estavam em consonância com o modelo de fábrica projetado para Camaragibe, como informa o relatório da Corporação: “O estado sanitário da vila e suas imediações, tem se mantido bem, graças as rigorosas medidas adotadas, dentre as quais se destaca o constante serviço de vacinação”.⁴¹² Nesse aspecto, o modelo de medicina social em vigência no período, voltada para a medicina da força de trabalho, incorporou-se ao projeto mais amplo do tipo de operário que se almejava forjar através da religião católica.

Portanto, a aplicação das medidas de higienização em Camaragibe tinham o objetivo de tornar o operário moralizado e saudável, a fim de melhorar seu rendimento no trabalho e torná-lo mais disciplinado e submisso aos regulamentos da fábrica. No entanto, apesar de inegável importância, era elemento auxiliar do instrumento moralizador principal: a religião. Todavia, no caso em estudo, nem mesmo ela impediu a manifestação de uma rejeição à norma pelos operários.⁴¹³

Além do combate às doenças, outra das atribuições pertinentes ao Socorro Mútuo era com relação aos sepultamentos. Segundo as normas estabelecidas na

⁴¹¹ OUTTES, 1997. *Op. Cit.* p. 47.

⁴¹² Corporação Operária de Camaragibe. 9º Relatório. 1906. *Op. Cit.*

⁴¹³ MACHADO, Roberto. *Da(n)ação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

fábrica, os enterros deviam seguir os básicos padrões de decência e salubridade exigidos na época. Sobre o tema, um aspecto interessante foi tratado na sessão de 28 de junho de 1905, na qual se discutiu o desejo de algumas famílias operárias de realizar enterros menos dispendiosos e receber a diferença. Após perguntar se uma família grande que tenha muitos membros tolerados, recebendo, em caso de moléstia, pequeno socorro, se tinha direito a mais, ao que obteve resposta negativa de Collier. O presidente do Socorro Mútuo, Ananias de Almeida, consultou

também sobre os enterros, que algumas pessoas preferem ser inferior ao que tem direito exigindo o excedente em dinheiro, resolvendo-se que seja dada mesmo toda a importância contanto que o faça decentemente, ao menos de 3ª classe. Enquanto a questão dos enterros fora daqui resolveu-se adiar para a sessão plena.⁴¹⁴

A preocupação com os enterros levou à iniciativa da construção de um cemitério próprio para as necessidades da fábrica, como indica a sessão de 29 de agosto de 1906: “Cemitério: pela respectiva comissão e de acordo com o médico, foi designado o local e trata agora de estudar o número de óbitos para resolver sobre o espaço preciso”.⁴¹⁵ O acordo foi celebrado com a prefeitura de São Lourenço da Mata, e foi apresentado em 26 de dezembro de 1906: “O Sr. presidente apresentou o texto da lei municipal de São Lourenço sobre a projetada construção de um cemitério no terreno da fábrica”.⁴¹⁶ O contrato foi firmado e anunciado em 27 de fevereiro de 1907.⁴¹⁷

Entretanto, somente teriam direito ao serviço os associados recenseados, ou seja, inscritos na Corporação e em dia com suas contribuições. Mas havia dificuldades porque algumas pessoas demoravam e/ou relutavam em se recensear, embora quisessem usufruir dos benefícios. Um exemplo foi encontrado na sessão do dia 25 de julho de 1906, na qual o presidente do Socorro Mútuo acrescentou que

encontrando dificuldades no registro de nascimentos, combinara com o respectivo escrivão, não aceitar nenhum, sem uma nota daqui, e propôs oito dias de prazo para o registro sem o que não terá direito ao enterramento e nenhum dos outros benefícios, que recebendo no correr dos oito dias do prazo e não registrando, será descontada a despesa no salário da família.⁴¹⁸

⁴¹⁴ Sessão de 28 de junho de 1905. *Op. Cit.*

⁴¹⁵ Sessão de 29 de agosto de 1906. *Op. Cit.*

⁴¹⁶ Sessão de 26 de dezembro de 1906. *Op. Cit.*

⁴¹⁷ Sessão de 27 de janeiro de 1907. *Op. Cit.*

⁴¹⁸ Sessão de 25 de julho de 1906. *Op. Cit.*

A possibilidade de proporcionar um enterro digno aos parentes estimulava, também, as tentativas de burlar as normas da Corporação. Na sessão de 25 de novembro de 1908, o presidente do Socorro Mútuo pediu

que o Conselho deliberasse sobre as despesas feitas com o enterro do pai de Francisco Barbosa, que não obstante estar aqui repetidas vezes, sempre se negara ao recenseamento só o fazendo nas proximidades da morte, a fim de ficar resolvido a quem compete ditas despesas, e ao mesmo tempo estabelecer-se medidas preventivas para casos idênticos.⁴¹⁹

Contudo, apesar do descumprimento das regras, a maioria dos conselheiros votou a favor do pagamento do enterro.

Uma das dificuldades enfrentadas pela associação era a inadimplência de vários associados. Os membros da Corporação estavam preocupados com a cobrança dos funcionários parados, como informa a sessão de 29 de junho de 1908: “Francisco Pedro pediu a determinação de prazo para a cobrança das pessoas que ficam em casa sem motivo justificado, mormente as mães de família”.⁴²⁰ No entanto, havia operários efetivamente impossibilitados de trabalhar, mas a debilidade das contas da associação era tamanha que Collier decidiu, provisoriamente, até a tomada de uma resolução definitiva, que “até 3 meses por motivos justos nada pagar, daí por diante, 500, por moléstia ou invalidez, 1000, por falta de trabalho e 2000, por passeio ou suspensão”.⁴²¹

O déficit crônico dos balanços do Socorro Mútuo levou à sua crise. Collier sugeriu a diminuição das visitas médicas para apenas uma vez por semana.⁴²² Mesmo assim, o déficit atingiu a elevada soma de 3 contos de reis, como indicado na sessão de 30 de dezembro de 1908.⁴²³

3.3.5 A seção da polícia

Em relação à organização e funcionamento do serviço de polícia na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, um rascunho sobre a sua criação foi localizado em um dossiê da fábrica. Vejamos sua transcrição:

⁴¹⁹ Sessão de 25 de novembro de 1908. *Op. Cit.*

⁴²⁰ Sessão de 29 de junho de 1908. *Op. Cit.*

⁴²¹ Sessão de 29 de junho de 1908. *Op. Cit.*

⁴²² Sessão de 30 de setembro de 1908. *Op. Cit.*

⁴²³ Sessão de 30 de dezembro de 1908. *Op. Cit.*

Comissão Policial: Aviso a todo o pessoal e moradores de Camaragibe que fica constituída aqui uma comissão policial composta das pessoas abaixo designadas, com o fim de se encarregar de todo o serviço de policiamento e manutenção da ordem e dos bons costumes na propriedade. Sua missão será a mais larga possível, cabendo-lhe impedir não só todo e qualquer mal, como todas as simples inconveniências.

A ela em geral e, individualmente, a cada um dos seus membros delego toda a minha autoridade, considerando como feita a mim qualquer desatenção as suas ordens e advertências. Tendo escolhido seus membros entre os mais dignos e sérios dos nossos companheiros estou certo que todos os receberão com acatamento e respeito, considerando-os como os garantidores da paz e do bem de todas as nossas famílias.

São seus membros os Srs.: Francisco Baptista da Silva – chefe; Manuel Augusto do Rego; Pedro Bezerra Filho; Antônio Soares; Manuel Ribeiro.

Camaragibe, 16 de outubro de 1898. Carlos Alberto de Menezes.⁴²⁴

Fica evidente que o serviço teria uma grande abrangência em suas atribuições e contaria com o total apoio de Menezes, que considerava como feita a ele qualquer desatenção às suas ordens e advertências. Contudo, é importante destacar que não encontramos, nas atas ou em quaisquer outras fontes, maiores informações sobre o desempenho desse serviço ou de episódios que tenham gerado a necessidade da sua intervenção. Na maioria das vezes, com relação ao setor, o secretário deixava registrado nas atas um “nada digno de nota”.

Uma ocorrência, mesmo assim fora do âmbito da fábrica, foi registrada na sessão de 31 de agosto de 1904, na qual o comissário Sabino Amorim “disse que os chefes dos trens de Limoeiro se haviam queixado do mau comportamento do pessoal daqui, na volta dos enterros, que quase sempre embriagados promovem desordens e recusam-se a pagar as passagens”.⁴²⁵ O comissário Manoel Magalhães perguntou, então, “se o regulamento sobre a saída de operários para enterros ainda estava em vigor, visto como saem mais membros do que o estipulado”.⁴²⁶ Porém, o mais significativo nesse episódio é observar que, nem sempre, o comportamento dos operários, mesmo fora dos limites da fábrica, ajustava-se aos padrões de moralização que deles esperava o plano de organização cristã do trabalho aplicado em Camaragibe.

O episódio mais controverso em relação a essa seção foi o conflito que envolveu o comissário Sabino Amorim com outros dois conselheiros e que resultou

⁴²⁴ Companhia Industrial Pernambucana (dossiê), 1896 – 1908. *Op. Cit.*

⁴²⁵ Sessão de 31 de agosto de 1904. *Op. Cit.*

⁴²⁶ Sessão de 31 de agosto de 1904. *Op. Cit.*

no seu pedido de desligamento do Conselho Central, como veremos adiante. Na sessão de 25 de janeiro de 1905 ficou registrado que “o presidente comunicou que para comissário de polícia, na vaga de Amorim, nomeara Augusto Carneiro, não sabendo, porém, se ele aceita e que pretende voltar a ideia do corpo de agentes a fim de pô-la em prática, sendo Pedro Bezerra o inspetor”.⁴²⁷ No entanto, tecendo comentários sobre o assunto, os comissários Ananias, Francisco Pedro e Lino deixaram escapar críticas sobre “as inconveniências havidas neste serviço devido ao mau comportamento de alguns agentes, entre os quais Augusto César, que segundo disse Ananias, vão à tecelagem tirar uma cota para ele usar ceroulas”.⁴²⁸ Infelizmente, as Atas não fornecem subsídios suficientes para uma melhor compreensão dessa queixa.

Embora os relatórios registrem a intenção de Collier em reformular o serviço, inclusive com a criação de uma subdelegacia, em Camaragibe, como já havia em Goiana, não localizamos nenhum registro de mudança efetuado no período que estudamos. Também não encontramos quaisquer indícios que confirmassem as denúncias, publicadas na *Aurora Social*, sobre possíveis maus tratos aos operários.

3.3.6 Diversões, festas e homenagens

Como vimos acima, a seção de distrações estava inicialmente composta pelo Clube Musical, Clube Dramático e Sociedade de Tiro ao Alvo, e seu objetivo era a promoção de atividades recreativas moralizadoras entre os operários que, além de promoverem a alegria deles e de seus familiares, inibissem possíveis desvios de comportamento prejudiciais tanto ao seu trabalho na fábrica quanto ao seu bem estar e ao das suas famílias.

As associações foram concebidas para uma atuação regular, embora devessem atuar, principalmente, nas ocasiões festivas relacionadas aos eventos comemorativos e religiosos da fábrica. No entanto, durante o período estudado, com exceção do Clube Musical as demais associações apresentaram pouca visibilidade e acabaram desaparecendo.

⁴²⁷ Sessão de 25 de janeiro de 1905. *Op. Cit.*

⁴²⁸ Sessão de 25 de janeiro de 1905. *Op. Cit.*

O Clube Musical era bastante prestigiado e solicitado em todas as cerimônias, sendo, inclusive, convidado a participar de solenidades fora do âmbito da fábrica. Uma demonstração de sua vitalidade pode ser observada na sessão de 27 de julho de 1904, na qual foi comunicada a contratação de um novo professor para a banda de música, que passaria a vir 3 vezes por semana.⁴²⁹ Sua consistência ainda foi confirmada no 11º relatório da Corporação:

Continua em progresso o Clube Musical, apesar de ligeiras dificuldades que por diversas vezes lhe surgiram, das quais jeitosamente se desembaraçou. Guiados por novos e concisos estatutos, forte e competente diretoria e alojada em vasta, elegante e higiênica nova sede, cuja inauguração solenizou com brilhante festa, mostra-se mais vivo e animado, sendo constante e numerosa a reunião dos seus sócios, nos domingos e dias santificados, entretendo-se em jogos permitidos, que por sua vez contribuem para o aumento dos rendimentos da sociedade.⁴³⁰

No entanto, o mesmo não aconteceu com a Sociedade Dramática. Seu fracasso foi atribuído à ausência de um espaço para seus ensaios e apresentações. Apesar do seu desaparecimento, enquanto associação organizada, encontramos notícias de eventuais apresentações de grupos de operários em alguns eventos da fábrica. Apesar disso, consideramos pertinente a transcrição de um rascunho dos seus Estatutos, pois constituem significativa indicação da natureza dos lazeres que se esperavam daquela seção da fábrica.

Estatutos da Sociedade Dramática Familiar de Camaragibe
Cap. I “Da Sociedade e seus fins”.

- Art. 1º A antiga ‘Sociedade Dramática Familiar de Camaragibe’, fundada nesta fábrica é reorganizada pelos presentes Estatutos, para formar uma seção da ‘Corporação Operária de Camaragibe’ a cujas leis gerais fica sujeita, regendo-se por eles no que se refere a sua vida própria e independente.

- Art. 2º O seu fim é proporcionar aos membros da ‘Corporação Operária’ recreações honestas e sãs, pelo cultivo da arte dramática e por todos os meios ao seu alcance, dentro dos limites do mais rigoroso respeito às leis morais e aos preceitos da Religião Católica.

- Art. 3º Para isto nenhuma peça teatral será levada a cena nem organizada recreação alguma, sem aprovação da Diretoria e Conselho, ouvido o Presidente de honra da Corporação (art. 22 de seus Estatutos).

Capítulo II “Dos sócios, seus direitos e deveres”.

- Art. 4º Os sócios se dividirão em três classes gerais: efetivos, honorários e beneméritos.

⁴²⁹ Sessão de 27 de julho de 1904. *Op. Cit.*

⁴³⁰ Corporação Operária de Camaragibe, 11º Relatório 1908. *Op. Cit.* p. 8.

- Art. 5º Só poderão ser sócios efetivos os membros da Corporação; honorários e beneméritos todas as pessoas de distinção e afeitos que prestarem a Sociedade serviços relevantes, a juízo do Conselho.
- Art. 6º Os sócios efetivos serão divididos em duas classes – ativos e contribuintes. Os sócios ativos serão aqueles que prestarem serviço ativo a Sociedade, no corpo cênico, nos diversos cargos e comissões interiores, sendo o seu número limitado a tais necessidades. Os sócios contribuintes serão aqueles que contribuirão com a mensalidade estabelecida; o seu número será ilimitado.
- Art. 7º São deveres dos sócios ativos: 1ª pagar sua mensalidade.⁴³¹

Consideramos esse documento ilustrativo, pois ele demonstra que as encenações dependeriam da aprovação expressa da Diretoria da Fábrica, o que reforça o papel preponderante dos patrões no controle da vida dos operários fora do ambiente da fábrica. Além disso, comprova que seu conteúdo devia estar de acordo com os padrões morais aceitos e os preceitos da religião católica, não sendo permitida nenhuma recreação que fosse considerada transgressora dessas normas. Infelizmente, a natureza das fontes das quais dispomos somente permitem conjecturar sobre as possíveis sanções às danças e recreações que poderiam ser consideradas em desacordo com o paradigma cultural europeu e romanizador estabelecido pelo Apostolado dos Patrões.

Em relação à Sociedade de Tiro ao Alvo sabemos que apresentou uma vida curta, pois na sessão plena de 02 de agosto de 1905, Collier pergunta sobre as armas e munições da extinta sociedade de tiro.⁴³² O motivo parece ter sido a debilidade nas contas da associação, que precisava de um recurso regular para a compra constante de munição.

Na verdade, os relatórios indicam que, com exceção do Clube Musical, todas as demais associações recreativas estavam em franca decadência, o que era considerado preocupante porque abria a possibilidade da dissipação dos salários em diversões que “a moral condena”.⁴³³

Uma tentativa de retomada dessa seção foi a criação do Círculo Católico de Camaragibe, em 1907. Segundo o 11º relatório da Corporação seu objetivo era o “aperfeiçoamento moral e espiritual dos jovens de hoje, que de fato serão os homens de amanhã, entrando na luta pela vida iluminados pelo vivo clarão dos bons

⁴³¹ Companhia Industrial Pernambucana (dossiê). *Op. Cit.*

⁴³² Sessão de 2 de agosto de 1905. *Op. Cit.*

⁴³³ Corporação Operária de Camaragibe, 5º Relatório 1903. *Op. Cit.* p. 12.

exemplos e úteis ensinamentos”.⁴³⁴ Essa associação era dirigida pelo Capelão da fábrica que, naquele período, era o padre do Sagrado Coração, Bernardo Wedemeyer.

O principal evento do calendário festivo da Fábrica de Camaragibe era a Festa Patronal, celebrada no mês de agosto. Na mesma ocasião era realizada a Assembleia Geral da Corporação Operária, na qual era lido e publicado o relatório anual das atividades da associação. A festa teve início ainda na época da gerência de Carlos Alberto de Menezes, que lhe dedicava bastante atenção. Seu objetivo era a promoção do fortalecimento dos laços de união entre patrões e operários. Apesar da denominação, era considerada, eminentemente, uma festa dos operários.

Encontramos uma descrição pormenorizada do evento na sessão plena de 05 de agosto de 1904, na qual foi decidida a programação da Festa Patronal daquele ano, que seria o último da vida de Menezes:

Um trem especial que partindo da estação do Brum às 10 horas da manhã, conduza gratuitamente os convidados, chegando aqui às 11 aproximadamente; Missa cantada às 11 horas com assistência do Sr. bispo e sermão pelo padre Batalha; Assembleia Geral às 1 hora da tarde no salão da escola infantil; Lanche às 2 e meia em local construído a propósito; Procissão às 3 e meia; Bênção às 4 e meia; Partida do trem às 5 e meia. Devendo serem impressos os convites programas.⁴³⁵

Vale salientar o espaço concedido às celebrações religiosas como missas e procissões e a presença de personalidades religiosas locais, como o bispo Dom Luís Raimundo de Brito, figura assídua em Camaragibe, e o padre Batalha. Para a festa do ano de 1905, o orçamento foi de 600.000 reis e correu sob a responsabilidade da corporação. Foram criadas comissões para a decoração da capela e ornamentação externa da vila, da qual participavam os membros da corporação, seguida de um pedido especial: “O Sr presidente pediu aos membros das comissões que se esforçassem, a fim de que a festa se revestisse do maior brilho e solenidade...”⁴³⁶

Nos anos que se seguiram à morte de Menezes, os convites para participação de personalidades na Festa Patronal foram suspensos, “a fim de que a festa seja verdadeiramente dos operários”, como informa a sessão de 25 de julho de 1906.⁴³⁷ A ausência de personalidades na principal festa do calendário da Corporação, não

⁴³⁴ Corporação Operária de Camaragibe, 11º Relatório 1908. *Op. Cit.* p. 8.

⁴³⁵ Sessão Plena de 5 de agosto de 1904. *Op. Cit.*

⁴³⁶ Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

⁴³⁷ Sessão de 25 de julho de 1906. *Op. Cit.*

significava, contudo, a exclusão dessas visitas em outras oportunidades. Além do bispo, outras lideranças religiosas visitaram a fábrica como o Núncio Apostólico, além do presidente da República, Afonso Pena, conforme registrado em uma sessão ordinária do Conselho, infelizmente sem a data, que provavelmente ocorreu em junho: “O Sr. presidente comunicou a visita de Afonso Pena à cooperativa e às escolas, manifestando a boa impressão que lhe causaram”.⁴³⁸

Em uma fábrica organizada sob moldes cristãos, é evidente que os eventos religiosos possuíam grande espaço. Nessa dedicação ao sagrado, os domingos tinham especial importância, sendo, inclusive, representados idilicamente, por Menezes, como “os queridos domingos de Camaragibe”, que afirmava serem eles “completos para mim”.⁴³⁹

Além das missas, procissões, romarias e demais sacramentos administrados pelos padres, havia as festas em homenagem aos santos de devoção. Uma devoção que se desenvolveu em Camaragibe, foi a de Nossa Senhora de Lourdes, provavelmente trazida pelos padres dehonianos. A primeira menção à devoção foi feita na sessão do dia 3 de fevereiro de 1908, na qual se tratou dos preparativos para festa de Nossa Senhora de Lourdes.⁴⁴⁰ O altar da devoção à santa havia sido erguido em uma gruta nas imediações da fábrica. Collier, expondo o motivo daquela reunião, disse “tratar-se da Festa de Nossa Senhora de Lourdes, na gruta, e como este mês pertença à corporação zelá-la, torna-se preciso fazer alguma coisa”.⁴⁴¹ A parte religiosa já estava deliberada pelo Capelão – novena, missa, ladainha e sermão. A decoração, sob o encargo do comissário Francisco Pedro, mais uma vez correria por conta da corporação.

Para a comemoração do Carnaval foi fundado o Clube dos Martelos. A notícia de sua fundação foi registrada no 4º relatório da Corporação: “Em meio do desfalecimento quase geral que invadiu as sociedades de distração entre nós, surgiu uma outra, o Clube dos Martelos, sociedade puramente carnavalesca”.⁴⁴² Evidentemente, esperava-se que tal agremiação mantivesse a mesma observância das normas morais prescritas para as já existentes: “Os nossos votos são que ela

⁴³⁸ Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). *Op. Cit.*

⁴³⁹ COLLIER, 1996. *Op. Cit.* p. 116.

⁴⁴⁰ Sessão de 3 de fevereiro de 1908. *Op. Cit.*

⁴⁴¹ Sessão de 3 de fevereiro de 1908. *Op. Cit.*

⁴⁴² Corporação Operária de Camaragibe, 4º Relatório 1902. *Op. Cit.* p. 11.

progrida e possa sempre exibir-se com garbo, porém contida ao mesmo tempo nos limites do justo e do honesto”.⁴⁴³

Todo o conjunto possibilita presumir que, em uma fábrica onde a religião constituía o fundamento do seu plano industrial, o principal evento religioso do seu calendário fosse o Natal. A montagem da “árvore de Natal de Camaragibe” tornou-se uma tradição na fábrica. Collier descreveu, a partir de um relato do próprio Menezes, a primeira festa, realizada em 1893:

Nesse ano, projetava-se em casa do sr. Machado, pelo velho Sr. Adolfo Pereira Carneiro, uma árvore de natal para os nossos filhos. Eu tive a inspiração de propor-lhe que a fizesse em Camaragibe, aumentando-a para caber alguma coisa para os filhos dos operários. Esse coração generoso aceitou logo e, tomando a si toda a despesa, fizemos a primeira árvore em Camaragibe. O pessoal operário acudiu ao nosso convite e assim conseguimos retê-lo em um passatempo inocente até a hora da missa. Ao mesmo tempo, foi o primeiro ato público dessa união familiar de patrões e operários, que devia constituir um dos pontos capitais do meu programa.⁴⁴⁴

Na representação de uma fábrica moralizada, onde deveria reinar a harmonia nas relações entre patrões e operários, como em uma grande família, a celebração cristã possuía significativa importância simbólica.

3.4 *Conflitos e turbulências na organização cristã do trabalho de Camaragibe*

3.4.1 O serviço religioso

Como vimos acima, Carlos Alberto de Menezes considerou fundamental para a viabilização do seu plano industrial, a contratação de congregações religiosas europeias que pudessem garantir tanto a permanente administração dos sacramentos religiosos quanto a direção das escolas e demais associações religiosas existentes na fábrica.

Primeiramente entrou em contato, por intermédio de Léon Harmel, com os padres dehonianos, que aceitaram a solicitação. De acordo com a página oficial da Congregação do Sagrado Coração de Jesus no Brasil, o Padre Dehon enviou à Pernambuco, em 1893, o Padre Sebastião Miquet com o objetivo de iniciar os trabalhos religiosos que deviam ser desenvolvidos junto aos operários e seus

⁴⁴³ Corporação Operária de Camaragibe, 4º Relatório 1902. *Op. Cit.* p. 11.

⁴⁴⁴ COLLIER. *Op. Cit.* p. 129.

familiares na Fábrica de Tecidos.⁴⁴⁵ Entre os anos de 1895 e 1902, outros religiosos se incorporaram ao projeto, estendendo sua atuação para a outra fábrica da CIPER, a Usina de João Alfredo: os padres Maximino Cottard, Ludovico Richters, Ângelo Deal, Longino van Heugten, Estanislau Schimanski e Pedro Graaf. Gradativamente, os missionários foram assumindo, além do trabalho com os operários das fábricas, o cuidado pastoral de outras paróquias da região.⁴⁴⁶ Dentre os padres citados foram capelães na fábrica de Camaragibe os padres Cottard, Longino van Heugten, Ludovico Richters e Ângelo Deal, além do padre Bernardo Wedemayer.

Ainda segundo informações da mesma página, o próprio padre Dehon veio a Pernambuco e visitou as obras dos seus missionários: “Entre os dias 13 de setembro e 11 de outubro de 1906, o Padre Dehon visitou nossos missionários em Pernambuco e Alagoas. Sua presença foi significativa para dar ânimo ao trabalho dos nossos confrades e representou um novo impulso na nossa obra no Brasil”.⁴⁴⁷ A Congregação do Sagrado Coração de Jesus se tornou uma das principais divulgadoras do conjunto de documentos pontifícios incentivadores da Ação Social Católica.⁴⁴⁸

O Apostolado dos Patrões, em execução nas fábricas da CIPER, mostrou sua sintonia com o projeto romanizador da Igreja no Brasil, adotando devoções como a do Sagrado Coração de Jesus e se incorporando a associações católicas para leigos que apresentassem um caráter clerical e sacramental, a exemplo do Apostolado da Oração e da Sociedade de São Vicente de Paulo, que enfatizavam uma ação social dos católicos subordinada à autoridade dos eclesiásticos.

Contudo, a despeito dos elogios manifestados publicamente ao trabalho dos religiosos, contradições entre eles e o laicato não deixaram de ocorrer, como revela a própria experiência de Camaragibe. A correspondência trocada entre os gerentes das fábricas de Goiana e Camaragibe revelam que houve uma crise na relação entre os dois agentes,⁴⁴⁹ principalmente entre a direção da Companhia Industrial Pernambucana e os missionários dehonianos.

As razões de tais dificuldades parecem ter sido diversas e duradouras. Os atritos e conflitos levaram, inclusive, à necessidade da elaboração de um contrato

⁴⁴⁵ **Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus.** Disponível em <www.dehonianos.org.br/site/interna.php?id_menu=77>. Acesso em 10/06/2011.

⁴⁴⁶ Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. **Op. Cit.**

⁴⁴⁷ Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. **Op. Cit.**

⁴⁴⁸ Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. **Op. Cit.**

⁴⁴⁹ Cartas de Luís Correia de Brito a Pierre Collier (Dossiê). **Op. Cit.**

entre as partes, mediado pela autoridade do Bispo, Dom Luís Raimundo de Brito, por volta de 1906. Transcrevemos o rascunho do contrato praticamente na íntegra, pois não localizamos o original.

Rascunho do acordo entre a CIPER e a Congregação do Sagrado Coração.

Eu, Luiz Raimundo de Brito, por meio de Deus e da Santa Sé, Bispo da Diocese de Olinda, no intuito de regular definitivamente as condições recíprocas em que desejo continue o serviço religioso das fábricas da CIPER feito desde 1893, pela Congregação dos Padres do Sagrado Coração, (...), por um lado, auxiliar o santo e louvável empenho daquela CIA assegurar aos operários de suas fábricas a parte espiritual e pelo outro precisar as obrigações que contraem os padres da referida Corporação, que se acham nesta Diocese a minha disposição, resolvo pelo presente ato, que vai assegurado por mim e pelos representantes da Companhia e da Congregação, estabelecer tais condições como se segue:

1ª Continuar a favorecer as duas fábricas da Companhia situadas em Camaragibe e em Goiana, um capelão (...) o serviço religioso de cada uma por tempo indeterminado.

2ª Os capelães serão designados por mim e por mim substituídos como melhor me parecer, ficando a CIA a segurança de que o serviço religioso de suas fábricas nada sofrerá.

3ª Os capelães residirão, em princípio, na sede mais próxima de uma comunidade da Congregação devendo (assim) permanecer diariamente nos locais das fábricas o tempo necessário ao desempenho de seus deveres e mesmo aí pernoitar sempre que tais deveres o reclamem, de acordo com o Superior Local.

4ª O serviço religioso compreende: a) Missa diária, ou seja, quer na Capela da Fábrica, quer na das Irmãs; b) Pregação aos domingos, festas e épocas próprias do ano bem como no Retiro e reuniões de associações estabelecidas; c) Administração (...) dos Sacramentos na forma das constituições diocesanas – a visita dos doentes; d) Catecismo das crianças e adultos; e) Direção espiritual das associações, especialmente das confrarias e (...) religiosas; f) Superintendência do ensino nas escolas (...) na vigilância sobre os livros e (resultados) de ensino para que não se desviem da pureza da doutrina.

São obrigações da CIA: 1ª Proporcionar aos capelães em cada fábrica aposento mobiliado; Pagar a cada capelão um ordenado de duzentos e cinqüenta mil reis mensais; 3ª Respeitar e fazer respeitar a liberdade dos capelães no exercício de seus mistérios.

Quaisquer dúvidas, dificuldades e divergências que por ventura se levantem entre a CIA e a Congregação serão por mim resolvidas submetendo-se as duas partes como pela presente se comprometem à minha paternal decisão.

O presente acordo ficará em vigor por tempo indeterminado sendo que nenhuma das partes poderá suspendê-lo sem sujeitar seus motivos a minha apreciação e julgamento com tempo suficiente (...) que (...) providencie no interesse das almas e do bem empenhado nestas boas obras.

*Contrato...s/d.*⁴⁵⁰

Como noticia o preâmbulo do documento, a relação entre a CIPER e a Congregação do Sagrado Coração de Jesus existia desde 1893. Portanto, somente treze anos após é que surgiu a necessidade da ratificação de seus termos através de um documento escrito, mediado pela autoridade episcopal. O motivo foi a eclosão de uma crise que teve início na Usina de Goiana.

A deflagração do conflito parece ter sido motivada por uma desavença entre o Padre Xavier, chefe da comunidade de Goiana, e o gerente de Goiana e diretor da CIPER, Luís Correia de Brito. Embora o motivo não tenha ficado claro nas cartas trocadas entre Correia de Brito e Pierre Collier, foi o bastante para o Conselho da Congregação, em Goiana, decidir interromper, imediatamente, seus trabalhos na Usina João Alfredo, sem nem mesmo consultar o Bispo, Dom Luís de Brito. Contudo, o Padre Ângelo Deal, Superior da Congregação em Pernambuco, após conversar com o Bispo, decidiu voltar atrás na resolução do rompimento.

Em uma carta de Luís Correia de Brito, enviada a Pierre Collier em 17 de fevereiro de 1905, aquele comunica que o Padre Xavier deveria se retirar da direção da casa de Goiana e ficar alguns dias em Camaragibe, pois preocupava o estado sanitário da Casa da Várzea, onde se alojavam os padres dehonianos. Correia de Brito esperava que o Padre Ângelo assumisse mais firmemente sua condição de superior dos padres e concluía dizendo que esperava que o conflito tivesse terminado: “Vamos ver se de agora em diante podemos seguir em paz”.⁴⁵¹

Alguns dias depois, em 18 de fevereiro de 1905, Correia de Brito enviava nova carta a Collier em que comunicava a visita do Padre Bernardo, em Goiana, e a sua designação ao posto de Superior das obras na fábrica, em substituição ao Padre Ângelo, que viajara à Europa para se encontrar com o Padre Dehon. A substituição deixou Correia de Brito satisfeito, pois considerava o novo Superior “prudente, de boa educação e de espírito calmo”, acreditando “que não teremos dificuldades, pelo menos do gênero das últimas levantados pelo Padre Xavier”.⁴⁵²

⁴⁵⁰ Acervo CEHIBRA – Arquivo Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Fábrica de Camaragibe, Rascunho do acordo entre a CIPER e a Congregação do Sagrado Coração redigido pelo Bispo Dom Luiz Raimundo de Brito, 1906. Série Miscelânea, Pasta 06.

⁴⁵¹ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 17 de fevereiro de 1905 (Dossiê). **Op.**

Cit.

⁴⁵² Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 18 de fevereiro de 1905 (Dossiê). **Op.**

Cit.

Entretanto, apenas um mês depois, sua opinião sobre o padre se modificou completamente. Em uma longa carta, datada de 27 de março de 1905, Luís Correia de Brito se queixava a Pierre de uma nova decisão dos padres de abandonar Goiana. Desta vez, o motivo alegado era o conflito com o Vigário local. O Padre Bernardo abandonara Goiana por causa das desavenças com o Vigário, que teriam relação com a sua displicência no cumprimento dos deveres sacramentais.⁴⁵³ Correia de Brito novamente se queixou da leviandade dos padres da Congregação em sempre se colocarem na iminência do abandono das obras. Também informou que, da Europa, o Padre Ângelo enviara uma carta em que comunicava a decisão, após encontro com o Padre Dehon, que considerava Goiana “um lugar onde não era possível viver em paz nem exercer o seguro ministério”. Este parecer, diz ele, foi abraçado por todos os padres que estão aí no Recife”.⁴⁵⁴

O Padre Bernardo chegou a solicitar a não continuidade da obra em Goiana, “na situação irregular em que se acha”.⁴⁵⁵ Correia de Brito se queixava do esforço feito até aquele momento para manter os padres em Goiana e afirmava que, se o problema maior era com o Vigário, as queixas deviam ser encaminhadas diretamente ao Bispo. Na carta, o diretor da CIPER deixou escapar, em confidência ao colega, que acreditava no pouco empenho do prelado na solução da questão.

Em conversa com um dos padres, este indicava as queixas contra o Vigário:

Algumas referem-se à falta de cortesia para com eles, outras, porém, são graves e dizem respeito ao cumprimento dos deveres. Diz que a Freguesia está abandonada, que o Vigário não leva sacramentos aos moribundos, não visita os enfermos, dificulta os casamentos por exigência de dinheiro, permitindo que se desenvolva o casamento civil unicamente, aconselha a sua gente que não vá a missa em outras igrejas, mesmo quando ele não celebra missa na matriz... em dias de semana.⁴⁵⁶

Vale salientar que atritos entre os clérigos nacionais e estrangeiros parecem ter sido recorrentes no período da reforma católica no Brasil.

Correia de Brito prossegue dizendo que os padres pretendiam jogar sobre ele a responsabilidade da permanência, ou não, do Vigário, em um dilema do tipo ou

⁴⁵³ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 27 de março de 1905 (Dossiê). **Op. Cit.**

⁴⁵⁴ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 27 de março de 1905 (Dossiê). **Op. Cit.** Grifo original.

⁴⁵⁵ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 27 de março de 1905 (Dossiê). **Op. Cit.** Grifo original.

⁴⁵⁶ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 27 de março de 1905 (Dossiê). **Op. Cit.** Grifo original.

nós ou ele. Embora considerasse incorreto o procedimento, dizia que não podia permitir que “todo o nosso esforço para o bem, todas as nossas obras sejam prejudicadas pela má vontade do Vigário. Tenho pedido muito a Deus que me inspire o caminho para sair desta situação penosa”.⁴⁵⁷ E completava: “Eu não posso permanecer nesta situação dúbia, incerta. Preciso procurar uma solução definitiva”.⁴⁵⁸ Para isso, dizia que iria ao Recife e solicitaria ao Bispo uma reunião entre os padres e o Vigário para buscar a resolução da situação. E apresentava as alternativas: “Se é o Vigário quem procede mal ficará isto provado e o Bispo o substituirá. Se são os padres, nós teremos de ver quem os substitua, de modo a permitir continuar as nossas obras com tranqüilidade e regularidade”.⁴⁵⁹ E sobre as repercussões do conflito em Camaragibe afirmava que “em Camaragibe mesmo a situação não é regular”.⁴⁶⁰

Correia de Brito chegou a sugerir que eles teriam sido usados pelos padres para se introduzirem em Pernambuco:

Se estes padres querem contar conosco e com a proteção do Sr. Bispo, é preciso que nós também possamos contar com eles. Se nós servimos apenas de ponte para lhes facilitar a entrada aqui e outras colocações, sem nenhuma consideração por nós, é preciso pôr um termo a esta situação, que vai se tornando intolerável.⁴⁶¹

Parece evidente, portanto, que as dificuldades de viabilização do projeto romanizador no Brasil, principalmente a diferença de mentalidade entre os padres europeus e brasileiros, repercutiram no bom andamento do projeto de organização cristã da CIPER.

De fato, as atas da Corporação de Camaragibe revelam que as dificuldades no relacionamento com os padres não se restringiu somente à Usina de Goiana. Um exemplo se encontra na sessão do dia 28 de junho de 1905, quando o conselheiro “Fernando Bezerra pediu para lhe ser mostrado o contrato do capelão da corporação, respondendo o Sr. presidente não haver e nem ser possível fazer não obstante os esforços para isto empregados”.⁴⁶² Fernando, então, queixou-se de que

⁴⁵⁷ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 27 de março de 1905 (Dossiê). **Op. Cit.** Grifo original.

⁴⁵⁸ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 27 de março de 1905 (Dossiê). **Op. Cit.**

⁴⁵⁹ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 27 de março de 1905 (Dossiê). **Op. Cit.**

⁴⁶⁰ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 27 de março de 1905 (Dossiê). **Op. Cit.**

⁴⁶¹ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 27 de março de 1905 (Dossiê). **Op. Cit.**

⁴⁶² Sessão de 28 de junho de 1905. **Op. Cit.**

os padres daqui se recusavam a celebrar casamentos e batizados, e muitas vezes até a fazerem confissões, e tratarem com grosseria com as pessoas que os procuram para tais fins, o que é aqui por todos conhecido o que pode muito bem dar lugar a alguma cena desagradável e que uma vez que a Corporação paga este serviço é para ser bem servida e não para se darem os casos que se deram ultimamente.⁴⁶³

Pierre prometeu, então, estudar a questão e pediu detalhes em particular. A resposta da reivindicação de Fernando Bezerra veio na sessão de 30 de agosto de 1905, com o parecer do bispo de que “era dever do padre celebrar os sacramentos sem especificar se pagos ou gratuitos”.⁴⁶⁴

Retornando à análise da correspondência entre os gerentes da CIPER, em outra carta, datada de 30 de março de 1906, Luís Correia de Brito escreveu a Pierre dizendo que continuava muito impressionado com a questão dos padres. Disse que, após muito ter meditado, tinha chegado à conclusão de que o Vigário constituía um embaraço para a continuação das obras de Goiana. Afirmou que iria lhe expor a situação em uma conversa franca.⁴⁶⁵ Nova carta, datada de 10 de abril de 1906, confirma a conversa, que contara também com a presença do Bispo, Dom Luís de Brito. Segundo Correia de Brito, o Bispo finalmente se dispôs a reunir os padres e o Vigário para acertar as coisas.⁴⁶⁶

A necessidade da intervenção do bispo era urgente, pois chegara a Goiana a notícia de que o padre Dehon ordenara a retirada dos padres do local. No entanto, o Bispo colocava em dúvida a informação do padre Ângelo sobre a ordem do padre Dehon da retirada dos seus missionários de Goiana. Porém, a paciência do diretor da CIPER parecia estar chegando ao limite:

Espero vencer as dificuldades garantindo a marcha regular de nossas obras. Se for possível chegar a este resultado com estes padres será melhor. Mas se continuar esta série de crises e irregularidades, interrupções (...), em que eles têm grande parte por sua desunião e indisciplina, trataremos de seguir sem eles, procurando quem os substitua de modo mais regular e mais constante (...) sem constantes perturbações em que não temos para quem apelar, porque o pseudo-superior, que aqui está, não tem autoridade sobre seus companheiros, não é por eles respeitado e nada resolve. Cada um destes padres faz o que entende, sem consideração de espécie alguma, sem atender os compromissos contraídos e sempre têm a tendência de desligar-se de nós, sem

⁴⁶³ Sessão de 28 de junho de 1905. *Op. Cit.*

⁴⁶⁴ Sessão de 30 de agosto de 1905. *Op. Cit.*

⁴⁶⁵ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 30 de março de 1906 (Dossiê). *Op. Cit.*

⁴⁶⁶ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 10 de abril de 1906 (Dossiê). *Op. Cit.*

levar absolutamente em conta tudo o que por eles temos feito. Não pretendo dar saltos no desconhecido, mas farei o possível para sair desta situação dúbia (...) em que vivemos a mais de 12 anos.⁴⁶⁷

Duras críticas, sem dúvida. Na carta, Correia de Brito também mencionou o contrato, cujo rascunho foi supracitado, porém, afirmou não ter grandes esperanças em relação a sua utilidade: “Não dou grande apreço ao tal contrato, de que o Padre Ângelo parece fazer tanta questão. Entre pessoas sérias e bem intencionadas não obriga mais a palavra escrita – de nossa parte temos sempre excedido as obrigações que aceitamos”.⁴⁶⁸ E acusava os padres de não terem interesse pelas obras.

Em relação à possibilidade de a Congregação continuar atuando apenas em Camaragibe, Correia de Brito invocou a concepção original de Menezes de unidade entre os planos industriais das fábricas da CIPER: “Como o Carlos Alberto, penso que a Diretoria da Companhia não pode separar a obra de Camaragibe da de Goiana – deve haver em ambas a mesma unidade de vistas e organização”.⁴⁶⁹ A reiteração da necessidade de manutenção da unidade entre as partes da companhia surgiu da impressão causada em Correia de Brito por uma carta de Collier, na qual este teria manifestado preocupação quanto aos desdobramentos da crise de Goiana sobre a organização religiosa de Camaragibe. Segundo Correia de Brito, a situação em Camaragibe também não era satisfatória, principalmente a posição do padre “que já não tem as simpatias do pessoal e agora se incompatibilizou com a direção superior das obras”.⁴⁷⁰ E desabafava de forma contundente:

Tudo isso é irregular, anárquico, desorganizado, e em todo o procedimento destes padres nota-se uma desconsideração para conosco, que excede todos os limites da tolerância. O padre Bernardo abandonara Goiana sem dizer-me uma palavra. O Superior só me diz alguma coisa depois de provocado por mim. Agora o padre Ângelo deixa Camaragibe sem nada dizer e só comunica ao Ilm. Bispo porque todos eles precisam da boa vontade do Bispo para viver na diocese. Há muito penso que a ideia fixa destes padres é nos abandonar para viverem independentes sem espírito de união, nem a Congregação, arranjando a vida como Vigários e Capelães ambos. Se assim é, porque havemos de fazer questão de conservá-los para viver sempre em luta, sempre inquietos sem confiança em uma direção permanente na parte religiosa de nossas obras, o que

⁴⁶⁷ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 10 de abril de 1906 (Dossiê). *Op. Cit.*

⁴⁶⁸ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 10 de abril de 1906 (Dossiê). *Op. Cit.*

⁴⁶⁹ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 10 de abril de 1906 (Dossiê). *Op. Cit.*

⁴⁷⁰ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 10 de abril de 1906 (Dossiê). *Op. Cit.*

foi a única razão que levou o Carlos Alberto a buscar uma Congregação?⁴⁷¹

Contudo, a crise se arrastou por mais dois anos. Assim como fora previsto por Correia de Brito, a assinatura do contrato, ainda em 1906, não solucionou os atritos entre a Companhia e os padres dehonianos. Em carta datada de 24 de janeiro de 1908, Luís Correia de Brito escreveu a Pierre Collier relatando praticamente as mesmas dificuldades de dois anos antes: que precisava encontrar uma solução definitiva para a Capelania de Goiana; que os padres estavam em retiro e a Capelania estava ocupada por um capelão provisório. Contudo, o Bispo tinha lhe informado que não poderia mais conceder capelães provisórios por causa insegurança que representava para o padre sujeito a tal condição; e queixava-se de que o Padre Dehon ainda não havia lhe respondido: “O Padre Dehon até hoje nada me respondeu apesar de já lhe ter escrito por duas vezes – Na primeira carta que me escreveu disse-me que esperava o Luís (o padre) para com ele resolver. O Luís já está na Europa há muitos meses e nenhuma solução tive até hoje”.⁴⁷² E afirmava já não mais contar com a Congregação do Sagrado Coração, em Goiana: “Estou convencido que a Congregação quer abandonar definitivamente a obra de Goiana e penso não dever sacrificar tudo a esta má vontade, que é patente – O Padre Luís é o único que tem provado interesse e dedicação por nossas obras, que só abandonou após os fortes (desgastes) doente...”.⁴⁷³

Segundo Correia de Brito, na única carta que o Padre Dehon lhe respondera, o líder da congregação afirmava “não pode obrigar seus padres a aceitar qualquer missão que lhes (repassa), e que todos têm medo de Goiana, em consequência das mortes que aqui se deram”.⁴⁷⁴ É possível, portanto, que além das razões que provocaram o início da crise, dois anos antes, houvesse o acréscimo do medo das mortes provocadas pelas doenças típicas da região.

Por sua vez, Correia de Brito anunciava ter desistido da Congregação do Sagrado Coração e que preferia a efetivação do capelão que, há oito meses, servia em Goiana, inclusive, pediu ao padre que comunicasse ao Bispo que não contava mais com o Padre Dehon. Com relação à Capelania de Camaragibe, Correia de

⁴⁷¹ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 10 de abril de 1906 (Dossiê). *Op. Cit.*

⁴⁷² Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 24 de janeiro de 1908 (Dossiê). *Op. Cit.*

⁴⁷³ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 24 de janeiro de 1908 (Dossiê). *Op. Cit.*

⁴⁷⁴ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 24 de janeiro de 1908 (Dossiê). *Op. Cit.*

Brito acenava com a possibilidade da permanência dos padres na direção das obras, embora salientasse a instabilidade da situação:

Resta agora a questão da Capelania de Camaragibe. Para não aumentar as dificuldades do momento e como estão todos aí satisfeitos com o padre Bernardo poderemos manter a coisa como está enquanto o padre Bernardo quiser permanecer, o que não confio que seja por muito tempo. Consta-me que ele vai para a Europa em abril ou maio – quem sabe se voltará?

Em todo caso se por moléstia ou por qualquer outro motivo o padre Bernardo se retirar, Camaragibe ficará na mesma situação de Goiana, indefinidamente à espera que o padre Dehon resolva sobre a substituição.

Tem sido longa e amarga a experiência que temos tido com esta Congregação – Muito sofreu o Carlos Alberto e eu mesmo tenho tido fortes dissabores por causa destes padres. É evidente que a Congregação não tem a disciplina necessária para garantir a estabilidade e continuidade dos serviços de que se encarrega (...) desaparece a única razão que levou Carlos Alberto a recorrer a uma Congregação estrangeira.

Contando com toda a boa vontade o Bispo, que me garante sempre que as nossas obras não serão prejudicadas por falta de padres, melhor é que comecemos a contar com os nossos padres, sobretudo com os moços, ordenados por Dom Luiz, que começarão a se dedicar a estas obras sociais, de que o clero entre nós terá vivido sempre agastado.⁴⁷⁵

Confirmada a decisão, Correia de Brito escreveu dizendo-se aliviado, uma vez que “a questão da Capelania era para mim uma grande preocupação. Creio que Deus nos guiou à melhor solução e espero ter terminado as lutas e incertezas em que temos vivido”.⁴⁷⁶

Contudo, em Camaragibe, outra crise ameaçava eclodir, mas agora com a Congregação dos Irmãos Maristas:

Respondo a sua carta de 17 do corrente (devolvo) a carta do Irmão Damien, na qual pouco sinceramente ele esquece todas as modificações e concessões que têm sido feitas após o acordo com o Carlos Alberto.⁴⁷⁷

Espero que não se deva satisfazer a esta nova exigência, que acarretará outras e nos deixará sempre nesta situação desagradável de estar cada ano sujeito a estas reclamações. Já lhe demos mobília, admitimos mais um irmão, construímos casa nova – agora querem aumento de ordenado. Amanhã exigem mais um Irmão.

⁴⁷⁵ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 24 de janeiro de 1908 (Dossiê). **Op. Cit.**

⁴⁷⁶ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 28 de fevereiro de 1908 (Dossiê). **Op.**

Cit.

⁴⁷⁷ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 20 de março de 1908 (Dossiê). **Op. Cit.**

É preciso dizer-lhes que consideramos a situação atual como definitiva e que não podemos alterá-la, não só por não ser razoável, como porque os recursos da Corporação não o permitem.

Há muito penso que com estes Irmãos teremos desagrado igual ao que nos deram os padres e não confio que eles aí permaneçam. Acho-os muito alheios e indiferentes a tudo, sem interesse pelas obras, limitados a sua escola, não tendo as simpatias do pessoal, principalmente porque não sabem ganhá-las.

Precisamos ir pensando desde já nos meios de resolver as dificuldades que nos podem vir deste lado.⁴⁷⁸

Não dispusemos de fontes que possibilitassem o acompanhamento do novo foco de conflito. No entanto, a página oficial dos Maristas parece indicar que, em 1910, eles já não mais se encontravam na fábrica de Camaragibe.

Fica evidente que o convívio entre os especialistas religiosos e os chefes da CIPER estava longe de constituir relações harmoniosas. As dificuldades de adaptação dos religiosos ao novo país e os constantes atritos, tanto com o clero local quanto com o laicato, evidenciam que a reforma da Igreja não se efetuou sem que precisassem ser superados obstáculos e atritos. O mesmo raciocínio é válido para a obra da organização cristã do trabalho.

3.4.2 Mudança na gerência: crise na Corporação Operária?

A leitura das Atas do Conselho Central de Camaragibe sugere que uma fase de conflitos, envolvendo os membros da Corporação Operária, teve início imediatamente após a morte de Carlos Alberto de Menezes. As reuniões do ano de 1905 foram marcadas por brigas, acusações e insatisfações em relação a assuntos diversos. Tal período de turbulência teria durado aproximadamente um ano, embora provavelmente tenha deixado sequelas nas relações entre os conselheiros e na condução da associação.

O primeiro indício de instabilidade surgiu na sessão ordinária de 28 de dezembro de 1904, portanto, pouco mais de um mês após a morte de Menezes. Foram apresentadas para a apreciação do Conselho Central duas petições de conselheiros: a primeira, encaminhada pelo Comissário de Polícia, Sabino Amorim, solicitou sua eliminação tanto da condição de membro do Conselho quanto da função que exercia de Comissário de Polícia. A outra, era uma petição conjunta dos

⁴⁷⁸ Carta de Luís Correia de Brito a Pierre Collier, datada de 20 de março de 1908 (Dossiê). *Op. Cit.*

conselheiros Ignácio do Rego e José Rodrigues solicitando “a retirada do Sr. Sabino Amorim do Conselho e da Polícia e uma reparação pública por difamação”.⁴⁷⁹

O motivo da briga, a suposta difamação, não foi revelado na discussão. Porém, ela ensejou os seguintes encaminhamentos por parte do presidente da Corporação:

Primeira - concedo a eliminação pedida; Segunda – prejudicada na primeira parte, visto o acusado se haver antecipado; e enquanto a segunda parte, dirigir Sabino aos queixosos uma satisfação por escrito, de cuja redação foi encarregado Francisco Pedro, que se recusou a votar nesta questão.⁴⁸⁰

Vale salientar que, naquela mesma sessão, os recém-instalados Irmãos Maristas fizeram uma série de exigências para permanecer na fábrica, dentre as quais aumento de ordenado.

Na primeira sessão do ano de 1905 foram anunciadas a saída de vários conselheiros do Conselho Corporativo: José Rodrigues se desligou do cargo de Comissário da seção de Edilidade e Higiene, sendo aprovada a indicação de Lino Augusto em seu lugar. No Conselho Profissional Feminino, as conselheiras Ana dos Santos e Anunciada Costa foram substituídas por Amélia Celestina e Maria Luíza, embora Ananias de Almeida tenha objetado que essas nomeações eram atribuições do Conselho Pleno. No Conselho Corporativo, além de Sabino Amorim, saiu também o conselheiro Joaquim Falcão, sendo nomeados, por Collier, Álvaro de Salles e Ludgero Peres. Os motivos dos desligamentos ou destituições não foram apresentados.⁴⁸¹

Como vimos acima, na mesma sessão Ananias denunciou o mau comportamento dos membros do serviço policial que cobriam uma cota abusiva com relação ao uso de ceroulas. Todavia, o assunto mais delicado foi levantado pelo conselheiro Francisco Pedro, que criticou a prática da acumulação de cargos por membros do Conselho. O que nos parece mais significativo foi que, dentre os beneficiários da alegada irregularidade estivesse o próprio gerente e presidente da Corporação Operária de Camaragibe – Pierre Collier:

Tratando da acumulação de cargos, levantou a questão da incompatibilidade dos cargos de presidente e caixa da corporação ocupados pela mesma pessoa, bem como a de vice-presidente da

⁴⁷⁹ Sessão de 28 de dezembro de 1904. *Op. Cit.*

⁴⁸⁰ Sessão de 28 de dezembro de 1904. *Op. Cit.*

⁴⁸¹ Sessão de 25 de janeiro de 1905. *Op. Cit.*

Corporação e presidente da Cooperativa. Posto em discussão foram diferentes as opiniões, apresentando o Sr. presidente um exemplo dado na Ferro Carril onde o Dr. Carlos foi por muito tempo gerente e tesoureiro, dizendo mais que, conquanto não veja nisto inconveniência, está preparado para entregar o cargo de tesoureiro e acha necessário *reformat os Estatutos em certas partes que não acha regulares*.⁴⁸²

Parece evidente que o conselheiro Francisco Pedro fundamentou sua crítica nos Estatutos da Corporação, pois a própria resposta de Collier, invocando a necessidade de *reformat os Estatutos em certas partes que não acha regulares*, sugere ter sido o argumento retirado do próprio documento. O vice-presidente da Corporação, conselheiro Manoel Magalhães, ainda opinou que o cargo de presidente e tesoureiro estivessem compatíveis, ao contrário dos cargos que acumulava de vice-presidente da Corporação e presidente da Cooperativa. Porém, o assunto terminou sem uma decisão, prometendo-se seu “estudo com vagar”.⁴⁸³ As críticas surtiram efeito apenas parcialmente, pois embora Collier tenha entregado o cargo de tesoureiro da Corporação, e Manoel Magalhães o de presidente da Cooperativa, outros conselheiros, como Ananias de Almeida, passaram a acumular mais de uma comissão.

Na sessão seguinte, esse mesmo comissário lançou a proposta para a escolha do novo tesoureiro da corporação no próximo conselho pleno. Além disso, houve uma mudança na indicação dos substitutos para as vagas dos conselheiros que saíram: Fernando Bezerra assumiu no lugar de Álvaro Salles, por ter sido o segundo em número de votos na eleição.⁴⁸⁴

Apesar de nomeado tesoureiro da Cooperativa, acumulando também o cargo de comissário das escolas, Ananias de Almeida enfrentou, rapidamente, problemas no novo cargo; tais problemas levaram-no a pedir demissão, na sessão do dia 26 de abril de 1905. No entanto, o pedido foi recusado, embora, segundo informação da ata, “tenha apresentado poderosas razões”.⁴⁸⁵

Um novo enfrentamento ocorreu na sessão de 31 de maio de 1905, envolvendo, mais uma, vez Magalhães e Ananias, o que sugere uma possível disputa, entre os dois, por maior espaço na Corporação. O motivo foi uma acusação de Magalhães acerca do custo abusivo com o enterro de uma operária de nome

⁴⁸² Sessão de 25 de janeiro de 1905. *Op. Cit.* Grifo nosso.

⁴⁸³ Sessão de 25 de janeiro de 1905. *Op. Cit.*

⁴⁸⁴ Sessão de 22 de fevereiro de 1905. *Op. Cit.*

⁴⁸⁵ Sessão de 26 de abril de 1905. *Op. Cit.*

Isabel, que teria ultrapassado, em muito, o valor determinado pelo regulamento. As explicações de Ananias não satisfizeram Magalhães, que insistiu nas acusações:

O Sr. Magalhães pediu informações sobre o enterro de Isabel de (...), com a qual se gastara mais do que o determinado pelo regulamento. O Sr. Ananias apresentou as razões que o autorizaram a assim proceder, as quais não satisfizeram ao interpelante, que insistiu na acusação travando-se discussão entre ambos a qual pôs termo o Sr. presidente dizendo que achava justo o que se havia feito, visto como se tratava de um caso excepcional, que não valia a pena continuar a discutir, pelo que ficava adiada a discussão, até que cada um estudasse a questão convenientemente.⁴⁸⁶

Magalhães aproveitou para também se queixar da qualidade do ensino ministrado nas escolas da Corporação, das quais, como sabemos, Ananias era comissário, e reclamou do pedido de um novo instrumento musical, apresentado pelos Irmãos Maristas: “O Sr. Magalhães e Lino disseram ser preferível a estas despesas extraordinárias o aumento dos socorros aos operários necessitados, para os quais se tiram freqüentes subscrições”.⁴⁸⁷

Ainda na mesma tensa sessão, o conselheiro Lino Augusto combateu a política de acumulação de capital praticada pela Corporação, apesar de na parte a ela dedicada termos sugerido a possibilidade de ser uma crítica contrária à prática comum de aquisição de ações de empresas, particularmente da própria CIPER. Lino desconfiava que a acumulação se tornaria um pretexto para a Companhia se isentar das suas obrigações para com os operários: “O Sr. Lino combatendo a acumulação do capital da Corporação disse entre as coisas que isto traria como conseqüência a Companhia retirar essa contribuição, o que foi contestado pelo Dr. Presidente que demonstrou as vantagens do fundo de reserva e justificou as boas intenções da Companhia”.⁴⁸⁸

Após ter lembrado o pedido de mapas geográficos para as escolas femininas, Ananias teria renovado o pedido de demissão do cargo de tesoureiro, no que foi unanimemente rejeitado; porém, não teria mais o direito de portar as chaves do cofre da Corporação, o que, sem dúvidas, levanta suspeitas sobre possíveis acusações de desfalques no caixa da associação.

Na sessão seguinte, em 28 de junho de 1905, Ananias negou ter renovado o pedido de demissão do cargo, como ficara registrado em ata. Sua situação, porém,

⁴⁸⁶ Sessão de 31 de maio de 1905. *Op. Cit.*

⁴⁸⁷ Sessão de 31 de maio de 1905. *Op. Cit.*

⁴⁸⁸ Sessão de 31 de maio de 1905. *Op. Cit.*

continuava delicada, pois não apresentou o balanço de contas do mês de abril, recebendo a intimação de Collier para que o apresentasse. Mas, apesar de ter sofrido esse constrangimento, acabou recebendo, de volta, as chaves do cofre.⁴⁸⁹

Paralelamente, incomodava aos conselheiros o problema do déficit da Corporação Operária, que era provocado principalmente pelos gastos da Sociedade de Socorro Mútuo e pela inadimplência dos associados. De acordo com Collier, somente a reforma dos Estatutos poderia solucionar a questão.

Um ano depois, o déficit foi o principal tema da sessão plena de 25 de abril de 1906, na qual provocou acalorada discussão. Collier anunciou, primeiramente, algumas operações que foram executadas visando a sua diminuição, como a venda de ações da Ferro Carril compradas a 150:000 e vendidas, pelo Dr. Machado, a 270, “sendo o produto empregado em ações da CIPER. Assim como, a importância das multas impostas aos operários reverterá em benefício da Corporação”. Também comunicou a resolução de reduzir o bônus cooperativo a 7%; todavia, após uma instância de “Lino e outros membros do Conselho, elevara a 8%, não podendo chegar a 10%, como desejavam, em virtude da deficiência dos lucros da cooperativa”.⁴⁹⁰

No entanto, a tensão se instalou quando Collier passou a explicar os motivos da diminuição dos lucros da Cooperativa. O presidente argumentou que a origem principal residia no fato de a loja ter vendido diversos artigos por preços menores que os praticados no Recife; sofreu, então, dura contestação de diversos membros do Conselho Corporativo:

O Sr. presidente passou a explicar a diminuição dos lucros desta seção, dando como origem principal, a loja ter vendido diversos artigos por menos do que no Recife, com o que não concordaram diversos membros, que levantaram sérias acusações a cooperativa, notadamente Lino Augusto, que disse haverem pesos falsificados, que ultimamente foram cheios de chumbo pelo afixador. O Sr. presidente prometeu a verdade desta acusação.

Lino protestou contra a verba destinada a auxílios, que acha insuficiente, e que dará lugar a que alguns necessitados sejam sacrificados como tem acontecido. Levantaram-se ainda algumas acusações, tanto ao serviço da associação como ao serviço médico”.

O pessoal do Socorro Mútuo alegou seguir os estatutos.

Ignácio do Rego propôs a leitura do regulamento na parte referente às indenizações, desistindo da proposta, por lhe ter sido explicado claramente pelo Dr. Presidente, o ponto em questão.

⁴⁸⁹ Sessão de 28 de junho de 1905. *Op. Cit.*

⁴⁹⁰ Sessão de 26 de abril de 1906. *Op. Cit.*

Ananias renovou a sua acusação aos comissários que abandonaram as sessões, dizendo Serra ter deixado em vista do presidente haver exigido petição escrita, da pessoa necessitada do auxílio, como que desconfiando dos comissários, respondendo este tratar-se de uma medida justa e reclamada pela regularidade do serviço.⁴⁹¹

Consideramos estar evidente que, pelo menos durante um período de sua existência, a Corporação Operária de Camaragibe apresentou uma crise, devida a diversas razões, como o déficit em suas contas, o conflito flagrante entre seus membros, a desconfiança com relação a operações e procedimentos dos comissários e da própria Companhia.

Como vimos acima, nem mesmo o gerente, Pierre Collier, estava imune a eventuais conflitos e contestações a sua autoridade. Isto ficou evidente, por exemplo, na sessão de 29 de agosto de 1908, quando, após o comissário do Socorro Mútuo não ter apresentado os balanços referentes ao mês anterior e ter sido admoestado por Collier, que lembrou ser aquela uma das suas atribuições como presidente da associação, foi registrado em ata que travou-se

uma prolongada discussão entre os Srs. Presidentes, negando o do Socorro Mútuo esta obrigação, apresentando-a por simples delicadeza. Opinando os outros pelo dever da apresentação e assinado pelo tesoureiro, a fim de evitar a reprodução de fatos desagradáveis e prejudiciais.⁴⁹²

Entretanto, apesar do caso citado acima, a análise das atas sugere a gradativa diminuição dos conflitos a partir do segundo semestre de 1906, embora tensões e divergências pudessem, evidentemente, acontecer. As razões que possibilitaram a diminuição das tensões somente podem ser conjeturadas. Uma hipótese que consideramos plausível é o fortalecimento da autoridade de Collier no comando da fábrica, o que pode ser comprovado pelo crescimento de sua importância na condução da Ação Social Católica, em Pernambuco. Em uma fábrica nos moldes de Camaragibe, em que o Apostolado dos Patrões enfatizava a representação de “segunda paternidade” dos chefes, a confiança depositada no gerente e presidente da Corporação, bem como o respeito pela sua autoridade, eram necessárias para a viabilização do projeto.

Contudo, consideramos que o mais melindroso problema enfrentado pelos membros da corporação tenha sido o desfalque aplicado no caixa da corporação

⁴⁹¹ Sessão de 26 de abril de 1906. *Op. Cit.*

⁴⁹² Sessão de 29 de agosto de 1908. *Op. Cit.*

pelo seu tesoureiro, Ananias de Almeida. A gravidade do assunto provocou a convocação de uma sessão extraordinária, no dia 3 de março de 1908, como indica a ata correspondente:

Assunto especial da sessão: Verificando-se um desfalque de 4:681, 720 no caixa da Corporação, sendo o respectivo tesoureiro Ananias de Almeida o único responsável como ficou averiguado pela sua própria confissão e exames procedidos na escrituração a seu cargo, foi por isto substituído nos cargos que ocupava, de caixa da Corporação, presidente da Sociedade de Socorro Mútuo, comissário das escolas infantil e sexo feminino.

O mesmo Sr. entregou para ser resgatado e o produto entrado na caixa, a importância de 16 ações da cooperativa, uma da CIPER e o saldo de seu patrimônio particular, ficando responsável pela diferença que ainda falta contra o caixa, do que assinou o respectivo termo.

O Sr. Manuel Thomaz, tesoureiro da S. M., renunciou o dito cargo, não obstante ficar comprovada a sua não cumplicidade na questão do desfalque, e continuará na diretoria como comissário.⁴⁹³

Aquele, entretanto, não foi o único desfalque. Na sessão de 27 de maio de 1908, Collier comunicou aos demais membros do Conselho “ter achado outro desfalque de 1:000;000, devido a quantias recebidas e não lançadas devidamente”.⁴⁹⁴

3.5 A reforma dos Estatutos

Como vimos, em algumas ocasiões os chefes da Fábrica de Tecidos de Camaragibe manifestaram seu desejo da aprovação de uma Lei dos Sindicatos no Brasil, porque consideravam necessárias certas modificações nos Estatutos da Corporação Operária para torná-la mais eficiente. Um exemplo ilustrativo se encontra na sessão de 26 de julho de 1905, em que Collier comunica o recebimento de uma carta de Ignácio Tosta sobre o projeto dos sindicatos profissionais e que, após sua aprovação, haveria “a necessidade da reforma dos Estatutos”.⁴⁹⁵ Ainda segundo o presidente, “só aí seria solucionado o problema dos devedores da Cooperativa”.⁴⁹⁶

O projeto de lei, em análise no Congresso Nacional, contou com a colaboração ativa de Carlos Alberto de Menezes, que chegou a enviar um estudo

⁴⁹³ Sessão extraordinária de 3 de março de 1908. *Op. Cit.*

⁴⁹⁴ Sessão de 27 de maio de 1908. *Op. Cit.*

⁴⁹⁵ Sessão de 26 de julho de 1905. *Op. Cit.*

⁴⁹⁶ Sessão de 26 de julho de 1905. *Op. Cit.*

sobre as legislações sindicais, em vigor em outros países, para o deputado Ignácio Tosta, que dele se serviu para a elaboração do projeto. Após vários anos de tramitação, finalmente a lei foi aprovada no ano de 1907.

Após sua aprovação, os conselheiros da Corporação se reuniram em sessão plena para a leitura, discussão e aprovação do projeto da Reforma dos Estatutos. Foram necessárias três reuniões extraordinárias, convocadas nos dias 11 e 25 de maio, e 08 de junho de 1908. O presidente dividiu a discussão por blocos de artigos, visando a facilitar sua compreensão. Vejamos alguns momentos daquelas discussões:

Artigos 1º ao 14º: nesse grupo, o conselheiro Francisco Gomes “falou sobre as indenizações de que trata o artigo 4ª respondendo o Sr. Presidente não permitirem ainda os recursos da Corporação pô-las em prática”. Aprovado.

15º ao 19º: aprovado sem observações.

20º ao 34º: o conselheiro Álvaro pediu explicações sobre o artigo referente à eleição, que aumentava o número de conselheiros eleitos, de dez para catorze, e diminuía o número dos nomeados para seis. Uma modificação que não foi aprovada foi o direito de voto dos membros da cooperativa nas sessões plenas da Corporação, pois esses seriam escolhidos, a partir de então, em eleições independentes da Corporação.

35º ao 41º: aprovado sem observação

42º: o conselheiro Álvaro achou insuficiente dez semanas de prazo para os descontos dos empréstimos, explicando o presidente que esse tempo apenas constituía uma base, “pois na maioria dos casos não se pode pôr em prática, foi como os demais aprovados”.⁴⁹⁷

A discussão passou para os artigos referentes ao Socorro Mútuo:

Artigos 1º e 2º: aprovados, depois de uma ligeira discussão em relação a algumas dúvidas levantadas, como, por exemplo, a apresentada por Álvaro que perguntou sobre a situação dos “sem família que sendo membros da Corporação, são recolhidos ao hospital, onde de ordinário não tem o devido tratamento. E que os auxílios deviam ser de acordo com os ordenados”. Collier disse “importarem estes casos em despesas superiores as posses atuais; e resolvida de ocasiões e de acordo com as circunstâncias, dariam necessariamente melhor resultado”.⁴⁹⁸

⁴⁹⁷ Sessão extraordinária de 11 de maio de 1908. *Op. Cit.*

⁴⁹⁸ Sessão extraordinária de 11 de maio de 1908. *Op. Cit.*

3º ao 18º: aprovados sem observação.

19º: foi alterado na parte referente aos auxílios a enterros que foram elevados a 15 mil reis indistintamente.

20º ao 23º: aprovados sem observação.

A discussão passou para a Cooperativa que, segundo registrou o secretário, em ata, “interessavam mais de perto, por tratar-se da parte que fala aos bolsos”.⁴⁹⁹ A Cooperativa teria total independência da Corporação e seus Estatutos deviam ser submetidos a uma “Assembléia Geral dos Acionistas, únicos competentes para deliberar sobre eles”.⁵⁰⁰

A segunda rodada era uma espécie de ratificação da primeira, sendo apenas levantada uma questão pelo conselheiro Severino dos Santos, que observou considerar insuficiente a idade de 12 anos para os meninos entrarem na fábrica, o que ensejou a seguinte explicação: “o Sr. Presidente, porém, explicou a razão disto, mostrando nada haver de inconveniente ou prejudicial, física ou moralmente, e botando então o projeto em discussão, foi tal qual estava votado unanimemente pela segunda vez”.⁵⁰¹

Após “largas e substanciais considerações sobre a parte financeira da cooperativa, mormente com relação ao capital social”,⁵⁰² feitas pelo presidente e a leitura “de uma carta dos operários da fábrica de Léon Harmel, felicitando a Corporação, fazendo votos pelos seus progressos, e pedindo informações sobre a lei dos sindicatos profissionais, no que vão ser satisfeitos”,⁵⁰³ a sessão foi encerrada.

Na terceira e última rodada, datada de 08 de junho, apenas “o Sr. José Ricardo propôs e foi aceita uma emenda ao parágrafo 1º do artigo 8º, com relação a pessoas ocupadas em serviços domésticos, que a concessão deve limitar-se a pessoas absolutamente necessárias ao serviço da casa”.⁵⁰⁴

Ficou acertado que a aprovação da reforma dos estatutos devia ser submetida a uma Assembleia Geral dos membros votantes e marcada para o domingo. Na mesma ocasião também aconteceria a eleição da nova diretoria para o biênio 1908-1910, “devendo os Srs. eleitores que terão lugares reservados, serem convidados oficialmente e de per si não obstante os avisos que afixados nos lugares

⁴⁹⁹ Sessão extraordinária de 11 de maio de 1908. *Op. Cit.*

⁵⁰⁰ Sessão extraordinária de 11 de maio de 1908. *Op. Cit.*

⁵⁰¹ Sessão extraordinária de 25 de maio de 1908. *Op. Cit.*

⁵⁰² Sessão extraordinária de 25 de maio de 1908. *Op. Cit.*

⁵⁰³ Sessão extraordinária de 25 de maio de 1908. *Op. Cit.*

⁵⁰⁴ Sessão extraordinária de 08 de junho de 1908. *Op. Cit.*

de costume, os ingressos porém serão facultativos".⁵⁰⁵ Procedida a eleição, a nova diretoria tomou posse no dia 13 de julho de 1908.⁵⁰⁶

No entanto, sem maiores explicações nas atas, uma reunião extraordinária foi convocada, no dia 28 de novembro, para tratar da substituição de membros do Conselho que, alegando motivos particulares, pediram afastamento, entre eles, o veterano Francisco Pedro. Portanto, as dificuldades da Corporação parecem ter continuado.⁵⁰⁷

⁵⁰⁵ Sessão extraordinária de 08 de junho de 1908. *Op. Cit.*

⁵⁰⁶ Sessão de 08 de julho de 1908. *Op. Cit.*

⁵⁰⁷ Sessão de 28 de novembro de 1908. *Op. Cit.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos acima, a parte do plano industrial em curso na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, baseada na organização cristã do trabalho, referente aos benefícios materiais e espirituais que deviam ser concedidos aos operários passou a ser incumbência da Corporação Operária de Camaragibe, a partir da sua fundação, em 1900. Essa associação de caráter misto teria o objetivo de constituir, simultaneamente, um órgão representativo dos patrões e operários da fábrica.

A adoção, na fábrica, desse modelo de gestão industrial pode ser atribuída, em grande parte, ao engajamento do seu primeiro gerente, o industrial católico Carlos Alberto de Menezes, que se inspirou na solução religiosa apresentada pela Igreja Católica na encíclica *Rerum Novarum*, na experiência da Corporação Cristã do Val de Bois e na espiritualidade vicentina, da qual era adepto, para a concepção do seu projeto de moralização dos operários.

A moralização dos operários constituía parte inseparável do plano industrial da fábrica de Camaragibe, pois o objetivo era a formação de um operário dócil, produtivo e imune ao “vírus do socialismo”. Mas essa formação moral dependia da aplicação do “remédio religioso”, considerado o único eficaz para as classes baixas. Para isso, o Apostolado dos Patrões seria indispensável para a salvação dos seus operários, pois a sua condição de chefes de indústria corresponderia a uma “segunda paternidade”.

No entanto, a viabilização de tal plano industrial dependia da colaboração permanente do especialista religioso, o padre. Congregações de origem europeia foram contratadas para assumir a direção dos serviços religiosos e das escolas da fábrica, em um contexto de reorganização da Igreja Católica brasileira, que ficou conhecido como Romanização, no qual a instituição procurou se apresentar como a religião da moderna elite brasileira e fiel colaboradora do seu projeto de disciplinamento social de uma população considerada ignorante e incivilizada. A Corporação Operária de Camaragibe representava, então, uma tentativa de adequação dos operários ao modelo disciplinador-religioso nascido dessa convergência de projetos.

Todavia, a análise das Atas da Corporação Operária sugeriu a identificação de uma situação ambígua: se por um lado a associação constituiu, sem dúvida, um instrumento disciplinador – utilizado pelos patrões em seu interesse, com grande

concentração do poder decisório em suas mãos – e inibidor de iniciativas reivindicatórias mais radicais, por outro lado, ficou também evidente que, pelo menos em relação ao período estudado, a Corporação Operária não chegou a constituir, em nenhum momento, um mero órgão ratificador das posições e interesses dos chefes. Mesmo porque, vale salientar, na concepção da organização de trabalho cristão o sofrimento e a miséria do operário deviam ser eliminados, tanto por um dever de caridade cristã quanto pelo risco da sua revolta.

Portanto, não concordamos com a adoção de representações reducionistas em relação à experiência da Fábrica de Camaragibe: a perspectiva idílica de uma associação mista, na qual os patrões e operários estivessem igualmente representados no mesmo patamar de direitos e deveres, contraria o próprio princípio da “desigualdade como elemento natural e positivo” das sociedades humanas, sustentado pela Igreja Católica.

Em contraposição a essa representação verificamos que o poder decisório dos patrões, na Corporação, beneficiava-se com a acumulação da sua presidência e vice-presidência, além da prerrogativa da nomeação de dez membros do Conselho Corporativo e livre distribuição dos cargos das comissões do Conselho Central, que constituía o centro de comando da Corporação. Além disso, constatamos que a Corporação Operária também atuou como instrumento de legitimação, por parte dos patrões, da aplicação de medidas de caráter autoritário impostas aos operários, como foram exemplos expressivos os casos do combate à varíola e ao analfabetismo na fábrica, que contaram com a aprovação dos membros do Conselho. Vale salientar que consideramos essas limitações também decorrentes da concepção paternalista que orientou a criação e o desenvolvimento da Corporação, embora se apresentasse um discurso no qual a conquista de uma progressiva autonomia era posta como uma das finalidades da associação.

Concomitantemente, entendemos que a adoção de uma representação da Corporação que a reduzisse a um mero instrumento de manipulação dos operários, pelos patrões, também não encontraria respaldo nas fontes. De acordo com os padrões de higiene e salubridade considerados adequados para aquele período, a Fábrica de Tecidos de Camaragibe apresentava uma situação satisfatória, como atestou a visita da Comissão do Congresso Médico de Pernambuco, em 1909. Além disso, garantia aos operários o atendimento de serviços permanentes e importantes como escolas, visitas médicas, remédios e previdência. Embora pudessem

apresentar falhas em sua execução, tais serviços eram inexistentes na maioria das fábricas de Pernambuco. Uma prova disso, era a procura, por parte de pessoas estranhas à fábrica, do atendimento desses serviços e, até mesmo, tentativas de burlar as regras estabelecidas para usufruir do seu acesso.

Além disso, no interior da Corporação Operária, observamos que os representantes dos operários procuraram explorar as possibilidades de reivindicação e apresentaram, às vezes de forma frontal e corajosa, suas opiniões e críticas quanto aos assuntos em discussão nas reuniões dos Conselhos. As atas também revelam que aqueles conselheiros debateram, disputaram cargos, brigaram, trocaram acusações, pediram desligamento da Corporação e, até mesmo, cometeram delitos, comprovando que a Corporação Operária ficou longe de constituir um espaço monolítico. Afinal, era com as suas contribuições que se pagavam as despesas referentes aos serviços da fábrica, dos quais eles e suas famílias se beneficiavam. Vale salientar, também, a prática da publicação de todas as informações referentes aos assuntos da associação, inclusive os valores pertinentes ao patrimônio corporativo de cada um dos associados.

Por sua vez, o respaldo da Corporação não era uma garantia da aceitação imediata e passiva das medidas aprovadas pelos simples operários. Em determinadas circunstâncias, como nos casos acima mencionados, esses operários quebraram normas, mostrando que não ficavam/estavam dispostos a se enquadrar completamente ao programa disciplinador-religioso da fábrica, pois, assim como afirmou Levi, “na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação das regras ou de interpretação das regras, de negociação”.⁵⁰⁸

Infelizmente, a documentação disponível não permitiu a abordagem de algumas questões que julgávamos relevantes, como, por exemplo, a provável censura às manifestações culturais e religiosas de origem indígena e africana entre os operários da fábrica. Os religiosos europeus, agentes da romanização em curso no Brasil, que tinha como uma de suas atribuições o combate a essas influências no catolicismo praticado no país, devem ter se deparado com elas, em uma população de maioria negra e mestiça, como indicam as fotografias dos arquivos da fábrica.

⁵⁰⁸ LEVI, 2005. *Op. Cit.* p. 179-180.

Encontramos informações sobre a existência da Corporação Operária de Camaragibe pelo menos até o ano de 1948; por sua vez, a Fábrica de Tecidos de Camaragibe funcionou até 2001, apesar de ter mudado de proprietários. A análise das repercussões da Reforma dos Estatutos na organização e funcionamento da associação depende da localização de fontes de pesquisa que continuem a revelar a história daquela significativa experiência histórica.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Acervo da Fundação Joaquim Nabuco:

Coleção Fábrica de Camaragibe

Série Documentos Pessoais:

Correspondência Expedida 1896/1923.

Correspondência Recebida 1903/1956.

Correspondência de Terceiros 1888/1983.

Contrato entre a CIPER e a Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus.

Série Miscelânea

Atas Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo) – 1904/1906. Pasta 03.

Atas Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo) – 1910/1915. Pasta 04.

Companhia Industrial Pernambucana (dossiê) – 1896/1908. Pasta 06.

Doação de terreno para cemitério; Acordo. CIPER 1906. Pasta 13.

Inventário para a casa dos padres. Corporação Operária de Camaragibe 1908. Pasta 14.

Programa da Festa Patronal. Corporação Operária de Camaragibe – 1904. Pasta 17.

Programa da Festa do Sagrado Coração de Jesus - Tríduo. Pasta 17.

Programas para o ensino do 1ª e 2ª grau. Corporação Operária de Camaragibe – 1906. Pasta 17.

Rascunho do acordo entre a CIPER e a Congregação do Sagrado Coração redigido pelo Bispo Dom Luiz Raimundo de Brito, 1906. Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Miscelânea, Pasta 06. Companhia Industrial de Pernambuco Acervo Fundaj.

Recenseamento Militar – 1909. Pasta 17.

Regulamentos Sociedade de Mútuo Socorro dos Operários de Camaragibe. Pasta 17.

Relação de pessoas da Fábrica de Camaragibe. CIPER – 1909. Pasta 18.

Série Produção Intelectual

Corporação Operária de Camaragibe. Relatórios. 1900/1908 e 1922. Pasta 11.

Estatutos da Companhia Industrial de Pernambuco – 1891 e 1905. Pasta 13.

Estatutos da Federação Operária Cristã. Pasta 13.

Histórico da Escola da Companhia Industrial Pernambucana (1902 – 1982). Coleção Fábrica de Camaragibe.

Coleção Carlos Alberto de Menezes

Série Correspondência:

Expedida 1892/1903.

Recebida 1891/1906.

Produção Intelectual

Anais do Congresso Católico de Pernambuco 1901. Pasta 01.

Companhia Industrial de Pernambuco. Relatórios – 1893, 1895, 1896. Pasta 07.

Companhia Industrial de Pernambuco. Relatórios – 1897, 1898, 1900, 1901. Pasta 08.

Companhia Industrial de Pernambuco. Relatórios – 1902. Pasta 09.

Sonho ou Realidade? Coleção Carlos Alberto de Menezes, Série Produção Intelectual. Pasta 22. Acervo Fundaj.

Coleção Pierre Collier

Série Documentos Pessoais:

Particular entre Cyrillo Flaviano da Costa e Pierre Collier referente ao Jornal *União Operária* – 1906/1907. Pasta 02.

Particular de Pierre Collier e Rodolpho Lima referente à construção de um monumento em homenagem a Carlos Alberto de Menezes – 1906. Pasta 02.

Série Miscelânea:

Atas da Federação Operária Cristã – 1904. Pasta 01.

Regulamento da Federação Operária Cristã. Pasta 03.

Federação Operária Cristã. Reunião da Diretoria (dossiê) – 1903/1907.

Arquivo Público de Pernambuco

Seção Periódicos:

Jornal *Aurora Social* 1901/1905.

Memorial de Medicina de Pernambuco

Anais do Congresso Médico de Pernambuco, 1909.

Biblioteca Pública Estadual

Revista Era Nova - 1936. Acervo Biblioteca Pública Estadual.

FONTES SECUNDÁRIAS

ALBERIGO, Giuseppe. (Org). **História dos concílios ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Pernambuco imortal**. Recife: Jornal do Commercio, Fascículo 11, 1995.

AZEVEDO, Ferdinand. **Ação social católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

- AZZI, Riolando. **A neocristandade**: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.
- BARONE, Jessica. **Livros didáticos de matemática da editora FTD no cenário brasileiro**: as primeiras décadas do século XX. São Paulo: Universidade de Campinas. Dissertação de Mestrado na área de Educação, 2008.
- BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BRANDAO, Sylvana. **Ventre livre, mãe escrava**: a reforma social de 1871 em Pernambuco. Recife: Editora da UFPE, 1996.
- _____. **O séquito das luzes nos confins da Amazônia**. Recife: Editora da UFPE, 2011.
- BUENO, Francisco da Silva. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FAE, 1984.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Reflexões sobre o trabalho dos operários: a atuação do empresário católico Carlos Alberto de Menezes. *In*: MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Orgs.). **História, cultura, trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife: Editora da UFPE, 2011. p. 291-303.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CASTRO, Hebe. História Social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTRO, Marcos de. **Dom Hélder**: misticismo e santidade. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Viseu: Difel, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COLLIER, Eduardo. **Carlos Alberto de Menezes**: pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Graph ed., 1996.

- CORREIA, Adelito Xavier. **A SSVP em Pernambuco: 125 de História (1874 - 1999)**. Recife: [s.n.], 1999.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DULLES, John W. E. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900 - 1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- _____. **Vigiar e punir**. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, 1790 - 1840)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GIROLETTI, Domingos. **Fábrica, convento e disciplina**. Brasília: UnB, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro (1857 - 1967)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- LEÃO XIII. **Encíclica Rerum Novarum**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- _____. **Encíclica Rerum Novarum**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Movimento obreiro no Brasil: Estado de Pernambuco (1937 - 1945)**. Madri, 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Madri.

- LEVI, Giovanni. Sobre a microhistória. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 133-161.
- LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: Marco Zero Editora, 1988.
- MACHADO, Roberto. **Da(n)ação da norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império (1871 - 1889)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **A arte de curar nos tempos da Colônia**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.
- _____. **Igreja Católica no Brasil: uma trajetória reformista (1872 – 1945)**. Recife, 1988. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco.
- MONTEIRO, Denise Brito. **A epidemia de varíola e a vacinação obrigatória: repercussões na sociedade recifense no início do século XX**. Recife, Dissertação de Mestrado pela UFPE, 2005.
- MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Márcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. *In*: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 482-509.
- OUTTES, Joel. **Recife: gênese do seu urbanismo, 1927 - 1943**. Recife: Massangana, 1997.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- REZENDE, Antonio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870 - 1930)**. São Paulo: Hucitec; Editora da Unicamp, 1988.
- RIBEIRO, Emanuela Sousa. Convergências entre modernidade e romanização do catolicismo no Brasil da Primeira República. *In*: BRANDAO, Sylvana; MARQUES, Luiz Carlos; CABRAL, Newton (Orgs.). **História das religiões no Brasil**, vol. 4. Recife: Editora da UFPE, 2006. p. 257-289.
- _____. **Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional: práticas e estratégias intelectuais (1889 – 1930)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 - 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja Progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Editora da UFPE, 2006.

STEIN, Stanley. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850 - 1950) *apud* MAGALHAES, Cristina Maria. **Mundos do capital e do trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1874 – 1930)**. Minas Gerais: UFMG, Dissertação, 2006. Disponível em <CM MAGALHÃES - dspace.lcc.ufmg.br> . Acesso em 19 de abril de 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes comuns**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZAIDAN Michel. **A questão social e o catolicismo: polêmicas em torno de conferências quaresmais**. Recife: CEPE, 1991.

_____. **PCB (1922 - 1929): na busca das origens de um marxismo nacional**. São Paulo: Global Editora, 1985.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. Disponível em <www.dehonianos.org.br/site/interna.php?id_menu=77>. Acesso em 10/06/2011.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **A cultura clerical e a euforia popular**. Rev. bras. Hist. vol. 17 n. 34 São Paulo 1997. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200010>. Acesso 19 de abril de 2012.

HOORNAERT, Eduardo. **Ibiapina 02: A Virada**. Disponível em <<http://www.eduardohornaert.blogspot.com/>>. Acesso em 20/05/2011.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **“Apóstolos do Socialismo: A religião no discurso socialista em Maceió no início do século XX”**. Disponível em <<http://www.labhstc.ufsc.br/jornada/textos/Maciel%20osvaldo.doc>> Acesso em 20/05/2011.

Paróquia Santa Rita De Cássia. Disponível em www.santaritadf.org.br/gruposmovimentos/apostolado-da-oracao. Acesso em 15/06/2011.

Província Brasileira da Congregação da Missão. Disponível em http://www.pbcm.com.br/congregacao/o_que_e_congregacao_da_missao.php Acesso em 20/05/2011.

ANEXO



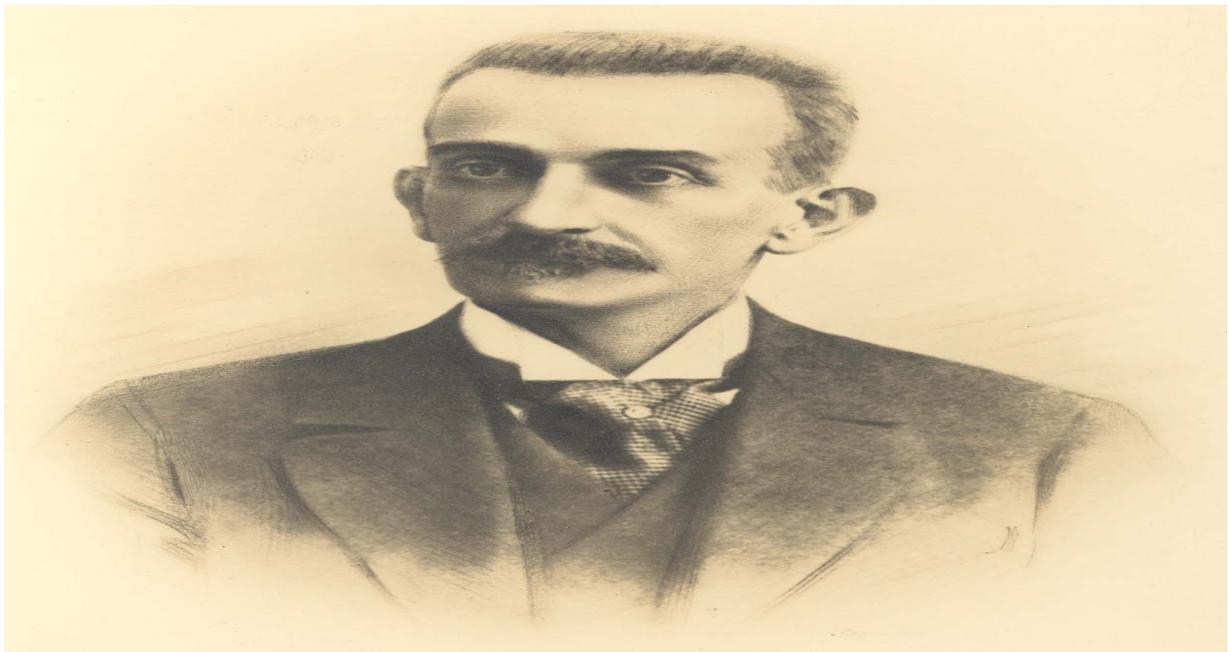
GRUPO DE OPERÁRIOS DA FÁBRICA DE CAMARAGIBE. AO FUNDO CASA NO ANTIGO ENGENHO CAMARAGIBE, SEM DATA. ⁵⁰⁹



GRUPO DE PESSOAS, MÚSICOS E ESTANDARTE. VILA OPERÁRIA DE CAMARAGIBE, SEM DATA.⁵¹⁰



CASA VILA OPERÁRIA DE CAMARAGIBE, SEM DATA.⁵¹¹



CARLOS ALBERTO DE MENEZES, SEM DATA⁵¹²

⁵¹⁰ Fundação Joaquim Nabuco, Recife, CEHIBRA (Coleção Família Collier), FCO 24.

⁵¹¹ Fundação Joaquim Nabuco, Recife, CEHIBRA (Coleção Família Collier), FCO 42.

⁵¹² Fundação Joaquim Nabuco, Recife, CEHIBRA (Coleção Família Collier), FCO 46.